

“Opitanha” Relações Sociais da Pobreza Rural no Norte de Moçambique

Inge Tvedten
Margarida Paulo
Carmeliza Rosário



AUSTRAL CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA.

Universidade Eduardo Mondlane
Moçambique

CMI CHR.
MICHELSEN
INSTITUTE

Este relatório foi encomendado pelo Departamento de Desenvolvimento internacional, DfID, em Moçambique. As opiniões e interpretações expressas são dos autores e não reflectem necessariamente aquelas do DfID.

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 FUNDAMENTAÇÃO LÓGICA DO ESTUDO	1
1.2 CONCLUSÕES CHAVE	4
1.3 METODOLOGIA	6
1.4 LINHAS GERAIS DO RELATÓRIO	10
2. EXPRESSÕES QUANTITATIVAS DA POBREZA	11
2.1 POBREZA EM MOÇAMBIQUE	11
2.2. POBREZA EM NAMPULA	14
3. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	18
3.1 BREVE HISTORIAL	19
3.2 ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	21
3.3 A ECONOMIA DISTRITAL	26
4. DETERMINANTES SÓCIO-ECONÓMICAS DA POBREZA.....	30
4.1 COMPOSIÇÃO E DEPENDÊNCIAS DO AGREGADO FAMILIAR	30
4.2 AGRICULTURA, RENDIMENTO E DESPESA.....	35
4.3 EDUCAÇÃO E SAÚDE	40
4.4 POSIÇÃO RURAL E ESPAÇO SOCIAL	44
4.5 VULNERABILIDADE SÓCIO-ECONÓMICA.....	47
5. PERCEPÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA	49
5.1 PERCEPÇÕES DE POBREZA E BEM-ESTAR	50
<i>Características das comunidades pobres.....</i>	<i>50</i>
<i>Características dos agregados familiares pobres.....</i>	<i>51</i>
<i>Categorias de pobres e dos que estão em melhor situação.....</i>	<i>53</i>
5.2 RELAÇÕES DA POBREZA E BEM-ESTAR	57
<i>Relações dentro do agregado familiar.....</i>	<i>61</i>
<i>A Família Alargada e o Nihimo.....</i>	<i>62</i>
<i>Instituições Tradicionais.....</i>	<i>63</i>
<i>O Estado.....</i>	<i>64</i>
5.3 PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO	64
6. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA.....	66
6.1 IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA	67
6.2 PESQUISA ADICIONAL	68
TERMOS DE REFERÊNCIA	70
QUESTIONÁRIO DO ESTUDO.....	73
ILUSTRAÇÕES DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS	89
LISTA DE REFERÊNCIAS	96

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Department for International Development (DfID) em Maputo pelo financiamento deste estudo e a Alicia Herbert do DfID pelo seu apoio positivo profissional. Os nossos agradecimentos são também devidos ao Administrador Distrital de Murrupula Sr. Afonso Ussene, ao Secretário Permanente Sr. Barão Camilo, ao Chefe da Administração Sr. Alexandre Tesoura e a outros funcionários que demonstraram um vivo interesse pelo nosso estudo e nos deram um valioso apoio. No terreno, os nossos agradecimentos vão para o Chefe do Posto Administrativo de Nhessiue Sr. Olindo Ibraimo, e para o Chefe do Posto Administrativo de Chinga Sr. Montinho Daniel, bem como para o Régulo Lepa (Nhessiue) e o Régulo Namacorra (Chinga). Os quatro cabos, Sr. Américo da Silva Gabriel (Merica), Sr. Leonardo Baptista (Chakalua), Sr. Napaia Nihessiue (Cômua) e Sr. Alberto Mocala (Muquela), não apenas demonstraram interesse no nosso estudo como também deram um grande contributo convocando reuniões e disponibilizando guias para nos conduzirem em segurança pelas suas áreas. Os nossos dois motoristas, Sr. Janu Raivoso e Sr. Carlitos Jantar, conduziram-nos em segurança pelo Distrito de Murrupula e os nossos seis enumeradores, Helena Paulino, Fumo Chauro, Ernesto Milissão, Linold Jossai, Leonel Sabonete e Nando Omar colaboraram na aplicação do questionário e nas entrevistas detalhadas. Por último mas não menos importante, gostaríamos de deixar aqui a nossa gratidão para com as populações de Nhessiue e Chinga pelo seu interesse e paciência durante as longas reuniões e entrevistas.

Uma versão draft deste estudo foi apresentada ao Ministério do Plano e Desenvolvimento em Maputo, em Junho de 2006. Os funcionários do Ministério tiveram uma reacção positiva e teceram comentários criteriosos. Esperamos que o estudo na sua actual forma escrita tenha implicações positivas para a monitoria e avaliação da importante Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA II) de Moçambique.

Inge Tvedten, Chr. Michelsen Institute

Margarida Paulo, Universidade Eduardo Mondlane

Carmeliza Rosário, Austral Consultoria e Projectos, Lda.

Map 1. Mozambique



© The Economist Intelligence Unit Limited 2006

1. Introdução

Moçambique (Mapa 1) é um dos países mais pobres do mundo. O rendimento anual per capita é de 270 USD; 54% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza nacional; a taxa de analfabetismo entre os adultos é de 53,6%; a taxa de mortalidade infantil é de 152/1000; a esperança de vida ao nascer é de 41,8 anos; e o país é o 168º de 177 países incluídos no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, o que o torna no país com menor desenvolvimento da África Austral (Banco Mundial 2006; PNUD 2005).¹ Apesar dos avanços consideráveis na redução da pobreza nos últimos anos, passando a proporção da população vivendo em pobreza absoluta de 69% em 1996/97 para 54% em 2002/03 (INE 2004a), as condições de vida de muitos Moçambicanos, nas áreas rurais e urbanas, permanecem muito difíceis.

A informação sobre pobreza com base em pesquisa é reconhecida como crucial para as estratégias de redução da pobreza em Moçambique conforme expressas na Agenda 2025 a longo prazo do Governo (GdM 2003); no Plano para Cinco Anos 2005-2009 (GdM 2005a); no Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (GdM 2005b); e no Plano Económico e Social anual (GdM 2005c). O Governo sustenta que a informação recolhida pelo sistema de avaliação e monitoria permite a tomada de decisões informadas sobre eventuais alterações dos programas de redução da pobreza, e a identificação e capitalização de iniciativas com bom desempenho que podem ser multiplicadas. É também um mecanismo para manter informados outros parceiros na luta para a redução da pobreza, incluindo as organizações da sociedade civil e os parceiros da cooperação internacional (GdM 2005b: 104).

Existe já muita informação sobre questões de bem-estar e pobreza em Moçambique através do Censo Geral da População de 1997, que vai ser repetido em 2007 (INE 1999); dos Inquéritos aos Agregados Familiares nacionais e abrangentes IAF 1996/97 e 2002/03 (INE 1998 e 2004a); e de outros estudos mais sectoriais e específicos (ver Broeck 2005 e Isaksen et al. 2005 para ideia geral). É geralmente reconhecido que os dados quantitativos disponíveis fornecem informação valiosa sobre o mapeamento, perfil e determinantes da pobreza no país - incluindo diferenças nos níveis de rendimento e consumo, emprego, composição do agregado familiar, acesso aos serviços sociais básicos e disparidades regionais (DNPO 2004; Isaksen et al. 2005). Com base nestes dados, foram identificadas três determinantes chave da pobreza em Moçambique, nomeadamente i) o baixo nível de educação do agregado familiar; ii) os altos níveis de dependência dentro do agregado familiar, e iii) o baixo retorno das actividades económicas na agricultura e indústria comparado com o relacionado com comércio e serviços (GdM 2005b: 23, ver também Chiconela 2004; Maximiano et al. 2005).

1.1 Fundamentação Lógica do Estudo

Não obstante a existência desta informação, sabe-se que é necessária mais pesquisa para um melhor entendimento das dinâmicas da pobreza e das estratégias dos pobres para a enfrentar com êxito (DNPO 2004; ver também Broeck 2005). Na mesma linha, tem havido solicitação de mais análise qualitativa, focando a organização social aos níveis da família e da comunidade, as percepções dos pobres sobre a sua própria pobreza e as suas estratégias para enfrentar com êxito a sua situação e melhorar as suas vidas. O actual Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) reconhece que ambos os métodos quantitativo e qualitativo são importantes e devem complementar-se, mas também reconhece que isto apenas foi realizado parcialmente em Moçambique (GdM

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano mede a longevidade, conhecimentos educacionais e rendimento (PNUD 2005).

2005b). Esta compreensão da importância de combinar a análise quantitativa e qualitativa deve ser elogiada. Os estudos quantitativos são muitas vezes insuficientes para responder a questões sobre os processos e dinâmicas da pobreza (Kanbur 2001; ver também Jerve et al. 2003). Além disso, os estudos qualitativos falham muitas vezes em causar impacto, dado não estabelecerem suficientemente a relação com as iniciativas de política em curso e não prestarem atenção suficiente a questões de amostragem, tornando difícil generalizar conclusões (Carrier e Miller 1999; ver também Uphoff 2001).

Este estudo é uma resposta à solicitação de estudos qualitativos sobre a pobreza em Moçambique. Utilizará como ponto de partida os dados quantitativos existentes e centrar-se-á nas questões qualitativas de percepções culturais e nas relações sociais da pobreza numa área geograficamente limitada. O estudo foca em particular os extractos mais pobres da população. 54% da população de Moçambique foi definida como pobre (INE 2004a; ver também DNPO 2004). Nós defendemos que a política de desenvolvimento e ajuda tem sido dificultada por uma ênfase limitada na distinção entre diferentes níveis e tipos de pobreza abaixo dos níveis de pobreza estabelecidos – definindo efectivamente a maioria da população, em países como Moçambique, como grupos alvo, ao mesmo tempo que passam por cima dos extractos mais destituídos das populações pobres. A pesquisa mostra que alcançar os mais pobres e mais marginalizados requer políticas e intervenções orientadas objectivamente para o alvo a atingir, em vez de parcelares e executadas lentamente (CPRC 2004). “Os mais pobres” serão definidos em termos de rendimento e consumo, bem como de percepções locais sobre quem são os mais pobres. O termo Macua “*opitanha*”, usado no título deste estudo, significa os muito pobres e mais marginalizados das comunidades que estudámos.

Os estudos qualitativos são por várias razões importantes para a avaliação e monitoria das políticas de redução da pobreza. Primeiro, porque podem contextualizar e informar os dados quantitativos e correlações testando hipóteses causais no terreno. Segundo, porque podem ser usados para descobrir processos e interdependências relacionados com dimensões não tangíveis da pobreza, tais como vulnerabilidade e impotência, que não são facilmente captadas numa análise quantitativa. Terceiro, porque podem ser utilizados para testar ou reavaliar conceitos centrais e unidades de análise da pobreza, tais como noções de “pobreza” e “agregado familiar”. E quarto, porque os métodos qualitativos tornam possível envolver os próprios pobres na análise da sua própria situação de formas que são difíceis em estudos utilizando questionários formais (Mikkelsen 2005). Existem já diversos estudos qualitativos sobre a pobreza em Moçambique (ver, por exemplo, Adam e Coimbra 1996; DNPO 2001; Mate et al. 2005; Cruzeiro do Sul 2006). Todos eles fornecem informação valiosa, mas sustentamos também que a sua confiança nos estudos por questionário os leva a omitir diversas questões fundamentais de percepção cultural e relacionamento social que são importantes para um entendimento profundo da pobreza. A população pobre age e responde com base na sua própria (*emic*) percepção da sua situação e do que é necessário para a melhorar, o que não corresponde *necessariamente* às unidades estatísticas de análises, agregados e correlações.²

Neste estudo, a pobreza será amplamente entendida como uma ausência de liberdade para satisfazer as necessidades diárias de indivíduos e seus dependentes, e a redução da pobreza implica a expansão daquelas liberdades (Jerve et al. 2003). Como tal, a pobreza implica a falta de rendimentos e de bens para satisfazer as necessidades básicas (mitigada através de uma combinação de *oportunidades* acrescidas e *capacidade* acrescida para capitalizar as oportunidades disponíveis); uma sensação de não ter voz e de impotência em relação às instituições da sociedade e ao Estado

² Deste modo, um homem pobre na nossa área de estudo muitas vezes *não* despende o seu rendimento obtido com dificuldade em alimentação e outras necessidades básicas, conforme assumido pelos modelos económicos racionais. Em vez disso, com base nos igualmente racionais modelos sócio-culturais, ele comprará uma *capulana* para a mulher (ou mulheres) que faz(em) parte da sua vida. Isto não apenas realçará a sua auto-estima e estatuto junto da mulher, como também junto da sua família e da comunidade em geral. Fortalecerá também as suas relações sociais e opções de apoio para além das imediatas consequências, numa sociedade matrilinear onde a família da mulher é central.

(aliviada por meio de um *empowerment* acrescido); e uma vulnerabilidade perante choques adversos, ligada com a capacidade de os enfrentar com êxito através de relacionamentos sociais e instituições legais (mitigada por uma *segurança* acrescida). Na nossa maneira de ver, isto corresponde de perto à definição de certa forma mais ampla e mais geral de pobreza usada no PARPA II, onde a pobreza é vista como a “(im)possibilidade devida à incapacidade ou falta de oportunidade de indivíduos, agregados familiares e comunidades terem acesso a condições mínimas de acordo com as normas básicas da sociedade” (GdM 2005b: 9).

Este não é o lugar para discussões teóricas acerca da pobreza, mas são necessárias algumas clarificações conceptuais. As condições sócio-económicas na área de estudo são o resultado de desenvolvimentos históricos complexos; processos externos estruturais, políticos e económicos com os quais a população tem de se relacionar o melhor que pode; e as próprias práticas da população de relações sociais e estruturas culturais complexas. De acordo com Bourdieu (1990), nós temos a visão de que as estruturas políticas e económicas têm um efeito poderoso e até mesmo determinante sobre a acção humana e os contornos dos acontecimentos, mas que um enfoque sobre a acção humana e as vidas comuns é importante para explicar processos de diferenciação interna e mobilidade social.

Para além do mais, o desenvolvimento e as intervenções no desenvolvimento estão, até um ponto significativo, enquadrados em noções de modernidade definidas como “imagens e instituições associadas ao progresso e desenvolvimento de estilo Ocidental num mundo contemporâneo” (Knauff 2002: 18). O desafio que se põe ao desenvolvimento é a articulação entre estas imagens e a “tradição”, muitas vezes associadas com a vida rural e valores e relacionamentos consuetudinários. A tradição não é, como a vemos, uma entidade estática mas constantemente reinventada e usada habilmente nas estratégias de sobrevivência da população, sendo por isso parte integral do processo de desenvolvimento.

O agregado familiar é, finalmente, uma unidade central de análise na literatura sobre desenvolvimento. Ainda que vejamos a necessidade de uma unidade estatística prática, a antropologia demonstrou a crescente permeabilidade e inconsistência dos agregados familiares como entidades sociais. Ferguson (1999) descreveu o agregado familiar como “um vínculo de interesses e actividades sobrepostos cuja coerência (por vezes bastante transitória) é em si própria uma façanha e não algo pré-estabelecido”. Enquanto mantemos um foco sobre o agregado familiar como unidade analítica, relacionamo-la também com a sua permeabilidade através, por exemplo, do papel crucial da família matrilinear e das elevadas taxas de divórcio (Fox et al. 2005).

O estudo centraliza-se no distrito de Murrupula na província de Nampula e é o primeiro de uma série de três estudos qualitativos comparativos sobre a pobreza em Moçambique, que incluirão também a cidade de Maputo em 2007 e o distrito de Machanga em Sofala em 2008 (ver Capítulo 6). As três áreas de estudo serão revisitadas e monitoradas as alterações verificadas após três anos. Nampula está localizada no norte de Moçambique e é a segunda província de maior densidade populacional do país, com uma população estimada em 3,9 milhões de pessoas (INE 1999; ver EIU 2006 para números actualizados). Embora possua condições favoráveis em termos de agricultura, 53,6% da população em Nampula encontra-se abaixo do nível de pobreza, aproximando a província da média nacional de 54,1% (DNPO 2004; Fox et al. 2005). Murrupula é um distrito rural no interior da província com uma população de 110.000 indivíduos, dos quais cerca de 29.000 vivem na capital do distrito (INE 1999; coment. pess. da Administração Distrital de Murrupula). O Distrito está dividido em três Postos Administrativos e sete áreas subordinadas a um igual número de líderes tradicionais (régulos). Murrupula possui um certo número de características que a tornam representativa da região norte do país em termos de perfil da população, filiação política, características sócio-culturais, fontes de rendimento e pobreza (ver Capítulo 3).

1.2 Conclusões Chave

O estudo é iniciado com uma apresentação de dados quantitativos sobre a pobreza em Moçambique e Nampula, sublinhando o facto que, não obstante os importantes recentes avanços na redução da pobreza, Moçambique e Nampula continuam num estado de pobreza; a situação é especialmente grave em termos de rendimento e consumo, mortalidade infantil, frequência escolar, saúde e outros indicadores de pobreza. Salientam-se seguidamente três tendências de desenvolvimento geral que podem ter implicações significativas no futuro em locais como Murrupula. Uma é a crescente urbanização através da migração rural-urbana; a segunda é um aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres e sinais de uma feminização da pobreza; e a terceira é a taxa de infecção do HIV/SIDA, a qual é ainda comparativamente baixa mas susceptível de se intensificar. Finalmente, apresenta-se a economia política do Distrito de Murrupula, sublinhando o papel central do governo local no desenvolvimento e nas intervenções de desenvolvimento – mas também a importância actual das autoridades tradicionais, necessitando de cooperação.

De acordo com os Termos de Referência (Anexo 1), o estudo toma as determinantes chave da pobreza definidas no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a) como seu ponto de partida e concentra-se no agregado familiar como uma unidade de tomada de decisões nas relações sociais da pobreza.

Relações intra-agregados familiares: Observamos que a definição utilizada no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (INE 2004a), no qual se baseiam muitos dados agregados, omite importantes relações intra-agregados familiares. O estudo define pessoas “vivendo debaixo do mesmo tecto” como pertencendo ao mesmo agregado familiar quando uma definição focando as pessoas “comendo da mesma panela” reflectiria melhor a realidade em Murrupula. Há gente que vive debaixo do mesmo tecto mas não come da mesma panela e há gente que come da mesma panela mas vive debaixo de tectos diferentes. Além disso, a contínua importância do sistema matrilinear de parentesco, fazendo do irmão da mãe uma pessoa chave na sua rede social; a responsabilidade de muitos agregados familiares pelos membros da família alargada exteriores à sua própria unidade familiar; a poligamia que ainda se pratica; e as muitas mães solteiras que permanecem junto da sua família original em vez de estabelecerem a sua própria unidade de agregado familiar, tudo isto complica a noção de agregado familiar como uma unidade analítica.

Relações extra-agregados familiares. Não obstante as cláusulas constantes da nova Lei dos Órgãos Locais (RdM 2005) sobre uma maior responsabilidade local pelas políticas de desenvolvimento e alívio da pobreza, constatámos que o Estado e as instituições governamentais estão conspicuamente ausentes das estratégias de sobrevivência da população. Este é particularmente o caso dos sectores pobres da população, para quem a família matrilinear alargada e as autoridades tradicionais (régulos e cabos) são vistas como desempenhando papéis muito mais importantes. Os muito pobres e os mais desprovidos são frequentemente marginalizados e excluídos até mesmo de tais relações, dado não terem recursos para contribuir num contexto de pobreza generalizada em que a reciprocidade é fundamental. Os agregados familiares em melhor situação são caracterizados por redes sociais mais amplas, não apenas dentro da sua própria família alargada e da comunidade, mas também fora destas, incluindo relações com as instituições governamentais.

Relações de emprego e rendimento. A agricultura continua a ser a fonte de subsistência e rendimento dominante em Murrupula. Muitos agregados familiares têm fontes alternativas de rendimento, mas o retorno destas é normalmente muito pequeno e imprevisível. A divisão de responsabilidades e de tarefas entre homens e mulheres continua segregada, ainda que as decisões sobre consumo e despesa sejam amplamente partilhadas. Existe o potencial para uma maior produção agrícola e maior rendimento, que no entanto é inibido por uma combinação de baixo poder de compra local; acesso limitado a outros mercados e à exploração de relações com

comerciantes externos; e por processos sócio-culturais (incluindo feitiçaria) que inibem maiores unidades de produção por meio de sanções sociais. Enquanto a maioria dos agregados familiares continua dependente principalmente da produção de subsistência de baixo nível, os de maior educação partem à procura de emprego em qualquer outra parte e os mais jovens dedicam-se ao comércio de pequena escala e a fontes informais de rendimento que, pelo menos temporariamente, os desprendem da agricultura.

Os pobres e a educação. A população em Murrupula está bem consciente da importância da educação e das possibilidades a longo prazo que a mesma implica para geração de rendimento e mobilidade social ascendente. Não obstante, a frequência escolar e o nível de educação são baixos, e a taxa de abandono escolar é alta, particularmente entre as raparigas. Com uma excepção, não há escolas para além do EP1 (5ª classe), e alguns agregados familiares vivem demasiado longe delas para que as crianças as frequentem. Enquanto o número de rapazes que iniciam a escola é igual ao das raparigas, estas tendem a abandonar a escola depois de 3 ou 4 anos (isto é, antes de se tornarem funcionalmente alfabetizadas) porque os pais não têm dinheiro para pagar uniformes e utensílios, as raparigas são necessárias para cuidar dos irmãos ou para trabalhar, ou ficam grávidas e (nalguns casos) casam. Os poucos casos de crianças que continuam a sua educação são normalmente provenientes de famílias em melhor situação, que as podem enviar para familiares na capital do distrito ou ficam ao cuidado de igrejas ou outras organizações não governamentais. Com a dificuldade actual de quaisquer oportunidades de emprego no distrito e na sua vizinhança, poucas pessoas acham realista que *as suas próprias crianças* serão capazes de melhorar as suas vidas através da educação.

Para além destes tópicos, foi deixado espaço nos Termos de Referência para durante o estudo procurar determinantes adicionais da pobreza consideradas importantes. Encontrámos dois temas principais de particular relevância. Um é o poder e a influência contínuos daquilo a que chamamos provisoriamente *história e cultura tradicional*. Estes são aspectos difíceis de compreender e avaliar de modo completo durante um curto período de estudo e merecem uma pesquisa adicional, mas são todavia demasiado importantes para serem deixados de fora de um estudo sobre relações sociais da pobreza. A história diz especialmente respeito às consequências da guerra, a qual teve implicações significativas tanto físicas como sócio-culturais. As populações estão ainda dispersas; estão cépticas acerca do Estado e das suas intenções; e há um sentido de desconfiança nas pessoas que não pertençam à família mais chegada. A cultura tradicional refere-se à duradoura importância da tradição sócio-cultural nas relações sociais, principalmente o sistema matrilinear de parentesco e a importância da feitiçaria e magia nas relações sociais e na produção agrícola.

O segundo tema adicional é a questão da *saúde*. Deparámos com uma alta incidência de doença e mortalidade infantil (80% dos agregados familiares estudados tiveram pelo menos um membro familiar doente durante as duas semanas anteriores ao nosso estudo e 55% dos agregados familiares tinham perdido pelo menos uma criança antes de ela ter completado cinco anos de idade), com implicações significativas nas percepções sócio-culturais, na produção agrícola e no rendimento, e na sensação entre os mais pobres de se verem encurralados na pobreza e vulnerabilidade. Apesar de viver em áreas férteis, a população sofre de mal-nutrição e prevalecem diversas doenças curáveis desde a malária à lepra. O conhecimento da importância de uma dieta variada e do acesso a proteínas de origem animal é limitado, e muitas pessoas (incluindo o grande número de mães muito jovens) tendem a adiar a ida aos postos de saúde ou centros de saúde até terem visitado um curandeiro ou a pessoa em questão estar muito doente. Face às distâncias envolvidas e à falta de transporte apropriado (uma bicicleta é geralmente o único meio disponível), muitas vezes é tarde demais.

Em resumo, o nosso estudo sobre as relações rurais da pobreza em Murrupula revela uma situação com constrangimentos estruturais relacionados em particular com a produção agrícola e comercialização, e um Estado que é considerado estar virtualmente ausente. A população é na generalidade pobre, com baixos níveis de rendimento e consumo, mas existem também importantes processos internos de diferenciação. Apesar de as estruturas de apoio tradicionais com base na família alargada e o *nihimo* se manterem intactos e importantes, a pobreza tende todavia a excluir os muito pobres num sistema onde os sectores mais pobres da população simplesmente não são capazes de proporcionar apoio a mais ninguém que não seja a sua própria família mais chegada. Os agregados familiares em melhor situação, que registaram uma subida na sua mobilidade social, foram normalmente capazes de estabelecer e manter relacionamentos com pessoas fora da comunidade mais chegada, quer em instituições educacionais, na igreja ou noutras relações externas.

1.3 Metodologia

Muitos esforços têm sido feitos na discussão de prós e contras dos métodos quantitativos e qualitativos da pesquisa sobre a pobreza, e os possíveis méritos de combinar as duas abordagens (ver Little 1991 e Mikkelsen 2005 para ideia geral). Kanbur (2001) resume as diferenças entre as duas abordagens em relação a aspectos chave do processo de pesquisa (referindo-se o primeiro mencionado à pesquisa qualitativa e o segundo à pesquisa quantitativa) como segue:

- Tipo de informação sobre a população: não numérica e numérica
- Tipo de cobertura da população: específica e geral
- Tipo de envolvimento da população: activo e passivo
- Tipo de metodologia de dedução: indutiva e dedutiva
- Tipo de enquadramento disciplinar: ciências sociais amplas e economia neo-clássica

Relativamente aos pontos fortes de cada abordagem para análise da pobreza, Chambers (ele próprio um antropólogo) identificou os principais pontos fortes das abordagens quantitativas como segue (Chambers 2001):

- Comparações de séries temporais para identificar tendências em quaisquer dimensões que sejam medidas.
- Comparações cruzadas entre diferentes indivíduos, agregados familiares, grupos e comunidades.
- Estimativas de prevalência e distribuições nas áreas populacionais.
- Correlações que levantem questões acerca de causalidade e mudanças co-variáveis.
- A credibilidade dos números influenciando os fazedores de políticas.

O nosso ponto de partida neste estudo é que os dados quantitativos (conforme aparecem no INE 1998, 1999, 2004 e DNPO 2004, 2005, por exemplo) são importantes para a análise e monitoria da pobreza em Moçambique. Contudo, também afirmamos (ainda com Kanbur 2001) que certas dimensões importantes da pobreza necessitam de análises qualitativas, particularmente no que respeita às seguintes áreas de interesse.

Uma área é a noção de pobreza em si própria. Estudos quantitativos tendem a debruçar-se sobre rendimento, consumo e outros aspectos materiais da pobreza, enquanto é crescentemente reconhecido que a pobreza é multidimensional e envolve também questões de impotência e vulnerabilidade. Estas podem ser melhor entendidas através de estudos qualitativos que foquem sistemas de significado (“cultura” no vocabulário antropológico) e relações sociais.

Uma segunda área são as opções que a pesquisa qualitativa oferece para um mais profundo conhecimento dos processos causais. Ainda que a análise estatística possa indicar relações causais estatisticamente, através de regressão, uma análise mais fundamentada é muitas vezes necessária para compreender estes processos ao nível de unidades de tomada de decisão (indivíduos, agregados familiares, comunidades). As explicações estatísticas devem ser acompanhadas por uma *história causal*, e estudos ao nível micro podem ajudar a desenvolver e formular hipóteses acerca de tais ligações.

A terceira vantagem relacionada são as opções por mais exactidão e profundidade da informação sobre questões que necessitam de uma mais ampla contextualização do que os métodos de pesquisa podem fornecer. As pessoas não vivem as suas vidas em “unidades de análise” isoladas captadas pelos métodos estatísticos, mas sim como parte de relações complexas nos e entre os agregados familiares, comunidades ou outros grupos sociais. Estudos qualitativos podem *informar* as unidades centrais de análise para que elas melhor reflectam a realidade, embora reconhecendo os requisitos estatísticos para aplicabilidade geral.

Existe um amplo consenso de que a melhor e mais rica abordagem de análise e monitoria da pobreza é a combinação das duas abordagens (Mikkelsen 2005). Alguns “paradigmas” foram desenvolvidos com este fim, incluindo a abordagem dos “meios de subsistência sustentáveis”, onde o aspecto multi-dimensional da pobreza é captado através da identificação dos bens que os pobres possuem (isto é, capital físico, financeiro, humano, social e natural) (Rakodi 1999). A abordagem é melhor implementada através de equipas multi-disciplinares, devido à sua complexidade. Não obstante estas e outras abordagens similares (ver Moser 2006 prestes a ser publicado) serem “boas para meditar”, elas raramente são executadas de qualquer forma sistemática, talvez precisamente porque são complexas e extravasam os limites das disciplinas.³

Conforme demonstra Kanbur (2001: 11), além disso, há muitas vezes um sentimento incómodo de compromissos irreduzíveis e uma perda de informação e eficiência no “casamento forçado” das abordagens. A nossa abordagem é sequenciar em vez de misturar formas quantitativas e qualitativas de fazer pesquisa. Ainda de acordo com Kanbur (2001: 13), “a forma mais pura é cada abordagem fazer o seu melhor, sem ser corrompida pela outra, e depois usar os resultados para triangular e informar a próxima fase do desenho de cada uma, de preferência a forçar uma combinação que pode não ser apropriada”.

De acordo com isto, tomaremos como ponto de partida os dados quantitativos existentes no mapeamento, perfil e determinantes da pobreza em Moçambique e em Nampula (ver Capítulo 2), e procuraremos contextualizá-los e informá-los através de uma mistura de pesquisa localizada e metodologias qualitativas, em Murrupula. Idealmente, os métodos antropológicos são baseados em observação participante e no trabalho de campo de longa duração (um ano numa comunidade é muitas vezes considerado o mínimo entre os puristas académicos), reflectindo a crença de que somente através de um envolvimento a longo prazo é possível entender e reflectir condições sociais e culturais a partir dos pontos de vista dos próprios sujeitos. Os métodos qualitativos usados neste estudo, baseados em trabalho de campo com a duração de três semanas, substituem em essência o trabalho de campo de longa duração com uma qualificação importante: enquanto durante décadas a antropologia foi dominada por homens Europeus de meia idade necessitando de um longo período de familiarização, a antropologia “voltou a casa” através do crescente envolvimento de antropólogos que fazem eles próprios parte do cenário sócio-cultural em estudo. A nossa equipa

³ Os estudos aplicados sobre a pobreza em Moçambique parecem ser dominados por economistas e antropólogos. Notavelmente ausentes estão os cientistas políticos, que teriam um importante papel no estudo de processos políticos sobre a elaboração de políticas para redução da pobreza e questões de descentralização de responsabilidades para implementação (ver MacDonald et al. 2005 como uma excepção).

reflece o seguinte: dois dos membros da equipa são mulheres Moçambicanas e uma delas é uma macua de Nampula.

Olhando mais detalhadamente para as nossas abordagens e metodologias, a área de estudo foi escolhida através de uma combinação de factores. Para o primeiro dos três estudos planeados sobre as relações sociais da pobreza, procurámos uma área rural no norte de Moçambique. Nampula foi escolhida como a província mais aproximada das médias nacionais em indicadores chave, incluindo a proporção da população abaixo da linha de pobreza. Murrupula foi escolhida através de uma combinação das suas representatividades em termos de localização (a maioria da população vive no interior da província), indicadores de desenvolvimento e considerações práticas: um dos membros da equipa estava já familiarizado com o distrito e a sua administração, o que facilitou a nossa entrada.

Em Murrupula, a escolha de áreas foi feita em estreita cooperação com as autoridades distritais. Elas mostraram desde o princípio um profundo interesse no estudo e identificaram os Postos Administrativos de Nihessue e Chinga como dois casos contrastantes: um, conforme argumentaram, era mais desenvolvido e pró-governo, enquanto o outro era fortemente influenciado pela guerra e pela Renamo e menos desenvolvido. Em cada Posto Administrativo, duas sub-áreas (cabos) foram escolhidas, com o mesmo objectivo de identificar áreas representativas, em cooperação com o Chefe do Posto Administrativo e com o líder tradicional (régulo) relevante. Finalmente, foram seleccionadas povoações específicas em cada cabo em cooperação com o responsável ou cabo relevante. A nossa impressão é que os líderes tradicionais nas áreas que estudámos têm um profundo e exacto conhecimento e compreensão das condições locais e variações dos níveis de pobreza e privação, tanto entre povoações como entre agregados familiares.

Nas áreas identificadas, levámos a cabo um estudo limitado de 120 agregados familiares com o objectivo de recolher dados sobre variáveis chave relacionadas com condições sócio-económicas e relações sociais da pobreza (ver Anexo 2). Foram também elaboradas questões para aplicação nos próximos dois estudos nesta série (um em Maputo e um em Sofala) para fins comparativos.⁴ Embora não representativo em termos de interpretação científica, o estudo dá uma indicação sobre até que ponto as áreas em estudo são de uma maneira geral representativas das condições sócio-económicas no distrito e na província. Adicionalmente, ajuda a estabelecer padrões e regularidades em face dos quais pode ser medida a informação qualitativa. Os agregados familiares nos quatro cabos foram seleccionados através de amostragem aleatória, com os enumeradores a entrevistar cada quinto agregado familiar que encontravam dentro da sua área de responsabilidade.

Todos os agregados familiares são identificados por *localidade*, *cabo* e *povoação*, bem como pelo nome e alcunha do chefe de família (“*conhecido por...*” é normalmente a melhor forma de localizar pessoas em Murrupula), tornando possível localizar mais tarde o mesmo agregado familiar. Deste modo, os três estudos qualitativos sobre as relações sociais da pobreza em Moçambique produzirão um painel de dados relativos a um total de 360 agregados familiares, com um adicional de aproximadamente 60 agregados familiares entrevistados mais profundamente.

Em adição às opções para relacionar os nossos métodos e análises qualitativos com alguns dados numéricos chave, efectuar estudos localizados deste tipo torna também possível comparar informação estatística sobre a pobreza com percepções e definições *emic* (isto é, das próprias pessoas). Antes de descrever mais detalhadamente os nossos métodos qualitativos, damos um

⁴ De acordo com isto, foram incluídas as questões relativas à presença dentro de casa de membros alheios ao agregado familiar, não porque esperássemos que tal presença fosse predominante numa comunidade rural relativamente estável como Murrupula, mas porque esperamos que isso seja comum em comunidades urbanas e migrantes mais permeáveis em Maputo e na costa de Sofala.

exemplo ilustrativo da relevância de uma tal comparação. Através do estudo, identificámos variações nos níveis de pobreza com base em indicadores tais como rendimento, consumo e propriedade de bens essenciais. As diferenças em rendimento e consumo numa área rural como Murrupula não são substanciais, mas seriam provavelmente consideradas “significativas” por analistas quantitativos caso a amostra fosse mais representativa. Em paralelo com o estudo, levámos a efeito um exercício de classificação de prosperidade em todos os quatro cabos em estudo (ver abaixo). Encontrámos um alto grau de correspondência entre as percepções das comunidades sobre a graduação e os tipos de pobreza e bem-estar, centrando-se em cinco categorias de pobres e três categorias de não pobres. Significativamente, os mais pobres não são apenas associados com as pessoas e agregados familiares com o mais baixo nível de acesso a rendimento e meios materiais, mas também com pessoas e agregados familiares que são marginalizados e socialmente excluídos e sem acesso a relações sociais fora dos agregados familiares. Isto aponta para a importância das relações sociais na questão da pobreza e vulnerabilidade.

Para além da observação participante e das entrevistas semi-estruturadas com pessoas chave em várias instituições, tais como administração distrital, postos administrativos, escolas, centros de saúde, associações agrícolas, partidos políticos, mesquitas e igrejas e postos de venda, usámos os seguintes métodos qualitativos (ver Mikkelsen 2005).

Histogramas. O objectivo era averiguar sobre a história da área em estudo, com ênfase em eventos e processos que tenham sido particularmente importantes para as actuais condições sócio-económicas de bem-estar e pobreza. Foram feitas discussões e gravações (idealmente feitas pelo próprio grupo) em grupos de aproximadamente dez pessoas, principalmente anciãos com recordações históricas. O grupo decidia por si próprio em que momento da história devia começar.

Mapa da comunidade. O objectivo era mapear as instituições consideradas mais importantes pela comunidade. Um grupo de aproximadamente cinco pessoas (das quais pelo menos algumas sabiam ler e escrever) foi solicitado a desenhar um mapa da comunidade, incluindo apenas instituições e pessoas consideradas centrais e deixando as outras de fora. O grupo foi solicitado a definir ele próprio as fronteiras da sua “comunidade”, com o facilitador a explicar que poderia ser tudo desde o nível global, nacional e regional até ao nível local. O desenho do mapa foi seguido de uma discussão, com o facilitador a aprofundar as escolhas e prioridades feitas.

Análise de forças de impacto. O objectivo era captar percepções sobre quais as condições que podem inibir ou acelerar a mudança e o desenvolvimento na comunidade. A um grupo de aproximadamente 12 pessoas, seleccionado de diferentes grupos sociais (rendimento, género, idade), foi pedido para i) identificar acontecimentos/processos importantes responsáveis pela presente situação na comunidade, ii) identificar o género de situação que gostariam de ter nas suas comunidades dentro de dez anos, iii) identificar condições dentro e fora da sua comunidade que a pudessem inibir de atingir essa situação, e iv) descrever o que pensavam que poderia ser feito para ultrapassar esses constrangimentos. As discussões foram também registadas por escrito.

Classificação da prosperidade. O objectivo era captar a percepção da própria comunidade sobre a pobreza, e os diferentes níveis e tipos de bem-estar e pobreza. Foi pedido a um grupo de 12 pessoas que i) definissem o que é que pobreza significava para eles, ii) identificassem as condições mais importantes que separam os pobres dos menos pobres, iii) listassem os nomes/maneiras de dizer locais para diferentes categorias de bem-estar e pobreza, e iv) identificassem agregados familiares pertencendo a cada categoria.

Diagrama de Venn. Foram feitas entrevistas detalhadas a agregados familiares seleccionados entre as diferentes categorias identificadas através do processo de classificação de prosperidade. As entrevistas foram efectuadas na base de um guião de entrevista semi-estruturado de modo a

assegurar compatibilidade e diagramas de Venn. O agregado familiar foi solicitado a seleccionar instituições/pessoas que considerasse particularmente importantes para o seu bem-estar. Os nomes eram escritos em círculos de papel de três tamanhos diferentes e ligados a um círculo central, representando o seu próprio agregado familiar, de acordo com a sua importância. Deste modo, os diagramas reflectem tanto os tipos de instituições/pessoas que são importantes, como o seu grau de importância.

A nossa percepção geral é que os métodos de pesquisa participativa funcionaram muito bem. As pessoas compreendiam rapidamente a ideia dos exercícios, e apreciavam a possibilidade de discutir e apresentar aspectos importantes das suas próprias comunidades e agregados familiares (para além do grupo directamente envolvido, muitos exercícios reuniam também uma audiência interessada). Escrever no papel o resultado das suas deliberações dava também às pessoas uma sensação de participação em e influência sobre a pesquisa nas suas próprias comunidades. Todos os resultados foram registados em papel e em filme, e serão revistos quando se realizarem os estudos seguintes dentro de três anos. O resultado analítico e a relevância dos exercícios para o nosso estudo sobre pobreza e bem-estar serão discutidos ao longo deste relatório.

1.4 Linhas Gerais do Relatório

No Capítulo 2 apresentamos expressões quantitativas da pobreza como pontos de referência para a análise qualitativa seguinte. Começamos por resumidamente perspectivar Moçambique em relação à África Austral, para incluir algumas das tendências de desenvolvimento mais gerais, e depois apresentamos dados sobre Moçambique e Nampula para realçar semelhanças e diferenças.

O Capítulo 3 fornece informação de base sobre a área em estudo, na assunção de que o contexto político, económico e sócio-cultural é importante para a compreensão das relações sociais da pobreza. Uma breve história enfatizando como Murrupula foi estrangida no seu desenvolvimento durante a era colonial, a experiência socialista da Frelimo e a guerra, é seguida de uma descrição geral das responsabilidades da Administração Distrital; o papel das autoridades tradicionais; e a situação geral social e económica no distrito.

O Capítulo 4 é um dos dois principais capítulos do relatório. Construído à volta da pesquisa levada a cabo para este estudo, traça as condições sócio-económicas e as determinantes da pobreza, realçando o emprego e rendimento, educação e saúde. Aborda também as implicações do espaço geográfico ou distância até aos centros económicos e populacionais principais para a pobreza e alívio desta.

O Capítulo 5 centra-se na questão das relações sociais da pobreza e processos de empobrecimento, marginalização e exclusão social. O seu ponto de partida são as percepções de pobreza *emic* das próprias pessoas, procurando as relações das diferentes categorias dos pobres dentro do agregado familiar com a família alargada, instituições tradicionais e o Estado.

O Capítulo 6 conclui, desenha algumas implicações de política preliminares e delinea o prosseguimento do estudo actual respectivamente no Maputo urbano e no litoral de Sofala.

2. Expressões Quantitativas da Pobreza

Conforme defendido na introdução deste estudo, a combinação de dados quantitativos e qualitativos representa a melhor abordagem à monitoria e avaliação da pobreza. Dados agregados sobre rendimento, consumo e outra informação quantitativa são úteis, já que medem a pobreza por formas que podem ser facilmente compreendidas, comparadas e relacionadas com investimentos materiais e objectivos sociais. Por seu lado os dados qualitativos são necessários para descrever a complexidade dos contextos, relações sociais e subjectividades individuais e como estes afectam as estratégias das próprias pessoas para aliviar a pobreza. O objectivo deste capítulo é delinear as expressões quantitativas da pobreza em Moçambique e na província de Nampula, de modo a servirem de contextualização e pontos de referência para a subsequente análise das relações sociais da pobreza no Distrito de Murrupula.

2.1 Pobreza em Moçambique

Moçambique permanece um dos países mais pobres do mundo, apesar de uma pronunciada redução da incidência da pobreza de 69% para 54% nos últimos anos (INE 2004a; DNPO 2004). Os dados que posicionam Moçambique numa perspectiva Sub-Sahariana fornecem uma útil advertência de que há ainda um longo caminho a percorrer antes que a maioria dos Moçambicanos possa viver vidas isentas de pobreza e privação. E os dados comparando Moçambique com outros países da África Austral apontam para tendências de desenvolvimento importantes, que provavelmente nos anos vindouros vão afectar Moçambique bem como locais como Murrupula.

A Tabela 1 apresenta dados chave sobre pobreza e vulnerabilidade na África Sub-Sahariana e em Moçambique, revelando uma séria situação para a população Moçambicana em termos de expressões chave de pobreza tais como rendimento per capita (com uma média Sub-Sahariana de USD 1.856 contra USD 1.117 em Moçambique), alfabetismo adulto (com uma média Sub-Sahariana de 61,3% contra 46,5% em Moçambique) e esperança de vida à nascença (com uma média Sub-Sahariana de 46,1% contra 41,9% em Moçambique).⁵ O mais importante conjunto de dados mostrando uma tendência no bom sentido é o relativo à taxa de mortalidade infantil dos menores de cinco anos, que é frequentemente considerada um dos melhores indicadores de bem-estar e pobreza dado que combina influências do rendimento, nível geral de educação e saúde. Esta taxa desceu substancialmente em Moçambique, de 219/1000 em 1996/97 para 152/1000 em 2002/03, abaixo da média Sub-Sahariana de 168/1000. Ao mesmo tempo, porém, há incerteza acerca da exactidão do número e da sua distribuição pela população. O mais recente Relatório sobre Desenvolvimento Humano (PNUD 2005) mostra que a taxa de mortalidade infantil entre os 20% mais pobres da população em Moçambique é de 277/1000, a segunda mais alta do mundo. E a taxa de mortalidade infantil em Nampula é de 220/1000 (MdS 2005).

⁵ Dados agregados deste género variam consoante as fontes. Para efeitos de comparação, referiremos os dados do Banco Mundial (2006) e PNUD (2005) nas tabelas que se seguem, sublinhando sempre que relevante as variações em relação aos dados nacionais.

Tabela 1: Indicadores Sociais Básicos, África Sub-Sahariana e Moçambique

Indicador	África Sub-Sahariana	Moçambique
PIB per capita	1.856	1.117
Agricultura (% do PIB)	16,0	21,6
Indústria (% do PIB)	31,8	31,2
Serviços (% do PIB)	52,2	47,2
Esperança de vida (anos)	46,2	41,9
Taxa de fertilidade (partos por mulher)	5,3	5,4
Taxa de mortalidade (por 1.000 partos de nado-vivos)	100,5	104,4
Taxa de mortalidade dos menores de cinco anos (por 1.000 partos de nado-vivos)	168,2	151,6
Taxa de mortalidade materna (por 100.000 partos de nado-vivos)	940/100.000	1100/100.000
Rácio raparigas/rapazes na escola primária/secundária	83,6	82,3
Taxa de completamento da escola primária	61,7	29,0
Taxa de alfabetismo adulto (%)	61,3	46,5

Fonte: PNUD 2005; Banco Mundial 2006

Comparado com outros países da África Austral, Moçambique permanece o mais pobre em termos de desenvolvimento humano, medindo o rendimento, longevidade e obtenção de educação (PNUD 2005). A Tabela 2 abaixo lista os países da região em termos de classificação do seu desenvolvimento humano e índice de desenvolvimento. Três tipos de dados adicionais são apresentados como particularmente relevantes para Moçambique, indicando tendências de desenvolvimento nos países vizinhos que provavelmente afectarão Moçambique e locais como Murrupula no futuro.

Tabela 2: Indicadores de Desenvolvimento Humano, África Austral e Moçambique

País	TDH (em relação a 177)	Valor do IDH	População Urbana	Proporção AFCM	Infecção por HIV/SIDA
Moçambique	168	0,379	30,1	16	16,1
Zâmbia	166	0,394	35,7	23	17,0
Malawi	165	0,404	16,3	27	14,1
Angola	160	0,445	40,0*	27 *	5,9 *
Lesotho	149	0,497	51,6	-	23,2
Swazilândia	147	0,498	23,5	26	33,4
Zimbabwe	145	0,505	34,9	33	20,1
Botswana	131	0,565	53,8	52	24,1
Namíbia	125	0,627	32,4	55	19,6
África do Sul	120	0,658	56,1	42	18,8

Fontes: PNUD 2005, Banco Mundial 2006, Nações Unidas 2004, Banco Mundial 2005, UNAIDS 2006, * Dados Nacionais Recentes (2006) Nacionais

Um aspecto é a relativamente baixa taxa de urbanização em Moçambique, comparada com outros países na região, de 30,1% (INE 2004a; ver também Nações Unidas 2004).⁶ Isto está provavelmente

⁶ Mesmo este número pode ser alto. Uma alteração da definição de áreas urbanas entre os Inquéritos aos Agregados Familiares de 1996/97 e 2002/03 aumentou a população urbana em 50% (Fox et al. 2005).

relacionado com factores como as políticas coloniais de descentralização e independência tardia; as implicações da guerra entre 1983 e 1992; e o predomínio da agricultura no país. Com a paz e desenvolvimento económico, é provável que a taxa de urbanização em Moçambique cresça significativamente no futuro. De acordo com as Perspectivas sobre Urbanização Mundial das Nações Unidas (UN 2004), Moçambique tem a taxa mais alta de crescimento urbano – 6,1% – da África Sub-Sahariana. Estudos mostram que a crescente urbanização em países da região tem conduzido a desenvolvimentos macro-económicos positivos, mas há também indicações claras de uma urbanização da pobreza (Kamete, Tostensen e Tvedten 2003). Há sinais de uma tal tendência em Moçambique. O Inquérito aos Agregados Familiares de 2002/03 (INE 2004a) mostra que, enquanto a pobreza rural decresceu de 71% para 55% entre 1996/97 e 2002/03, o decréscimo nas áreas urbanas foi de 62% para 51%. Maputo, de longe a maior cidade em Moçambique e provavelmente um indicador da tendência, viu a incidência real da pobreza aumentar de 47,3% para 53,2% no mesmo período (Fox et al. 2005).

Um segundo tipo de dados diz respeito à proporção de mulheres como chefes dos agregados familiares. Neste caso Moçambique apresenta uma taxa mais baixa que outros países da África Austral, com 16% em 2002/03 (INE 2004a). A baixa proporção em Moçambique pode estar relacionada com a predominância contínua da agricultura, modo de vida rural e tradição; a limitada independência económica de muitas mulheres; e a influência do Islão, principalmente nas zonas a norte do país onde a proporção de mulheres chefes dos agregados familiares é mais baixa. Todavia, parece haver aqui um processo de mudança importante. Muitas mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas parecem mudar-se para casa da sua própria família alargada e “desaparecerem” das estatísticas sobre chefes dos agregados familiares, particularmente nas sociedades matrilineares do norte. Com as actuais mudanças no sistema de parentesco e descendência, desenvolvimento económico e urbanização, Moçambique pode assistir a um aumento do número dos agregados familiares chefiados por mulheres, a exemplo de outros países da região que registaram desenvolvimentos similares (Bridge 2001). Isto alterará o perfil da pobreza no país e a natureza das relações sociais da pobreza, provavelmente no sentido de uma “feminilização da pobreza”, conforme se observa noutros países da região (Chant 2003). Na linha desta mudança, o quintil inferior em Moçambique apresentou o mais alto aumento de mulheres chefiando agregados familiares entre 1996/97 e 2002/03 (Fox et al. 2005).⁷

O terceiro aspecto onde Moçambique mostra características especiais é o da prevalência do HIV/SIDA. Apenas 16,1% da população é suposta estar infectada (UNAIDS 2006), uma taxa mais baixa do que em todos os outros países da região da África Austral excepto Angola. Acredita-se que a relativamente baixa incidência de HIV/SIDA em Moçambique está relacionada com a guerra; o tamanho e características rurais do país, deixando muitas comunidades relativamente isoladas; e aparentemente unidades familiares mais estáveis, especialmente nas zonas Muçulmanas do norte do país. A alta incidência do HIV/SIDA nos centros urbanos, na Beira, Nacala e outros “corredores” e ao longo da costa, com maiores movimentações da população, parece apoiar essa tese (MdS 2005). Espera-se que a taxa de infecção de HIV/SIDA aumente consideravelmente até ao ano de 2015 (UNAIDS 2006). Muito tem sido escrito sobre as implicações de um rácio mais elevado de HIV/SIDA em relação à incidência e perfil da pobreza em Moçambique (Arndt 2002; Petty 2004). É provável que afecte o acesso ao trabalho e produção agrícola, já que os membros da população fisicamente mais habilitados caem doentes e morrem; o acesso a serviços sociais, pela redução do número professores e enfermeiras; e o rácio de dependência em agregados familiares e famílias alargadas, o qual aumentará com mais bocas a serem alimentadas por um número mais pequeno de

⁷ Em países com altos níveis de desenvolvimento e incidência de agregados familiares chefiados por mulheres (tais como a África do Sul e Namíbia), os estudos indicam que a tendência virou no sentido de que agregados familiares chefiados por mulheres pobres são muitas vezes mais ricos do que os chefiados por homens pobres, devido à criação de fortes redes matri-focais (Chant 2003).

peças – em acréscimo aos óbvios e sérios efeitos psicológicos nas famílias e comunidades de taxas de morte muito mais elevadas.

2.2. Pobreza em Nampula

Olhando mais detalhadamente para Moçambique e Nampula (Tabela 3), a tendência geral na incidência e perfil da pobreza deveria ser já bem conhecida (ver, por exemplo, DNPO 2004a; Chiconela 2004; Fox et al. 2005). Houve uma redução global na pobreza de 69% para 54%. A incidência de pobreza é particularmente alta nas províncias de Inhambane e Maputo, e mais baixa na província de Sofala e na cidade de Maputo. A província de Sofala registou a maior redução do nível de pobreza. A província mais a norte de Moçambique – Cabo Delgado e a província mais a sul – Maputo são as únicas províncias que assinalaram um aumento da pobreza.

Tabela 3: Medida de pobreza por Província

Província	1996/97	2002/03	Redução/aumento de percentagem
Urbana	61,7	51,6	- 10,1
Rural	71	55,2	- 15,8
Niassa	69,9	49,5	- 20,4
Cabo Delgado	56,8	62,8	+ 6,0
Nampula	68,7	53,6	- 15,1
Zambézia	68	45	- 23
Tete	80,3	58,7	- 21,6
Manica	62,3	44,4	- 17,9
Sofala	88,2	34,1	- 54,1
Inhambane	83,8	81,1	- 2,7
Gaza	65,4	59,7	- 5,7
Maputo	64,8	71	+ 6,2
Maputo Cidade	47,3	53,2	+ 5,9
Todas	69,1	54,1	- 15

Fonte: Fox et al. 2005

De acordo com alguns observadores uma razão chave para a grande redução da pobreza é um igual crescimento e distribuição do consumo, com o nível de desigualdade em Moçambique a ser relativamente baixo (ver, por exemplo, Fox et al. 2005). Estão ainda a ser feitos esforços para explicar as grandes diferenças na incidência da pobreza e na sua redução entre as províncias, e entre as zonas norte, centro e sul do país (Broeck 2005). As principais explicações relacionam-se com as implicações do chamado “dividendo da paz”; condições agrícolas favoráveis; e opções melhoradas de comercialização nas áreas rurais e urbanas. Contudo, há uma percepção muito espalhada de que erros de amostragem desempenharam um papel, particularmente nos casos de Sofala (com o maior decréscimo de pobreza) e Cabo Delgado (uma das duas províncias onde a pobreza aumentou) (DNPO 2004; ver também Isaksen et al. 2005).

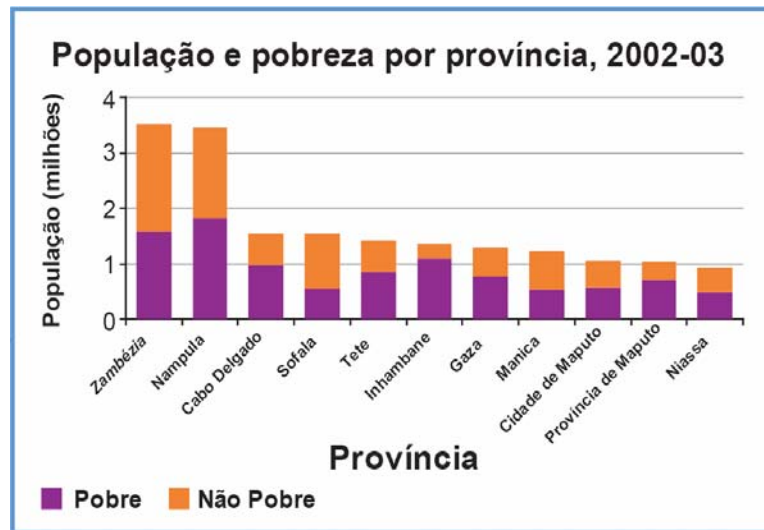
A incidência da pobreza rural em Moçambique baixou mais do que a incidência da pobreza urbana no mesmo período (DNPO 2004; Fox et al. 2005). Também neste caso há incerteza quanto aos números. O Governo alterou a sua definição de área urbana entre os dois inquéritos nacionais aos agregados familiares, aumentando a população urbana de Moçambique em 50% (Fox et al. 2005). Os dados oficiais mostram uma redução da pobreza nas áreas rurais de 71% para 55% (isto é, 16%) e nas áreas urbanas de 62% para 52% (isto é, 10%) (INE 2004a). Não há explicação evidente para a menor redução da pobreza nas áreas urbanas. Uma razão possível é que são principalmente os

habitantes mais pobres que migram para as áreas urbanas, e uma outra é o elevado custo de vida nas cidades, a par de estruturas de apoio informal enfraquecidas.⁸ Complicando tudo isto está o facto de a tendência geral se ter quebrado no caso de Nampula, onde as áreas urbanas viram um desenvolvimento mais positivo em termos de redução da pobreza que as áreas rurais.

Relevante também para o nosso estudo é uma percepção espalhada entre os Moçambicanos de que as suas condições *não* melhoraram tanto quanto indicam os dados quantitativos sobre bem-estar e pobreza. 50% dos agregados familiares em Moçambique acreditam que as suas condições se deterioraram entre os dois inquéritos, e apenas 21% acredita que melhoraram. De entre o quintil mais pobre, 59% acredita que a sua situação piorou e apenas 14% que melhorou, contra respectivamente 41% e 30% entre o quintil melhor (INE 2004a). Tais percepções são passíveis de ter implicações nas estratégias e percepções das pessoas sobre as suas opções de redução da pobreza e mobilidade social.

Por último, a Figura 2 abaixo constitui uma advertência útil da prevalência de pessoas pobres (preferivelmente a pobreza) em Moçambique: com cerca de 38% da população de Moçambique a residir nas duas províncias do norte Zambézia e Nampula, o maior número de pobres vive nessas províncias.

Figura 1. População e pobreza por província, 2002/03



Fonte: MPD 2006

Passando para as características mais explícitas da pobreza e bem-estar em Nampula (Tabela 4), a província exibe a contagem da percentagem de indivíduos pobres (52.6%) mais próxima da média nacional de 54,1%. Além disso, as medidas de intensidade da pobreza (nível de pobreza) e da severidade da pobreza (nível de pobreza elevado ao quadrado) estão próximas das médias nacionais (Fox et al. 2005).

Por outro lado Nampula revela números abaixo da média nacional para rendimento e consumo. O primeiro é o mais baixo do país, com um rendimento mensal per capita de 229.000 MT, contra a média nacional de 325.000 MT. E o último é de 238.310 MT contra a média nacional de 324.394 MT. A tabela revela também números mais baixos do que as médias nacionais para a educação.

⁸ Estas hipóteses serão testadas no próximo estudo das relações sociais urbanas da pobreza em Maputo.

Nampula tem uma das mais baixas taxas líquidas de matrícula na escola primária, com 36,7% contra a média nacional de 61%. Além disso, tem a segunda taxa mais alta de analfabetismo, com 65,1% contra uma média nacional de 53,6%. Na área da saúde, Nampula tem uma das mais altas taxas de fertilidade total do país com 6,2, e a segunda taxa mais alta de mortalidade infantil com 220/1000. Apenas a taxa de infecção por HIV/SIDA de 8,4% é menos severa do que a média nacional de 13,6%, muito provavelmente originada por uma combinação da constante importância da tradição em termos de organização do agregado familiar e da família; da distância dos maiores corredores de movimentação da população; e da prevalência do Islão (MdS 2005; Fox et al. 2005).

Tabela 4: Indicadores Sociais Básicos, Moçambique e Nampula

Item	Moçambique	Nampula
Geografia		
Área (km ²)	799.380	81.606
População	19,8	3,6
Densidade populacional (por km ²)	21,6	40,0
População rural / urbana (%)	68,8 / 31,2	70,2 / 29,8
Características do agregado familiar		
Tamanho médio do agregado familiar	4,8	4,4
Rácio de dependência (%)	99,0	102,1
Agregados familiares chefiados por mulheres (%)	16	15,4
Actividades económicas		
População economicamente activa (%)	83	87,6
Auto-emprego/emprego familiar (%)	87,7	89,2
Proporção empregada na agricultura (%)	80,5	82,8
Rendimento mensal per capita (MT)	325.000	229.000
Despesa mensal per capita (MT)	324.394	238.310
Agregados familiares possuindo uma bicicleta (%)	28,1	26,7
Agregados familiares possuindo um rádio (%)	45,5	48,3
Educação		
Taxa de matrícula na escola primária (%)	61	46,3
Taxa de analfabetismo masculino (%)	48,7	36,7
Taxa de analfabetismo feminino (%)	68	81,4
Saúde		
Taxa de mortalidade infantil (0-1 anos)	124	164
Taxa de mortalidade infantil (0-5 anos)	178	220
Mal-nutrição crónica (0-5 anos)	41	42
Taxa de fertilidade total	5,5	6,2
HIV/AIDS (15-49 anos)	13,6	8,1
Indicadores de pobreza		
Percentagem de indivíduos pobres (%)	54,1	52,6
Nível/intensidade da pobreza (%)	19,9	18,7
Severidade/nível da pobreza elevado ao quadrado (%)	9,9	8,6

Fontes: Banco Mundial 2006; Fox et al. 2005; INE 1999, 2004a.

Nos capítulos seguintes, iremos além dos dados agregados sobre pobreza, para olhar para as condições sócio-económicas e relações sociais da pobreza no Distrito de Murrupula, a fim de compreendermos melhor a dinâmica da pobreza, as estratégias de sobrevivência dos pobres, e as possíveis medidas para alívio da pobreza em distritos como o que é objecto deste estudo.⁹

⁹ Não há dados directamente comparáveis para o Distrito de Murrupula: os dados do Censo de 1997 são antigos e têm uma gama mais limitada de informação sócio-económica. E os dois Inquéritos Nacionais aos Agregados Familiares de 1996/97 e 2002/03 são desenhados para serem representativos aos níveis nacional e provincial.

3. Descrição da Área de Estudo

A província de Nampula fica localizada no norte de Moçambique, fazendo fronteira com as províncias de Cabo Delgado a nordeste, Niassa a noroeste e Zambézia a sul (ver Mapa 1). A província é muito favorecida pelas chuvas, recebendo em média 1.059 mm por ano, é considerada uma das áreas mais produtivas do país, e é normalmente dividida nas regiões litoral, central e interior relativamente às suas características ambientais e económicas. A agricultura é a actividade económica predominante, historicamente com uma mistura de pequena escala, principalmente agricultura de subsistência e grandes unidades produzindo culturas de rendimento tais como o algodão, castanha de caju e tabaco (DNPO 2000; Cruzeiro do Sul 2002; EIU 2006a). No litoral, a pesca e a cultura do côco constituem importantes fontes adicionais de subsistência e rendimento. Excepto no que respeita à agro-indústria, existe apenas um pequeno número de grandes empresas industriais em Nampula. O porto principal que serve a província é Nacala, situada na costa norte da província. O turismo não está ainda desenvolvido, mas a historicamente importante Ilha de Moçambique (isto é, a primeira capital de Moçambique) atrai visitantes.

Nampula tem 3,9 milhões de habitantes estimados em 2006 (INE 2004a; ver EIU 2006 para estimativas actuais). De acordo com o último Censo (INE 1999), 74,9% da população vive em áreas rurais e 25,1% em áreas urbanas, incluindo uma população de 303.000 na capital de província Nampula, o maior centro urbano. O grupo etno-linguístico predominante é o Macua, abrangendo 90,2% da população. O Islão é a religião principal na província, absorvendo uma população estimada em 39,1%, seguindo-se o Catolicismo estimado em 27,3% (DNPO 2000). Muitas pessoas aderem também a crenças “tradicionalistas” onde os antepassados desempenham um papel central. A forte (embora em mudança) tradição do matrilinearismo tem implicações não apenas na distribuição de terras e normas de herança, mas também nas relações sociais de bem-estar e pobreza. Politicamente, a Renamo tem tido uma forte posição em Nampula, com 26 e 32 dos 50 assentos da província no Parlamento nas eleições de 1994 e 1999. Na mais recente eleição em 2004, Armando Guebuza recebeu 49,8% e Afonso Dhlakama 44% dos votos na eleição presidencial e a Frelimo ganhou 27 dos 50 lugares no Parlamento – embora com uma comparência de votantes de apenas 32,3%.

Murrupula é um dos 21 distritos da província e tem uma população de 101.745 habitantes ou seja três por cento do total da população residente de Nampula (INE 1999). O Distrito está localizado na fronteira do que tem sido definido como as zonas central e interior da província (Cruzeiro do Sul 2002). A capital do distrito (Vila de Murrupula) tem uma população de 28.929 habitantes (INE 1999). Murrupula fica localizada a 80 km da capital provincial Nampula e a aproximadamente 50 km da fronteira com a província da Zambézia. O Distrito cobre uma área de 110.867 km², tendo uma densidade populacional de 37 habitantes por km², o que o situa próximo da média provincial de 39 habitantes por km² (DNPO 2000). As quatro áreas geográficas seleccionadas para este estudo estão localizadas em dois dos três Postos Administrativos do Distrito, nomeadamente Nehessiu e Chinga (ver Mapa 2).¹⁰ O terceiro Posto Administrativo é Murrupula. A população do Distrito e dos seus Postos Administrativos, de acordo com o Censo de 1997, é fornecida na Tabela 5 abaixo.

¹⁰ O mapa está desenhado na base de uma combinação do mapa desenhado à mão usado pela administração distrital e um mapa produzido pelo Ministério da Agricultura para os seus fins. A área e as fronteiras políticas não são por isso precisas, mas indicativas.

Tabela 5. População do Distrito de Murrupula

Área	Homens	Mulheres	Total
P.A. Murrupula (incl. Vila)	34.390	35.450	69.840
P.A. Chinga	3.439	3.362	6.801
P.A. Nehessiue	12.381	12.723	25.104
Distrito de Murrupula	50.210	51.535	101.745

Fonte: INE 1999.

3.1 Breve Historial

As condições de bem-estar e pobreza em Nampula e seus distritos são o resultado de processos históricos complexos. A história da província de Nampula pode ser traçada recuando até às migrações originais dos Bantu à volta do ano 300 DC; à chegada dos mercadores Árabes cerca do ano 400 DC; à chegada dos colonizadores Portugueses em 1500; e à migração dos Zulus no século XIX e outras ocorrências (Isaacman e Isaacman 1983; Newitt 1997; Sheldon 2002; coment. pess. de S. Sættersdal). Desenvolvimentos mais recentes, porém, têm tido um maior impacto directo nas condições sócio-económicas e relações de pobreza actuais. Estes incluem o final do período colonial, conduzindo à independência em 1975; a implementação de políticas socialistas a partir de meados dos anos 1970; a guerra civil desde o princípio dos anos 1980 até ao princípio dos anos 1990; e a privatização da economia a partir do princípio dos anos 1990. Pitcher (1998) defende que estes processos contribuíram mais para desfazer do que para desenvolver e transformar as comunidades e as relações agrárias. Um tema predominante nas páginas que se seguem é o impacto temporário destas forças externas na organização comunitária e a concomitante importância duradoura das autoridades tradicionais, bem como na produção agrícola e a concomitante importância contínua da agricultura de subsistência.

Todos os quatro processos criaram instabilidade política e incerteza económica na província e em distritos como Murrupula. Os Portugueses substituíram as autoridades tradicionais macuas (com o *mwene* ou chefe como autoridade central) pelo seu próprio sistema de régulos (reminiscência do *mwene*), cabos (adjuntos do régulo) e *reis e rainhas* (da linhagem dos reis e rainhas). Muitos destes líderes comunitários tinham legitimidade local limitada. Eles eram usados principalmente para cobrar impostos, actuar em conflitos de terra, resolver disputas domésticas e em alguns casos gerir a produção agrícola dos colonizadores. Todavia, o sistema tradicional sobreviveu no meio da opressão, marginalização e empobrecimento, devido à sua proximidade da população e à necessidade de algum tipo de representação. Os Portugueses forçaram os agricultores Africanos a produzir algodão, caju, tabaco e outras culturas de rendimento na sua própria terra, mas também desenvolveram grandes plantações onde as pessoas faziam trabalho forçado. O algodão era particularmente importante, como refere o título do livro “O Algodão é a Mãe de Toda a Pobreza” (Isaacman 1996). Dentro dos constrangimentos económicos do sistema colonial, as famílias Africanas tinham de equilibrar a procura de culturas de rendimento com a sua própria produção de culturas alimentares, sendo esta última prejudicada pelo acesso limitado a meios de produção, trabalho e tempo. Deste modo, a agricultura familiar permaneceu de subsistência e com baixos níveis de produção.

A estratégia de desenvolvimento da Frelimo a seguir à independência em 1975 foi tentar abolir as empresas privadas, eliminar as autoridades tradicionais e reduzir o papel do sector familiar. A nova abordagem enfatizava as empresas agrícolas estatais, o controlo estatal de redes de comercialização e a produção colectiva. O Governo encorajou também a formação de aldeias comunais, onde os presidentes, os secretários do partido e os grupos dinamizadores eram responsáveis pela mobilização política e desenvolvimento económico (Pitcher 1998: 124). As raízes fundas e a

constante importância das políticas e das produtivas consuetudinárias contribuíram todas elas para o limitado sucesso da experiência da Frelimo. Politicamente, as autoridades instaladas pela Frelimo nunca tiveram verdadeiro apoio, e durante este período as autoridades tradicionais parecem ter aumentado em vez de decrescer a sua influência em distritos como Murrupula. Para os agricultores familiares, os preços artificialmente baixos dos produtos comercializados, uma falta de utensílios agrícolas e uma falta de bens de consumo contribuíram para continuarem a sua orientação de subsistência e para baixos níveis de produtividade.

A intensificação da guerra entre a Frelimo e a Renamo desde 1983 ainda desestabilizou mais Nampula, com a destruição por toda a província de escolas, postos de saúde, machambas colectivas e outras instituições introduzidas pela Frelimo. Dado que a Frelimo concentrou as suas forças e defesa à volta das áreas económicas mais importantes, a Renamo tinha acesso mais fácil a áreas mais periféricas como Murrupula (Pitcher 1997). Chinga (Namilasse) cedo se tornou a maior base da Renamo no norte de Moçambique. O apoio à Renamo era alimentado pela ideologia estratégica do movimento de respeito pelas práticas consuetudinárias e autoridades tradicionais. A guerra em Murrupula foi particularmente destrutiva e horrível, com muita gente a ser morta e outra a fugir procurando protecção em centros populacionais (incluindo a Vila de Murrupula) ou escondendo-se para o interior. A produção das culturas comerciais e das culturas alimentares tornou-se muito difícil, dada a falta de meios de produção e a situação da segurança. Mais do que em outros períodos, a guerra trouxe pobreza, insegurança e instabilidade a Murrupula – o que parece ter reforçado a base da tradição e das autoridades tradicionais.

Uma quarta grande mudança deu-se no fim dos anos 1980 com a introdução do capitalismo e das leis do mercado. Após o fim da guerra em 1992, as antigas unidades de produção de algodão, caju e tabaco foram reestruturação e vendidas a empresas privadas (muitas vezes na forma de “joint ventures”), tendo-se Nampula tornado o maior produtor Moçambicano destas culturas (DNPO 2000). Foi também criado espaço para agricultores individuais expandirem a produção de culturas de rendimento (principalmente algodão e castanha de caju), e comerciantes Indianos, em particular, estabelecerem grandes redes comerciais. Nampula viu crescer a desigualdade entre um pequeno número de grandes produtores privados e a vasta maioria de agricultores de pequena escala. Em distritos mais periféricos como Murrupula, as implicações da privatização têm sido até agora contraditórias. Com paz e amplo acesso à terra, o potencial para a produção alargada de culturas alimentares e culturas de rendimento existe, mas, conforme veremos, comerciantes privados e opções de mercado são manifestamente ausentes ou exploradores. Numa situação de pobreza e vulnerabilidade num contexto sócio-económico crescentemente mercantilizado, a tradição em todas as suas formas continua a ter impacto sobre a vida das pessoas de Murrupula.

As grandes tendências históricas delineadas acima encontram ressonância nas percepções *emic* das pessoas de situações importantes na sua própria história, quando estas foram expressas através do processo de produção de histogramas locais (ver Secção 1.3). As pessoas dão também importância a incidentes mais imediatos que modelaram a sua própria comunidade e as percepções de vulnerabilidade e impotência. Estes incidentes incluem referências a fenómenos naturais e animais selvagens; fome e mal-nutrição; pequenos incidentes aparentemente inexplicáveis; e mudanças em termos de comércio e outros condicionalismos externos. Notáveis são também as histórias *emic* por duas outras razões: uma é a omissão de incidentes relacionados com o Estado (incluindo eleições e o surgimento de instituições estatais tais como escolas e hospitais), e outra é a ênfase na importância das organizações de ajuda externa desde o fim da guerra. Conforme defendido na Introdução, as descrições das pessoas das suas próprias histórias são importantes, não principalmente pelo seu grau de “verdade histórica objectiva” mas por aquilo que dizem sobre o que o povo acredita que modelou (e portanto pode modelar) o seu destino.

Olhando detalhadamente para um dos histogramas (ver Anexo 3), a história em um dos cabos, tal como contada por um grupo de 12 anciãos, homens e mulheres, começou com a descrição de uma guerra horrível que teve lugar “há muitos anos”.¹¹ Os soldados eram terríveis, e o povo da zona encontrava os restos mortais das suas próprias crianças na sua própria alimentação. Dois fenómenos naturais (ambos à volta de 1940) foram enfatizados a seguir, um deles um terramoto “destruindo habitações e campos” e outro um eclipse “fazendo com que muitas pessoas se voltassem para a religião”. “Chibatas” e “trabalhar sem receber” estão associados com os colonizadores dos anos 1960. Dois outros incidentes enfatizam a sua vulnerabilidade perante os Portugueses: eles punham “papéis com os nossos nomes numa caixa”, e “escavavam buracos fundos com cinco metros por toda a área”, sendo que, argumentam as pessoas até agora, não se compreendem as razões de nenhuma destas atitudes. A partir do final dos anos 1960 o povo ficou “com medo da guerra à noite”, e as coisas tornaram-se particularmente brutais à volta dos anos 1970 “quando os Portugueses perceberam que iam perder a guerra”.

Pouco foi referido sobre o período logo após a independência em 1975, excepto que o mesmo trouxe “menos sofrimento”. O grupo descreveu também, rindo, o quanto se interrogaram sobre o que quereria o novo governo quando mandou pôr “carimbos” em todos, referindo-se às campanhas de vacinação contra a poliomielite que deixaram marcas permanentes nos braços das pessoas. O primeiro sinal da nova guerra foi dado em 3 de Outubro de 1978, quando um avião voando sobre Murrupula “trouxe a guerra”. Oito anos depois “Samora morreu”, e “outra guerra” (designada por *a outra guerra de zagaias*) surgiu à volta de 1990 e foi particularmente brutal, com “guerrilheiros sem roupa” – situação muito provavelmente relacionada com bandidos e soldados desesperados que continuaram a luta quando a guerra caminhava para o seu fim. O ano de 1992 foi notável pela presença de um leão que “matou e destruiu machambas”, sublinhando novamente uma sensação de vulnerabilidade. Finalmente, a era pós-guerra está principalmente associada com a chegada de diversas organizações não governamentais, sem menção ao Estado, governo local ou eleições democráticas. Como se pode ver na secção seguinte sobre a Administração Distrital de Murrupula, isto reflecte pelo menos parcialmente uma quase ausência *de facto* do Estado nas áreas mais fortemente associadas com a Renamo até cerca do ano 2000.

3.2 Administração Distrital

O nível distrital da economia política de Moçambique tem um efeito considerável na vida quotidiana, bem-estar e pobreza das pessoas e a nova política de descentralização planeia aumentar substancialmente o papel das autoridades distritais (ver GdM 2005a; RdM 2005). A Administração Distrital de Murrupula está localizada na Vila de Murrupula (“a Vila”). A Vila é não apenas central por alojar as instituições chave de tomada de decisões políticas e económicas, mas também um importante ponto de referência económico e sócio-cultural principalmente para a população essencialmente rural de Murrupula.

A Administração Distrital é actualmente composta por um total de 54 funcionários (“deveríamos ser mais, mas muitos faleceram nos últimos anos” de acordo com um empregado). É chefiada por um Administrador Distrital; um Secretário Permanente recentemente admitido, e chefes respectivamente dos departamentos administrativo e de contabilidade. As instalações são espaçosas, mas desgastadas e sem fotocopiadora, computadores ou quaisquer outros aparelhos que necessitem de electricidade. Os documentos são elaborados em velhas máquinas de escrever manuais, e a orçamentação e registos financeiros são frequentemente feitos com lápis e caneta. De acordo com um funcionário, a única coisa que nos últimos anos facilitou o trabalho é o telefone celular, mas a rede apenas cobre ainda parte do Distrito.

¹¹ De acordo com o Sr. Steinar Sætersdal (coment. pessoal) isto pode referir-se à invasão dos Zulus no fim do século XIX.

Não obstante as difíceis condições de trabalho, é nossa impressão que a Administração trabalha árdua e empenhadamente. Apresenta o seu Plano de Acção Económico e Social (PES) e conduz os principais desafios com autoridade. E está consciente das potenciais implicações da actual política de descentralização conforme expressa na nova Lei dos Órgãos Locais “LOLE” (RdM 2005), embora esteja menos certa acerca da estratégia do governo central para a sua implementação. Exercer um maior controlo sobre a tomada de decisões e o orçamento é tido como importante para o desenvolvimento do Distrito, e a sua expectativa é que pelo menos algumas das iniciativas de descentralização serão implementadas em 2006. A planificação e coordenação das actividades é actualmente feita através de um Conselho Consultivo Distrital anual envolvendo a Administração, autoridades tradicionais e outros líderes comunitários, antes da submissão do Plano Económico e Social do Distrito; através de reuniões mensais – *Sessão Ordinária Mensal* – incluindo Chefes dos Postos Administrativos e Directores Distritais dos ministérios sectoriais; e através de reuniões regulares entre as administrações distrital e provincial. Há também dois Conselhos Consultivos por ano ao nível dos Postos Administrativos. Todavia, é facilmente reconhecido que actualmente exercem pouco controlo sobre os orçamentos e que a maior parte das decisões são tomadas aos níveis central e provincial, deixando pouco espaço para a tomada de decisões *de facto*.

O sistema de implementação da planificação, orçamento e desenvolvimento no Distrito de Murrupula está numa situação de franca mudança. Conforme entendido pela Administração Distrital, o objectivo da nova Lei dos Órgãos Locais é descentralizar responsabilidades tanto para o desenvolvimento global do Distrito como para sectores mais específicos tais como saúde, educação, agricultura e estradas – resumido pela ideia do Governo Distrital, que já foi implementado em Murrupula. A expectativa mais concreta está relacionada com uma transferência anual de 7 biliões de MT para serem aplicados em fins de investimento, com base nas prioridades do próprio Distrito. Esperam também (embora sublinhando que isto não é ainda claro para eles) receber mais fundos para actividades relacionadas com educação, saúde, desenvolvimento agrícola e estradas, através da transferência de recursos actualmente geridos pela administração provincial. Tal como a Administração Distrital o vê, o novo sistema descentralizado incluirá também o aumento de fundos ao nível dos Postos Administrativos e de Localidade (incluindo pequenos orçamentos de investimento), e salários (ou “compensação”) para os dois níveis mais altos das autoridades tradicionais (régulos e cabos), com remuneração trimestral de 750.000 MT e 450.000 MT respectivamente. Formalmente, os aspectos chave da Lei dos Órgãos Locais são os seguintes (ver RdM 2005; ver também Macdonald et al. 2005):

Caixa 1: Sobre aspectos chave da LOLE

- Contribuir efectivamente para o desenvolvimento sustentável do país e serem alcançados os objectivos do PARPA
- Fazer do distrito a unidade territorial principal da organização e funcionamento da Administração Local do Estado e base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural
- Assegurar que a província promove/executa as políticas centrais, define as políticas locais, coordena, supervisa e apoia as acções dos distritos e respectivos GDs.
- Assegurar a adequação das estruturas das instituições públicas para maior eficiência organizacional e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento do país.
- Redimensionar organizacional e funcionalmente os GDs buscando oportunidades, ganhos de eficiência e eficácia na mobilização e utilização racional e otimizada dos recursos.

O Distrito está dividido em três Postos Administrativos (ver Mapa 2). Murrupula cobre a maior área e tem a maior população (Tabela 5), e inclui a Vila de Murrupula. Nihessiu e Chinga situam-se respectivamente nas zonas sul e norte do Distrito, com a primeira fazendo fronteira com a província

da Zambézia (Distrito de Gilé) e a segunda com o Distrito de Ribáue na Província de Nampula. O Posto Administrativo de Nihessiue está situado a 30 km da Vila de Murrupula, e está instalado num velho edifício deixado por uma ONG internacional. Muito poucas pessoas vivem na zona onde se situa o posto; não há outras instituições públicas nas proximidades; e a estrada que leva até lá é sem saída, com muito pouco tráfego. Há concentrações de população na área administrada pelo Posto, mas longe do Posto propriamente dito. Chinga encontra-se a 42 km da Vila. A localização do Posto Administrativo é mais central, adjacente à estrada principal para Ribáue e numa localidade que também possui uma escola primária, um posto de saúde e um pequeno mercado ao ar livre recentemente estabelecido. Em ambos os casos as estradas são más e difícil o transporte para a capital do Distrito. Uma ponte na estrada entre Chinga e a Vila de Murrupula encontra-se destruída, obrigando a um desvio que aproximadamente duplica a distância.

De acordo com a Administração Distrital, os dois Postos Administrativos têm características políticas e sócio-económicas contrastantes, sendo o primeiro mais desenvolvido e o último menos desenvolvido e “com maior dificuldade de relacionamento” conforme o define o Administrador Distrital. Chinga (particularmente a zona de Namilasse) abrigou durante a guerra uma grande e importante base da Renamo, e foi praticamente ignorada pela Administração Distrital até cerca de 2000 (conforme coment. pess.). Há agora uma política mais activa de incorporação da área no Distrito e nos seus esforços de desenvolvimento. Os Chefes de Posto são funcionários do governo experientes, mas trabalham em circunstâncias difíceis. Um dos chefes não conta actualmente com nenhum pessoal, e o outro conta apenas com três funcionários. Apenas um dos Postos Administrativos pode ser contactado por telefone celular, dependendo o outro de contacto irregular via rádio. Os únicos meios de transporte disponíveis para o Posto são pequenas motocicletas que estão frequentemente avariadas ou sem gasolina. Por outro lado, os Chefes trabalham com um orçamento muito pequeno, para além do indispensável para pagar salários e outros custos correntes. Tudo isto contribui para que os papéis dos postos administrativos e dos seus Chefes não sejam ainda claros para o grande número de população por eles servida.

O nível administrativo de Localidade foi implementado no Posto Administrativo de Murrupula, abrangendo as localidades de Vila de Murrupula, Kazuzu e Namitotilane, mas só parcialmente para Nihessiue e Chinga. Em Nihessiue, duas zonas cobrindo cerca de 40% da área administrativa são actualmente designadas por Localidades, mas apenas um Chefe de Localidade foi nomeado. Em Chinga, apenas Namilasse é declarada Localidade. Foi atribuído ao Posto, uma antiga praça forte da Renamo, o título de Localidade Política, com a nomeação oficial de um membro da Frelimo como Chefe de Localidade. Isto mostra um factor de complicação na Administração do Distrito, nomeadamente, a indefinição de fronteiras entre o Estado e o Partido Frelimo, que tem implicações particulares numa área onde a Renamo foi (e ainda é) considerada uma importante força política.

Além da Administração Distrital *per se*, os ministérios sectoriais representados no Distrito são administrados actualmente através de estruturas verticais paralelas, mas os directores distritais reúnem-se regularmente com a administração distrital e conhecem os planos para uma maior autonomia e reorganização num “Governo Distrital”. O sector educacional no Distrito de Murrupula é actualmente composto de 87 escolas primárias EP 1 (Classes 1-5), cinco escolas primárias completas (Classes 1-7), e uma escola secundária localizada na Vila de Murrupula (Classes 8-10). Em 2005, 27.029 alunos das classes 1-9 (22.422 em 2004) foram ensinados por 385 professores, o que dá uma média de 70,2 alunos por professor. Não há números disponíveis sobre a proporção de crianças em idade escolar que actualmente frequentam a escola. O sector saúde no Distrito consiste em quatro centros de saúde; dois postos de saúde; e sete postos de socorro comunitários. As actividades do sector agrícola são essencialmente levadas a cabo por 15 funcionários da extensão agrícola trabalhando com um total de aproximadamente 100 associações agrícolas. Por último, a polícia e o sistema judicial estão presentes na forma de uma pequena autoridade policial, um tribunal distrital e uma prisão local.

Tendo esboçado a administração pública do Distrito de Murrupula, a característica mais impressionante que registámos é até que ponto as populações de Nihessiu e Chinga consideram o Estado alheio às suas comunidades e agregados familiares. Tanto no mapeamento das instituições comunitárias importantes como nos diagramas de Venn em que as pessoas foram convidadas a listar os indivíduos e instituições importantes para elas (ver Secção 1.3), as instituições governamentais só raramente apareciam, embora estejam representadas em ambas as áreas administrativas e as pessoas tenham perfeito conhecimento da sua presença na Vila de Murrupula. A nossa análise mostra também que quanto mais pobres são os agregados familiares e indivíduos, *menos* relevância dão às instituições governamentais e *mais* relevância atribuem à família alargada, matrilinearidade e autoridades tradicionais.

As estruturas e sistemas das autoridades tradicionais conservam-se ainda bastante intactas no Distrito de Murrupula e a sua influência é considerável. Em conjunto há sete régulos no Distrito, e cada um tem uma área geográfica de responsabilidade claramente definida (ver Mapa 2).¹² Cada área é subdividida em cabos, termo este usado quer para a área como tal quer para o chefe (cabo) responsável pela mesma. Os cabos actuam como representantes do régulo nas suas áreas respectivas, mas têm também uma certa autonomia. Na área de Nihessiu onde reside o régulo Pepa há um total de quatro cabos, e na área de Chinga onde vive o régulo Namacorro os cabos são dois. Além disso cada cabo tem um sistema de *chefes de povoações*, que reportam para o cabo (e através deste para o régulo) mantendo-os informados sobre os desenvolvimentos na aldeia relevante. Adicionalmente, existem também sistemas tradicionais de Conselho de Anciãos e polícia e tribunais comunais.

Abaixo deste nível vigora um sistema de “reis” e “rainhas” (*mwene* e *apwiamwene* em língua macua), que são chefes dos clãs matrilineares ou *nihimos* (ver Capítulo 5) e têm tarefas específicas relacionadas com assuntos internos dos *nihimo* relativos à orientação social e conflitos sobre terra e bens. Por último, os feiticeiros e curandeiros são líderes tradicionais importantes. Não só têm influência sobre questões de saúde física e mental *per se*, como também sobre outras áreas da vida da comunidade em que o feitiço esteja envolvido, relacionadas com processos que vão desde a produção agrícola ao controlo social de indivíduos considerados “diferentes” pela comunidade. Num dos cabos, o respectivo cabo estimou o número total de feiticeiros entre 35 e 40.

Embora os régulos e cabos como autoridades políticas detenham um papel e influência junto das suas áreas tradicionais de responsabilidade, talvez a característica mais notável seja até que ponto os seus papéis se inter-relacionam com os do Estado. A um certo nível, tanto a Administração Distrital como os Chefes dos Postos Administrativos enfatizam o quanto dependem dos líderes tradicionais para cumprir os seus papéis, dado que “eles mantêm um contacto estreito com as suas populações e sabem o que se passa”, conforme assinalou um dos Chefes de Posto. De acordo com isto, os régulos e cabos não só convocam reuniões públicas em nome dos representantes do Estado, como também normalmente tomam parte nas mesmas. Similarmente, os Chefes dos Postos Administrativos fazem-se acompanhar dos líderes tradicionais em reuniões ao nível provincial. Por último, há diversos casos de “intercepção”: num dos Postos Administrativos, o régulo foi Chefe de Posto durante algum tempo. Noutro, um cabo desempenha um papel importante como responsável do conselho escolar de uma ZIP (Zona de Influência Pedagógica) abrangendo sete escolas primárias. E há zonas dentro dos Postos Administrativos que ainda não foram definidas como Localidades e onde o cabo actua como Chefe.

O estreito relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais tem sido reconhecido de facto através da cobrança de taxas e impostos à população sob a sua jurisdição. Os régulos e cabos

¹² O primeiro mapa que nos foi dado pela Administração Distrital para suporte do nosso trabalho mostrava as sete áreas com o nome do régulo relevante, o que indica a importância que lhes é atribuída pela Administração.

cobram normalmente a contribuição pessoal anual de 15.000 MT, o imposto de bicicleta anual de 140.000 MT, e a taxa diária de 3.000 MT aos comerciantes que vendem os seus produtos em locais públicos. Os régulos e cabos recebem uma percentagem sobre as cobranças efectuadas, como compensação pelo seu trabalho. De acordo com a Administração Distrital, esta compensação é respectivamente de 20% e 5% sobre o valor cobrado. Com a planeada reintrodução de salários para régulos e cabos como parte da nova Lei dos Órgãos Locais, formalizar-se-á a interdependência entre Estado e autoridades tradicionais. Como veremos, as implicações práticas do relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais variarão consoante as condições históricas e actuais na zona em questão. Fica porém claro que no Distrito de Murrupula uma política activa orientada para a redução da pobreza não pode actualmente ser levada a cabo sem o envolvimento activo das instituições tradicionais.

Tendo descrito o sistema administrativo e procedimentos políticos em Murrupula, terminaremos esta secção com uma apresentação das percepções das próprias pessoas sobre as instituições que consideram mais importantes para elas e para a sua comunidade, sejam de nível nacional, provincial, distrital ou comunitário. Conforme explicado na Secção 1.3, pediu-se a um grupo formado por líderes comunitários e pessoas com maior educação (normalmente professores) para desenhar um mapa dessas instituições. Nas quatro áreas de estudo, os grupos escolheram desenhar um mapa da sua comunidade próxima, enfatizando as autoridades tradicionais, organizações não governamentais, estruturas partidárias, igrejas e casas privadas (usualmente representando pessoas que “tiveram sucesso” economicamente), em vez de instituições governamentais. Nenhum incluiu a administração distrital e apenas um cabo referiu o posto administrativo, instituições a que o Governo atribuía papéis chave no alívio da pobreza. Cada sessão de desenho foi seguida de discussões sobre o porquê de terem sido enfatizadas certas instituições, outras menos realçadas e ainda outras excluídas do mapa, discussões estas que confirmaram largamente a importância das instituições tradicionais. Uma notável excepção é o papel do Partido, que em Muquela (isto é, a comunidade com a mais longa história de inclusão nas áreas controladas pelo governo e mais próxima da sede distrital) foi considerado importante, mas sem ser directamente associado ao Estado como tal.

O Anexo 3 inclui um exemplo de um dos mapas desenhados. É um dos mapas mais simples e é talvez o mais revelador, tanto pelo que não inclui como pelo que inclui (ver no Anexo 3 o exemplo de um mapa mais elaborado). Embora sejam omitidas várias instituições governamentais (incluindo o posto administrativo, posto de saúde e a maioria das escolas), praticamente todas as mesquitas e igrejas são incluídas como sendo importantes. As igrejas e mesquitas são importantes não apenas em termos práticos e económicos (muito poucas têm dinheiro, alimentos ou outros bens para distribuir), mas principalmente como espaços sociais e fontes de conforto em tempos difíceis. Incluídas estão também as casas do principal líder tradicional (o cabo) e do secretário do Partido (que neste caso é uma pessoa do partido com raízes locais). Foram também incluídas três outras instituições: a primeira é uma montanha nos arredores da comunidade, que foi muito importante como refúgio durante a guerra. A segunda é uma machamba e criação de gado, cujo proprietário é uma pessoa de fora da comunidade, consideravelmente maior do que qualquer outra machamba local. E a terceira é um esboço da única casa com telhado de zinco da comunidade, um sinal de sucesso económico e mobilidade social ascendente. Como veremos no Capítulo 5, a importância da família alargada, do *nihimo* e dos líderes tradicionais é reafirmada quando os agregados familiares são solicitados a identificar as pessoas e instituições mais importantes para as suas estratégias de sobrevivência.

3.3 A Economia Distrital

Conforme assinalado acima, a base financeira do Distrito de Murrupula encontra-se actualmente numa fase de transição. O Distrito recebeu até aqui do governo central e provincial fundos consignados destinados a cobrir os seus custos administrativos, e financiamentos paralelos através dos ministérios sectoriais para actividades relacionadas com saúde, educação, agricultura e segurança social. A nova Lei dos Órgãos Locais (LOLE) prevê uma maior autonomia financeira e descentralização das responsabilidades de planificação e implementação (RdM 2005; ver também MacDonald et al. 2005). Os fundos serão ainda transferidos dos governos central e provincial, mas com menos limitações e com mais opções para além das provenientes de impostos, taxas e outras fontes de receita gerados localmente.

A Administração Distrital está envolvida no processo de preparação para esta situação. A Tabela 6 apresenta o Plano Económico e Social (PES) do Distrito para 2006, tal como foi submetido ao Governo em Setembro de 2005. Conforme se observa na tabela,¹³ a principal fonte de financiamento é o Orçamento do Estado, com 31.326,75 biliões de MT. O Distrito prevê também um financiamento de fontes externas (ONGs) de 1.672,24 biliões de MT, e a sua receita própria proveniente de impostos e taxas no valor de 599,56 biliões de MT.

Tabela 6. Orçamento do Distrito de Murrupula para 2006 (biliões de MT).

Órgãos do estado	Orçamento total	Fontes de financiamento		
		Oe	Impostos	Doadores
Administração Distrital	12.415,81	10.743,57	599,56	1.672,24
Postos Administrativos	0,00	0,00		
Localidades	0,00	0,00		
Serviço de Saúde	1.952,65	1.952,65		
Serviço de Educação	17.757,97	17.757,97		
Serviço de Agricultura	772,52	772,52		
Serviço de Acção Social	100,40	100,40		
Serviço de Cultura	0,00	0,00		
Serviço de Justiça	263,65	263,65		
Serviços Minerais	0,00	0,00		
Serviços de Industria e Comércio	0,00	0,00		
Delegação Distrital do INEFP	0,00	0,00		
Serviço de Trabalho	0,00	0,00		
Serviço das Pescas	0,00	0,00		
Dir.Provincial de Obras Publicas	0,00	0,00		
Orçamento Total	32.998,99	31.326,75	599,56	1.672,24

Fonte: PES 2006, Distrito de Murrupula

A maior parte dos custos previstos está relacionada com educação, administração distrital, serviços agrícolas e saúde. Digno de nota é haver orçamento para postos administrativos, de localidade ou para obras públicas (o Ministério de Obras Públicas não está representado no Distrito). Das despesas de funcionamento de 24.326,76 biliões de MT, a verba de 18.636,76 biliões de MT destina-se a “salários e remunerações”, 1.433,75 biliões de MT a “outras despesas” e 4.229,50 biliões de MT a “bens e serviços”. Apenas 8.727,24 biliões de MT são orçamentados para

¹³ O orçamento tem sido acompanhado e alterado manualmente e é por vezes difícil de interpretar, mas dá uma indicação dos planos e expectativas da Administração.

investimentos, dos quais a maior parte são os prometidos 7 biliões de MT que fazem parte da nova iniciativa de descentralização. Na altura do nosso estudo, o Chefe das Finanças informou que o Distrito receberia efectivamente apenas 21 biliões de MT (63%) do total orçamentado. Para além disso, os 7 biliões de MT para investimentos ainda não tinham sido recebidos.

Dados os desafios substanciais que se colocam ao Distrito de Murrupula e os sinais políticos de descentralização de responsabilidades em favor das políticas de redução da pobreza, o orçamento de 32.998,99 biliões de MT para uma população de mais de 100.000 indivíduos não parece particularmente alto. Outra característica notável do orçamento é a estimativa muito baixa das receitas locais, em flagrante contraste com a proporção que tais receitas normalmente representam para os governos locais na África Austral (ver Fjeldstad et al. 2005).

A actividade económica predominante no Distrito de Murrupula é a agricultura, e as suas indústrias e comércio de pequena escala estão praticamente todos relacionados com este sector. Os dados do próprio Distrito mostram que a área total de produção na época agrícola de 2004/05 era de 38.131 hectares (Ha), com uma produção total estimada em 109.131 toneladas métricas (tm). A Tabela 7 abaixo mostra a produção estimada de cada cultura, dominada pelas principais culturas de subsistência, mandioca e milho, e pelas principais culturas de rendimento, tabaco, sorgo e arroz. Embora os números devam ser tratados com cautela, indicam baixos níveis de produção em comparação com as médias nacionais, variações sazonais consideráveis e baixa produção, especialmente de frutas e vegetais. Todavia, de acordo com a Administração Distrital, as culturas de rendimento contribuíram com 38.200 tm para a produção total de 109.309 tm.

Tabela 7. *Produção Agrícola no Distrito de Murrupula em 2004/2005*

	2 0	0 4	2 0	0 5
Cultura	Hectares	Produção	Hectares	Produção
Mandioca	18.533	93.000	18.720	94.000
Milho	2.845	2.731	2.995	2.875
Amendoim	2.935	1.937	4.993	3.295
Arroz	2.458	1.194	930	679
Mapira	3.379	2.298	5.070	3.448
Feijão Nhembe	3.852	1.733	1.338	602
Feijão Boer	1.580	711	2.000	900
Mexoeira	296	181	348	212
Gergelim	106	48	34	15
Girassol	92	28	17	5
Hortícolas	15	22	195	292
Batata-doce	194	388	1.491	2.982
Total	36.285	104.871	38.131	109.309

Fonte: Direcção Distrital de Agricultura, 2006

A criação de gado não tem uma forte tradição no Distrito, com um total de apenas 559 cabeças de gado registadas em 2005. Os animais domésticos mais comuns são galinhas e cabritos (Tabela 8). O Distrito tem áreas florestais consideráveis que são importantes para uso doméstico, mas o abate de madeira para fins comerciais é feito principalmente por interesses privados de fora do distrito, com base em licenças.¹⁴ Por último, há um crescente interesse pela piscicultura, com a implantação de 235 tanques de peixe por todo o Distrito.

¹⁴ A Missão Católica mesmo localizada fora da Vila aparentemente tem também interesses no negócio da madeira.

Tabela 8: *Produção Animal em 2003/2004 no Distrito de Murrupula*

Espécies pecuárias	2003	2004
Bovinos	534	588
Cabrito	23.560	23.600
Suínos	4.339	4.348
Ovinos	4.215	4.270
Galinhas	50.100	50.800
Coelhos	2.385	3.420
Total	85.133	86.026

Fonte: Direcção Distrital de Agricultura, 2006.

Conforme veremos nos próximos capítulos, a agricultura é a actividade económica predominante nas nossas áreas de estudo. Embora os agricultores locais defendam que a sua área é geralmente fértil e a chuva é normalmente suficiente, enfrentam também sérios problemas estruturais. Destacam principalmente o acesso limitado a meios eficazes de produção (com a grande maioria a usar ainda a enxada tradicional); acesso inadequado à força de trabalho agrícola (sendo cara e difícil encontrar fora dos sistemas tradicionais de permuta de trabalho); e acesso difícil a mercados externos e concomitantemente baixos preços dos produtos, praticados pelos comerciantes que visitam as suas áreas por altura da campanha. Não há acesso fácil e rápido ao crédito formal, excepto através de associações (ver abaixo), e sistemas consuetudinários de fundos rotativos de poupança (*stique/ikirimo*) não são muito comuns.

O Administrador Distrital está perfeitamente consciente da “natureza exploradora” do relacionamento entre agricultores e comerciantes, tal como se coloca, e vê dois problemas interligados relacionados com a capacidade de negociação dos agricultores. Um é que os agricultores não planeiam bem e tendem a vender os seus produtos ao mesmo tempo, logo a seguir à colheita. O outro é que os preços dos comerciantes são demasiado baixos comparados com aqueles a que são vendidos nos principais centros populacionais e mercados, incluindo Nampula. Com a forte argumentação de que os dias das juntas de comercialização e dos preços fixos já lá vão, a estratégia de desenvolvimento agrícola do Distrito centra-se no apoio às associações para combater a sua desvantagem comparativa. Através dessas associações, espera-se que os agricultores melhorem os seus sistemas de produção com melhores métodos agrícolas, bem como a sua capacidade de negociação perante os comerciantes. As associações pretendem também ser fontes de crédito. Em 2005 existiam 107 grupos/associações no Distrito, com um total de 2.463 membros, dos quais 1.713 eram homens e 750 eram mulheres. De acordo com a Administração Distrital, estas associações “beneficiaram 8.621 pessoas” (GdM 2005b: 3). As associações estão organizadas em 10 Foruns, dos quais três estão actualmente formalizados através de escritura pública e sete estão em processo de formalização. Há também 16 grupos especiais de mulheres. Ainda que as associações exerçam funções importantes, veremos também que a sua eficácia é dificultada não só pelos recursos limitados do Estado e das duas ONGs que são particularmente activas nesta área (CONCERN e CLUSA), mas também por constrangimentos sócio-culturais locais relacionados com este tipo de organização.

Praticamente todas as indústrias de pequena escala do Distrito estão relacionadas com o sector agrícola. De acordo com a Administração Distrital, o distrito alardeia ter duas fábricas de processamento de castanha de caju; 16 moagens; duas serrações; e uma fábrica para descasque de arroz. Há também uma pequena indústria mineira, com uma produção total registada de 7.500 gramas de ouro em 2005.

Os postos comerciais de venda no Distrito de Murrupula são totalmente dominados pelos mercados informais e economia informal. Não há lojas formais licenciadas, quer na Vila quer nos centros populacionais mais pequenos, com excepção de uns poucos postos de venda de alimentos e bebidas ao longo da Estrada Nacional que servem principalmente os viajantes que atravessam o Distrito. Todas as vendas de alimentos processados e utilidades são feitas por comerciantes individuais, geralmente de Nampula. O mercado principal para os produtos locais fica situado na Vila, com cerca de 50 comerciantes a vender géneros alimentícios básicos, roupa em segunda mão, carne (principalmente galinha e porco), peixe (sobretudo pequenos crustáceos) e algumas utilidades mais especializadas como ferramentas agrícolas e peças sobressalentes para bicicletas.

Dados os sérios problemas de comunicação e transporte, a maioria das pessoas das áreas rurais do Distrito depende principalmente dos comerciantes que vão até às suas aldeias para comprar produtos agrícolas ou vender utilidades. Muitos comerciantes praticam ambas as actividades, o que os coloca numa posição negocial ainda mais forte. Um exemplo disto é a troca comum de produtos agrícolas por peixe seco no fim de cada colheita, com os termos de troca fortemente a favor dos comerciantes de Angoche e Moma. Os preços dos produtos agrícolas parecem baixar e os preços das utilidades parecem subir tanto mais quanto mais longe se está dos principais centros comerciais (isto é, a cidade de Nampula e a Vila).

A rede de estradas e transportes tem o maior impacto no desenvolvimento do Distrito, quer socialmente (na forma de acesso a hospitais, escolas e outras instituições sociais) quer economicamente (na forma de acesso a mercados para a venda de produtos agrícolas e compra de mercadorias). Através da Estrada Nacional 285, Murrupula tem ligação para o norte e para a cidade de Nampula e para sul com o Alto Molócue na Província da Zambézia. A estrada é alcatroada, mas estreita e cheia de buracos, que causam acidentes graves. Para as populações nas áreas de estudo, a estrada para Angoche e Moma é de particular importância para as pessoas de Nehessiue, e a estrada para Ribáue é de grande importância para as pessoas de Chinga. Para além destas, a rede de estradas ou não existe ou é muito pobre. Muita gente em Nehessiue e Chinga vive a 5-10 km de qualquer estrada, e muitas estradas apenas podem ser utilizadas de bicicleta ou de motocicleta, particularmente na época das chuvas.

Encerramos este capítulo apresentando as percepções da própria Administração Distrital de Murrupula sobre os principais obstáculos ao desenvolvimento do Distrito de Murrupula (Governo do Distrito de Murrupula 2005: 7).

Caixa 2: *Percepções Distritais sobre os Principais Desafios ao Desenvolvimento*

- Fraca participação dos comerciantes na venda de instrumentos e instrumentos agrícolas
- Deficiente controlo da actividade de comercialização agrícola
- Fraca cobertura no abastecimento de água potável
- Irregularidade no fornecimento da energia eléctrica
- Insuficiência de professores e do pessoal de saúde
- Chegada tardia do livro de distribuição gratuita
- Falta de instalações para o funcionamento das secretarias dos Postos Administrativos e residências para os respectivos chefes
- Falta de residências para alguns directores distritais e professores da Escola Secundária de Murrupula

4. Determinantes Sócio-Económicas da Pobreza

Depois de descrito o contexto político e económico do Distrito de Murrupula, passamos agora a olhar de perto as condições de pobreza e bem-estar em dois dos três Postos Administrativos do Distrito. Em Nihessiuie centrar-nos-emos no Cabo Muquela e no Cabo Cômua, e em Chinga focaremos o Cabo Chakalua e o Cabo Merica (ver Mapa 2). Mais especificamente, o objectivo deste capítulo é avaliar a relevância e alcance das três maiores determinantes de pobreza definidas no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a; GdM 2005) para o Distrito de Murrupula: baixos níveis de educação no agregado familiar; altos níveis de dependência no agregado familiar; e baixos níveis de rendimento da agricultura e da indústria. Avaliaremos também a importância de outras variáveis julgadas particularmente significativas durante o nosso estudo, incluindo saúde e espaço geográfico.

O Capítulo basear-se-á na pesquisa quantitativa realizada para este estudo (ver Secção 1.3 e Anexo 2). A diferenciação económica em Nihessiuie e Chinga em termos de rendimento e bens é muito limitada, com a grande maioria sendo muito pobre ou pobre e uma pequena minoria vivendo melhor. Dado que isto não é estatisticamente significativo, concentrar-nos-emos nas próximas páginas no nível geral de pobreza, no que respeita ao rendimento, despesa e bens, analisando no Capítulo 5 a desigualdade e processos de diferenciação económica.

O estudo baseia-se no agregado familiar como unidade central de análise, seguindo a prática comum. O agregado familiar é visto como representando o principal grupo social envolvido no processo de tomada de decisões sobre produção e receita, despesa, educação e saúde, e outros aspectos de bem-estar e pobreza. Dito isto, a antropologia tem desde há muito colocado o problema do agregado familiar como uma unidade social de análise (ver Capítulo 1). Tem havido uma mudança na percepção do agregado familiar como uma unidade social delimitada, para uma visão que realça a sua permeabilidade na forma e estrutura com as relações internas significativamente afectadas pelos processos sociais, económicos e políticos que lhe são exteriores. Por outro lado, tem havido uma mudança do entendimento do agregado familiar como uma unidade social coerente mobilizada à volta de interesses comuns, para uma percepção do agregado familiar como um lugar de interesses, direitos, obrigações e recursos em competição, particularmente em torno do género. Embora o foco neste capítulo seja o agregado familiar como unidade social, voltaremos a algumas destas questões no Capítulo 5.

4.1 Composição e Dependências do Agregado Familiar

O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a) definiu um agregado familiar como ‘pessoas vivendo debaixo do mesmo tecto’. Todavia, o nosso estudo demonstra que isto não coincide inteiramente com a organização social dos agregados familiares em Murrupula. Há pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto sem partilharem recursos em espécie ou em dinheiro (isto é, “não comem da mesma panela”), e há pessoas que vivem debaixo de tectos diferentes mas “comem da mesma panela”. No nosso estudo definimos o agregado familiar como “Uma ou mais pessoas, não necessariamente relacionadas entre si por parentesco e que não vivem necessariamente debaixo do mesmo tecto, que partilham e utilizam os mesmos recursos”. A definição assume que o entrevistado será capaz de identificar as pessoas que “comem da mesma panela” e que pertencem portanto ao seu agregado familiar. Englobará membros do agregado familiar residindo normalmente fora da habitação (tais como crianças estudando longe de casa e recebendo recursos em espécie ou dinheiro), bem como pessoas que dormem debaixo de diferentes tectos mas que comem da mesma panela (tais como as unidades poligâmicas).

Dos 120 agregados familiares entrevistados, 91% eram chefiados por homens e 9% por mulheres. Esta é uma incidência de agregados familiares chefiados por mulheres consideravelmente menor do que as médias nacionais e de Nampula, de 16% e 15% respectivamente (INE 2004a). Uma razão pode ser as uniões conjugais mais estáveis em áreas rurais como Murrupula. Uma segunda pode resultar de um ingresso mais fácil de mães solteiras no casamento num cenário onde as crianças pertencem à linhagem materna (na província de Nampula 48% das raparigas abaixo dos 20 anos engravidam) (MdS 2005). Uma terceira pode ser a mais fácil inclusão de mães solteiras nas suas famílias de origem em áreas com um padrão de habitação matrilocal (isto é, onde um casal reside com a família da mulher).

A idade média dos chefes de agregados familiares é 42 anos (Tabela 9). Os chefes masculinos de agregados familiares tendem a ser mais novos (41 anos em média) do que os femininos (56 anos em média). A idade média relativamente elevada pode estar relacionada com a idade geralmente avançada de uma população onde muitas pessoas mais novas não voltaram depois da guerra ou deixaram as suas comunidades para procurarem emprego e melhores condições em centros populacionais maiores. A maioria dos agregados familiares chefiados por mulheres (AFCM) são constituídos por mulheres divorciadas ou viúvas. Num cenário matrilinear como Murrupula, o divórcio é relativamente fácil e comum e as mulheres tendem a deixar os homens quando estes perdem força e se tornam menos produtivos. Notavelmente, um número considerável de entrevistados não sabia a idade do chefe do agregado familiar.

Tabela 9: Idade do Chefe do Agregado Familiar, por Sexo

Idade categoria	Afch		AfcM		Total	
	%	#	%	#	%	#
Menos de 25 anos	11,9	13	,0	0	10,8	13
26 – 35	24,8	27	9,1	1	23,3	28
36 – 45	14,7	16	9,1	1	14,2	17
46 – 55	11,0	12	9,1	1	10,8	13
Mais de 55	14,7	16	27,3	3	15,8	19
Não sabe	22,9	25	45,5	5	25,0	30
Total	100,0	109	100,0	11	100,0	120

O número médio de membros do agregado familiar é 5,1 (Tabela 10), mais elevado do que a média nacional de 4,8 e a média de Nampula de 4,4 estabelecida pelo Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a). Os agregados familiares chefiados por homens (AFCH) são geralmente mais numerosos (5,2 membros) do que os chefiados por mulheres (3,9 membros), o que coincide com a tendência assinalada no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares. A diferença no tamanho do agregado familiar pode ser parcialmente devida ao seu alargamento, para incluir membros não vivendo debaixo do mesmo tecto mas comendo da mesma panela, que é responsável por 13% da amostra.

Tabela 10. Número de Membros do Agregado Familiar, por Sexo do Chefe

Membros do agregado familiar	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
1-2	11,9	13	36,4	4	14,2	17
3-4	31,2	34	27,3	3	30,8	37
5-6	29,4	32	27,3	3	29,2	35
Mais de 7	27,5	30	9,1	1	25,8	31
Total	100	109	100	11	100	120

Os agregados familiares são tipicamente compostos de uma mãe e um pai, e até 3 crianças dependentes menores de 15 anos (Tabela 11). Os agregados familiares chefiados por homens tipicamente incluem também irmãos e outros familiares, quer da família alargada do marido quer da mulher. Os agregados familiares chefiados por mulheres raramente incluem crianças, devido à idade avançada das mulheres que os chefiam, cujos filhos já abandonaram o agregado familiar. Ao mesmo tempo, os agregados familiares chefiados por mulheres englobam outros parentes tais como sobrinhos, sobrinhas e netos. 15% dos agregados familiares incluem as crianças de membros falecidos da família alargada. Considerando as crianças como “dependentes” *per se*, os agregados familiares em Nihessiue e Chinga carregam um fardo pesado (ver abaixo).

Tabela 11. Categorias dos Membros do Agregado Familiar, por Sexo do Chefe

Membros do agregado familiar	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Cônjuge	97,2	106	18,2	2	90	108
Pais	0,9	1	0	0	0,8	1
Filhos	81,7	89	63,6	7	80	96
Netos	6,4	7	9,1	1	6,7	8
Sobrinhos/sobrinhas	6,4	7	18,2	2	7,5	9
Irmãos	4,6	5	0	0	4,2	5
Outros parentes	20,2	22	0	0	18,3	22
Não parentes	1,8	2	0	0	1,6	2

Os cônjuges na maioria dos agregados familiares (61,7%) vivem juntos sem qualquer contrato formal de casamento, sendo 26,6% casados pela igreja ou mesquita ou pela lei civil (Tabela 12). Os primeiros incluem pessoas que optaram pelas cerimónias do casamento tradicional, o que implica serem aceites como parceiros pela família alargada e pelo *nihimo*. A baixa proporção de agregados familiares chefiados por mulheres no sentido de uma mulher com filhos que não foi casada (isto é, que não é divorciada nem viúva) é uma característica particular da formação social de Murrupula. Também aqui, uma possível explicação é a relativa facilidade com que as mulheres com filhos na sociedade matrilinear podem casar ou tornarem a ser incluídas nas suas famílias de origem.

Tabela 12. Estado Civil por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Estado civil	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Solteiro	0,9	1	9,1	1	1,7	2
Casado	28,4	31	9,1	1	26,6	32
União consensual	67,9	74	0	0	61,7	74
Separado/divorciado	0	0	9,1	1	0,8	1
Viúvo	1,8	2	72,7	8	8,3	10
Sem informação	0,9	1	0	0	0,8	1
Total	100,0	109	100,0	11	100,0	120

O nosso estudo encontrou também uma incidência mais baixa de poligamia (3%) do que a encontrada no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares para Moçambique e Nampula (ver Capítulo 2). Uma razão pode ser a localização de Murrupula no interior da província, onde a influência Cristã é superior à Islâmica (ver abaixo). Também pode ser explicada pela pobreza geral na área que estudámos: a maioria das relações poligâmicas parece ocorrer com homens mais velhos e com melhor situação económica. Das três relações poligâmicas do nosso estudo, duas são de homens acima dos 45 anos de idade com rendimentos consideravelmente mais altos do que a média.

Em termos de estabilidade das uniões conjugais, a filiação religiosa parece trabalhar em duas direcções opostas. A maioria (42%) dos agregados familiares é Cristã (principalmente Católica) e 24% é Muçulmana. A percepção das pessoas é que a religião traz implicações positivas para a estabilidade dos agregados familiares. Simultaneamente, 33% afirmam aderir também às crenças tradicionais (*epepa* ou *mukutho*), nas quais os papéis da matrilinearidade e do *nihimo* são importantes, dando menos significado às uniões conjugais. A estabilidade e as relações internas do agregado familiar foram provavelmente mais directamente afectadas pela guerra e pela pobreza ao longo do tempo. Enquanto 71% dos chefes de agregados familiares nasceram e sempre viveram no cabo onde vivem actualmente, 20% dos agregados familiares têm pelo menos um membro que foi deslocado durante a guerra. E parece ser geralmente aceite que uma mulher possa deixar um homem que provou ser incapaz de cuidar economicamente dela ou que a trate mal de qualquer outra forma.

As implicações da composição e dependência do agregado familiar na pobreza e alívio da pobreza dependem em grande parte da tomada de decisões e distribuição de responsabilidades dentro do agregado familiar. Discutiremos aqui algumas expressões quantitativas de relações dentro do agregado familiar, voltando mais detalhadamente a esta questão no Capítulo 5.

A questão da distribuição de responsabilidades dentro do agregado familiar é frequentemente abordada em estudos quantitativos com uma versão da pergunta “Quem toma decisões no agregado familiar?” A resposta é quase invariavelmente o homem, porque é a esperada publicamente no cenário sócio-cultural Moçambicano. Consideramos ser este assunto bastante mais complexo. Os nossos dados sugerem que as decisões são muitas vezes tomadas em conjunto pelo homem e pela mulher – mesmo que a implementação (pública) de tais decisões possa seguir a separação de género. Além disso, as crianças são frequentemente muito importantes para as tarefas diárias na agricultura, comércio de pequena escala e responsabilidades domésticas tais como cuidar dos irmãos mais novos, o que questiona a noção de “dependência”.

Nas suas tarefas diárias, as mulheres são principalmente responsáveis por actividades relacionadas com a gestão do agregado familiar, como cozinhar, apanhar lenha, ir buscar água, olhar pela casa e pelas crianças. Os homens, por outro lado, são responsáveis por actividades envolvendo maior força

física, como construir a casa e preparar os campos para a agricultura, bem como pelas relações económicas fora do agregado familiar. Os homens decidem o que e quanto cultivar, guardar e vender. As crianças são a partir de tenra idade socializadas em tais actividades, com separação de género. Menos árduas mas consumidoras de tempo, as tarefas agrícolas como a monda e a colheita são normalmente distribuídas por todos os membros do agregado familiar, incluindo crianças de ambos os sexos.

As grandes decisões sobre utilização das receitas são tomadas pelo chefe do agregado familiar, independentemente do sexo (Tabela 13). Mesmo nos agregados familiares chefiados por um homem as maiores decisões com implicações no bem-estar dos mesmos parecem ser tomadas conjuntamente por homens e mulheres. A saúde é um bom exemplo, já que exige um pesado tributo de tempo e recursos dos agregados familiares (ver abaixo). O nosso estudo mostra que tratar dos doentes no agregado familiar é uma responsabilidade partilhada entre marido e mulher. Contudo, quando são necessários cuidados médicos de fora do agregado familiar, é uma actividade relacionada com o género: se o membro do agregado familiar que está doente é um homem, ele será muito provavelmente acompanhado até à unidade sanitária pelo homem que chefia o agregado. Do mesmo modo, se for uma mulher, ela será levada à unidade sanitária pela mulher do chefe do agregado familiar.

Tabela 13. Tomada de decisão sobre Utilização da Receita

Quem toma a decisão	Afch		AfcM		Total	
	%	#	%	#	%	#
Chefes do Agregado Familiar	62,4	68	90	9	64,7	77
Homens	18,3	20	0	0	16,8	20
Mulheres	0	0	0	0	0	0
Homens e Mulheres	18,3	20	0	0	16,8	20
Todo o Agregado Familiar	0,9	1	10	1	1,7	2
Total	100	109	100	10	100	119

Isto dito, o nosso estudo confirma também que o agregado familiar não é uma unidade isolada independente, mas sim fortemente dependente de outras entidades sociais à sua volta. Às pessoas foi primeiro pedido que identificassem o último problema sério que o agregado familiar enfrentou, e quem foi abordado para o resolver. Os problemas eram principalmente relacionados com morte, doença e conflitos ligados ao adultério. A maioria dos agregados familiares voltou-se para os parentes ou representantes do *nihimo*. A polícia ou outras instituições governamentais ficam à margem da resolução de conflitos. Por outro lado, foi solicitado às pessoas que identificassem os principais problemas na sua comunidade e a quem se dirigiram para os resolver. Conforme se observa na Tabela 14, os principais problemas identificados foram o roubo, o abuso do álcool e o adultério. Para a resolução destas questões, as pessoas recorrem principalmente aos líderes tradicionais (régulos e cabos) e só depois ao tribunal comunitário e à polícia.

Tabela 14. Principais Problemas Identificados por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Problema	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Sem problema	15,6	17	27,3	3	16,6	20
Bebida	23,9	26	27,3	3	24,2	29
Adultério	17,4	19	0	0	15,8	19
Roubo	25,7	28	36,4	4	26,7	32
Disputas de terra	9,2	10	9,1	1	9,2	11
Disputas de água	1,8	2	0	0	1,6	2
Outros	6,4	7	0	0	5,8	7
Total	100	109	100	11	100	120

Em síntese, os agregados familiares em Murrupula são maiores do que as médias definidas para Moçambique e Nampula no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares. Os agregados familiares contêm também um grande número de dependentes, incluindo crianças de parentes falecidos. A maior parte das relações conjugais são informais e baseadas em cerimónias de casamento tradicional, o que também reflecte a contínua importância da matrilinearidade nas grandes decisões do agregado familiar. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é baixa, contradizendo as tendências nacionais da feminização da pobreza (ver Capítulo 2) e reflectindo a constante importância da tradição em Murrupula. Embora o nosso estudo confirme a relação entre o tamanho do agregado familiar e as taxas de dependência e pobreza, mostrámos também que o agregado familiar é uma unidade social complexa. As tomadas de decisões parecem ser mais partilhadas, e a dependência das instituições externas mais pronunciada, do que é frequentemente assumida.

4.2 Agricultura, Rendimento e Despesa

A principal actividade económica em Nihessiu e Chinga é a agricultura arável (Tabela 15). A produção é levada a cabo com um baixo nível de tecnologia, dependendo portanto da força física dos membros do agregado familiar. Praticamente todos os agregados familiares têm as suas próprias machambas, e não há escassez de terra, mesmo considerando que a terra junto de fontes de água (rios e lagos) está sujeita a disputa. Há também grandes áreas de terras deixadas em pousio, seja por causa das minas ou porque as atrocidades cometidas durante a guerra tornaram-nas não-utilizáveis devido aos maus espíritos (fantasmas).

Tabela 15. Bens Agrícolas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Bens agrícolas	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Terrenos	100	109	100	11	100	120
Cabritos	41,9	39	25	2	40,6	41
Porcos	28	26	12,5	1	26,7	27
Galinhas	87,1	81	87,5	7	87,1	88
Patos	2,2	2	12,5	1	3	3
Cabeças de Gado	0	0	0	0	0	0
Outros	13	12	12,5	1	12,9	13

Os agregados familiares produzem principalmente para subsistência, utilizando a sua própria força de trabalho. Perto de 80% não utilizam qualquer espécie de técnica para fertilizar os seus campos, 13% usam adubos, 3% fazem rotação dos campos e os restantes 4% “revolvem o solo”. As principais culturas de sobrevivência produzidas são mandioca e milho, complementadas muitas vezes com amendoim e cogumelos. Quase ninguém produz vegetais e frutas, dada uma conjugação de factores como falta de tradição, falta de informação sobre o seu valor nutricional e a distância até aos mercados que os comprarão. A criação de animais é comum, mas principalmente na forma de pequenos animais domesticados. Os agregados familiares locais não possuem gado. Existe gado e grandes machambas comerciais em algumas das áreas estudadas, mas estes são invariavelmente propriedade de pessoas vindas de fora.

Não obstante o facto de praticarem agricultura de subsistência, a maioria dos agregados familiares consegue vender alguns dos seus produtos agrícolas para rendimento (ver Tabela 16). As principais culturas de rendimento são milho, amendoim, sorgo e, em alguns casos, arroz e feijão. Os agregados familiares chefiados por homens vendem mais produtos agrícolas (82%) do que os chefiados por mulheres (46%), e têm rendimentos mais altos. As receitas da agricultura permanecem baixas.¹⁵ A maioria dos agregados familiares ganhou menos de 250.000 MT na última campanha agrícola. Apenas 16% dos agregados familiares conseguiram ganhar mais de 750.000 MT.

Tabela 16. *Rendimento da Produção Agrícola por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Rendimento agrícola	Afch		Afcf		Total	
	%	#	%	#	%	#
< 250.000	39,8	35	80,0	4	41,9	39
251.000 – 500.000	29,5	26	20,0	1	29,0	27
501.000 – 750.000	13,6	12	0	0	12,9	12
751.000- 1.000.000	11,4	10	0	0	10,8	10
1.000.000 <	5,7	5	0	0	5,4	5
Total	100,0	88	100,0	5	100,0	93

Conforme observado no Capítulo 3, o estabelecimento de associações constitui a estratégia principal do governo local nos seus esforços de apoiar os agricultores locais. As associações são destinadas principalmente a apoiar a introdução de métodos agrícolas melhorados, introduzir esquemas de poupança e de crédito e melhorar a posição negocial dos agricultores vis-a-vis os comerciantes. Em Nihessiu e Chinga, 8% dos agregados familiares são membros de associações, que estão fundamentalmente relacionadas com a produção e comercialização agrícola. Potencialmente, as associações têm um papel importante mas, como veremos no Capítulo 5, são objecto de cautela e desconfiança por parte destas comunidades em resultado da guerra e da pobreza.¹⁶

Mais de metade das famílias (54%) em Nihessiu e Chinga tem actividades alternativas geradoras de rendimento (Tabela 17), que estão de um modo geral estreitamente relacionadas com a agricultura. A principal actividade alternativa é o ‘ganho-ganho’, que significa uma pessoa que trabalha nas machambas de outras pessoas em troca de uma remuneração em dinheiro ou espécie (frequentemente peixe seco ou uma bebida local chamada *oteka* ou *kapanka*). A segunda actividade alternativa é o comércio informal, com a venda ou troca de produtos agrícolas, tanto nos pequenos

¹⁵ Os números do rendimento são tipicamente reportados abaixo da realidade e deverão por isso ser tomados mais como indicações do que como números absolutos.

¹⁶ Um agricultor chefiando uma associação em Chinga recebeu bois de uma ONG para tentar introduzir a tracção animal, mas ninguém quis trabalhar com ele argumentando que os bois eram dele e o que ele queria era obter trabalho gratuito.

mercados locais como através de comerciantes ambulantes. A terceira inclui produção não agrícola como artesanato (esteiras, cestos e potes de barro), a produção e venda de bebidas caseiras, carpintaria e alfaiataria. A recolha de lenha ou a produção de carvão não constituem uma fonte de rendimento na zona, já que se encontra lenha disponível com facilidade.

Tabela 17. Rendimento de Actividades não Agrícolas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

rendimento não agrícola	afch		afcm		total	
	%	#	%	#	%	#
< 250.000	56,9	33	75,0	3	58,1	36
251.000-500.000	24,1	14	0	0	22,6	14
501.000 – 750.000	12,1	7	25,0	1	12,9	8
751.000 – 1.000.000	1,7	1	0	0	1,6	1
1.000.000 <	5,2	3	0	0	4,8	3
Total	100,0	58	100,0	4	100,0	62

As receitas resultantes destas fontes alternativas de rendimento são baixas: para mais de metade dos agregados familiares este tipo de rendimento não chega a 250.000 MT por mês. Apenas 5% dos agregados familiares conseguem ganhar mais de 1.000.000 MT.

Alguns agregados familiares (42%) obtêm também receitas provenientes da venda de animais (Tabela 18). Conforme trataremos abaixo com mais detalhe, os animais são normalmente vendidos (mais do que conservados ou consumidos) em tempos de grande crise alimentar ou quando surgem necessidades especiais ligadas à educação, saúde ou compensação por adultério ou outras ofensas cometidas por membros da família. Os agregados familiares chefiados por homens têm rebanhos maiores e uma maior variedade de animais, incluindo galinhas, cabritos e porcos. Os agregados familiares chefiados por mulheres (60%) tinham vendido, antes do nosso estudo, mais animais do que os chefiados por homens, sublinhando a sua vulnerabilidade. Nenhum dos agregados familiares possui gado, que é considerado o animal doméstico mais lucrativo. Para a maioria deles, a última venda de animais produziu menos de 250.000 MT.

Tabela 18. Receita da Venda de Animais por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Receita da venda de animais	Afch		AfcM		Total	
	%	#	%	#	%	#
< 250.000	66,7	30	80,0	4	68,0	34
251.000-500.000	20,0	9	20,0	1	20,0	10
500.000 <	13,3	6	0	0	12,0	6
Total	100,0	45	100,0	5	100,0	50

Apenas 13% dos agregados familiares recebem apoio de instituições externas, normalmente relacionado com projectos ligados às associações. Ninguém recebe apoio do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a instituição que apoia os agregados familiares vulneráveis. Por outro lado, apenas 1% dos agregados participa nos sistemas de poupança tradicionais (*stique/ikirimo*). A importância limitada dos sistemas rotativos tradicionais pode ser novamente o resultado da desconfiança e mútua apreensão criadas durante a guerra, e o facto de os agregados familiares pobres simplesmente não terem nada para investir.

Nenhum agregado familiar nas áreas de estudo tem emprego formal. São poucas as pessoas qualificadas e quase nenhuns os empregos disponíveis nas comunidades, excepto em escolas e postos de saúde. De acordo com os régulos e cabos, as poucas pessoas mais jovens de Nhessiue e Chinga com maior grau de educação foram-se embora, principalmente para a cidade de Nampula. As pessoas locais em postos de emprego formal representariam um exemplo muito importante para os agregados familiares que não podem agora reconhecer o valor da educação para as *suas* crianças (ver abaixo).

Por último, apenas 7% dos agregados familiares em Nhessiue e Chinga recebem remessas de membros da família fora da comunidade (Tabela 19). Em cenários sociais semelhantes em outros países da região, as remessas desempenham um papel fundamental na economia rural. Por outro lado, um número tão elevado como 32% dos agregados familiares assume apoiar parentes fora do agregado familiar, principalmente membros da família matrilinear alargada, mas também crianças provenientes de outras relações.¹⁷ O nosso estudo mostra que 75% dos agregados familiares têm alguma espécie de contacto com Nampula ou com a Vila, mas sabemos muito pouco acerca do papel e conteúdo de tais ligações urbanas-rurais tanto em Murrupula como em Moçambique em geral.

Tabela 19. Remessas Recebidas por Sexo de Chefe do Agregado Familiar

Recebimento de remessas	Afch		Afcf		Total	
	%	#	%	#	%	#
Sim	5,5	6	18,2	2	6,7	8
Não	94,5	103	81,8	9	93,3	112
Total	100,0	109	100,0	11	100,0	120

Quanto à despesa, foi avaliada usando seis categorias específicas: alimentação, produtos de higiene/limpeza, saúde, educação, vestuário e transporte. No geral a despesa era muito baixa (Tabela 20). Muito poucos agregados familiares (5%) tinham incorrido em qualquer despesa com transporte nas duas semanas anteriores ao estudo e apenas 30% dos agregados familiares tinham gasto alguma coisa em vestuário, educação e saúde. Isto significa que a maior parte da despesa do agregado familiar é orientada para o consumo básico, como alimentos e produtos de higiene/limpeza. Todavia, mesmo nestas categorias apenas pouco mais de metade dos agregados familiares (56%) tinham gasto qualquer coisa nas duas semanas anteriores ao nosso estudo. A larga maioria dos agregados familiares produz a maior parte dos seus alimentos e tem rendimento demasiado baixo para comprar alimentos ou outros bens.

¹⁷ As questões das remessas e do apoio às crianças saídas de outras relações constituem áreas classicamente sub-relatadas nos estudos sócio-económicos.

Tabela 20. Despesa do Agregado Familiar por Sexo do Chefe

Despesa	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Não despende	15,9	17	63,6	7	20,3	24
< 25.000	27,1	29	9,1	1	25,4	30
26.000-50.000	15	16	0	0	13,6	16
51.000-100.000	10,3	11	18,2	2	11	13
101.000-150.000	8,4	9	0	0	7,6	9
150.000 <	23,4	25	9,1	1	22	26
Total	100	107	100	11	100	118

A despesa com vestuário merece uma observação particular: embora rara, quando efectuada, envolve verbas relativamente altas. Entre os 30% dos agregados familiares que gastaram algum dinheiro em roupa, os montantes oscilavam desde 25.000 MT até mais de 150.000 MT. As *capulanas* (pano tradicional enrolado à volta do corpo) custam entre 25.000 e 100.000 MT e têm um poder simbólico particularmente forte. Através da capulana, os homens reafirmam a sua capacidade de prover às necessidades da sua esposa e família, bem como a sua relação com a família matrilinear alargada da sua mulher. Como disse um professor: “Um homem nesta comunidade que não tenha recursos para oferecer uma capulana à sua mulher não é um homem”.

Um tipo de despesa menos sócio-culturalmente implantado é o que diz respeito a impostos. 78% dos agregados familiares pagaram no ano anterior ao estudo a contribuição pessoal ou impostos pelas bicicletas ou pela venda de bens nos mercados. Como assinalado no Capítulo 3, a cobrança é feita pelas autoridades locais, que conhecem bem as zonas e são eficazes. O pagamento de todos estes impostos, que não têm retorno por parte do Estado, é reclamado pelas pessoas que dizem fazê-lo “sem receberem qualquer contrapartida do Governo”, conforme alguém disse. Como discutiremos mais à frente, as pessoas são mais positivas acerca do pagamento de taxas e impostos por serviços prestados, como educação, saúde, água ou electricidade.

Em relação aos agregados familiares que despenderam dinheiro em educação ou saúde, a despesa foi geralmente muito pouca – abaixo de 25.000 MT. Muitos agregados familiares, como veremos, nunca usam estas instituições e os serviços de educação e saúde disponíveis na área são relativamente baratos, embora haja certas “taxas escondidas” que as pessoas têm de pagar para ter acesso aos sistemas. Os agregados familiares chefiados por mulheres gastam menos em educação do que os chefiados por homens, o que provavelmente está relacionado com a sua composição demográfica (ver acima).

Os agregados familiares chefiados por homens também gastam mais em saúde, o que pode estar em parte relacionado com o facto de os seus agregados serem maiores. Uma outra razão está relacionada com o tipo de serviço de cuidados de saúde utilizado: os serviços formais de cuidados de saúde, particularmente os respeitantes à gravidez e à saúde da criança, são virtualmente gratuitos. Os agregados familiares chefiados por homens parecem procurar mais frequentemente os médicos tradicionais, mais dispendiosos do que os serviços formais de cuidados de saúde (um curandeiro que entrevistámos cobrava entre 35.000 e 45.000 MT por consulta).

Nas duas semanas anteriores ao nosso estudo, 30% dos agregados familiares tinham feito permuta de bens entre si. Apesar da sua importância, uma tal despesa não é vista como “despesa” pelas pessoas que entrevistámos, não sendo portanto facilmente captada através de estudos. Normalmente estas trocas significavam pagamentos por serviços prestados nas machambas através do ‘*ganho*

ganho'. Os produtos mais comumente permutados eram a mandioca e milho por peixe seco trazido da costa pelos comerciantes. Como referido no Capítulo 3, a taxa de permuta é normalmente a favor do vendedor de peixe.

A posse de bens indica o nível geral de bem-estar ou pobreza, bem como de vulnerabilidade (Tabela 21). Quase todos os agregados familiares incluídos no estudo possuem ferramentas agrícolas, como enxadas, machetes e machados. Uma razoável proporção dos agregados familiares (chefiados por homens) tem rádios e bicicletas, embora a nossa impressão fosse que grande parte destes bens estavam avariados. As bicicletas e os rádios são importantes nas áreas rurais como Murrupula: os rádios alargam a sua visão do mundo e as bicicletas constituem o meio chave de transporte. Notavelmente, muito poucos agregados possuem uma casa de cimento e zinco ou gado, os dois bens mais cobiçados.

Tabela 21. *Posse de Bens por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Bens	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Enxadas	99,1	108	100	11	99,2	119
Machetes	76,1	83	72,7	8	75,8	91
Machado	67,9	74	63,6	7	67,5	81
Rádio	66,1	72	9,1	1	60,8	73
Bicicleta	64,2	70	18,2	2	60	72
Hi-fi (bateria)	14,7	16	0	0	13,3	16

Em acréscimo, Nihessiue e Chinga são fortemente dominadas pela agricultura arável. A maioria dos agregados familiares tem também pequenos animais domésticos, mas nenhum deles possui gado. O nível de rendimento é muito baixo. Embora o número de machambas e de produção seja relativamente alto, a receita proveniente da agricultura é fraca dados os preços extremamente baixos no fim da estação. Muitas pessoas auferem algum tipo de rendimento não agrícola, o qual tem porém um retorno muito baixo, em parte devido ao relativo isolamento das áreas e difícil acesso aos principais mercados. A despesa é também geralmente baixa. Para o bem-estar e segurança social, a posse de animais parece ser mais importante do que as fontes de rendimento não agrícola, conforme defendido pelo Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a).

4.3 Educação e Saúde

O nível educacional do agregado familiar é definido como outra determinante central da pobreza em Moçambique (INE 2004a; DNPO 2004). O nível de educação em Chinga e Nihessiue é geralmente muito limitado e as mulheres e os agregados familiares chefiados por mulheres têm uma educação formal inferior à dos homens e dos chefes masculinos de agregados familiares. Historicamente, isto é atribuído ao contexto das políticas coloniais de educação para Moçambicanos indígenas, as quais durante muito tempo não encorajaram a instrução. Adicionalmente, uma prolongada guerra civil pós-colonial não permitiu, até aos anos 1990, um eficaz alargamento da rede escolar às áreas rurais. Os nossos dados mostram que os mais jovens chefes dos agregados familiares têm um nível de educação mais elevado do que os chefes mais velhos. 63% no grupo etário entre 26-35 anos atingiram o grau EP1 da escola primária, contra 32% no grupo acima dos 55 anos. Actualmente, o baixo nível de educação está relacionado com um acesso limitado às escolas, em partes das áreas em estudo, bem como com as prioridades e escolhas feitas pelos agregados familiares relativamente

à educação. Estas últimas constituem a razão principal do nível de educação mais baixo entre as raparigas.

A Tabela 22 mostra o nível de educação dos chefes dos agregados familiares. Conforme se vê, perto de 40% dos chefes dos agregados familiares não possuem nenhum tipo de educação escolar e 40% tem até à 5ª classe, o que é normalmente considerado analfabetismo funcional. A “alfabetização” significa cursos para adultos, apoiados pelo Governo e ONGs e conduzidos por pessoas que saibam ler e escrever, sem que aparentemente os tornem realmente alfabetizados. Apenas 2% dos chefes de agregados familiares têm mais de cinco anos de escolaridade. Entre os chefes masculinos de agregados familiares, 35% não tem nenhuma instrução, e entre as mulheres chefes de agregados familiares a percentagem sobe para 55%.

Tabela 22. *Nível Educacional por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Nível educacional	Afch		Afcf		Total	
	%	#	%	#	%	#
Nenhum	34,9	38	54,5	6	36,7	44
Alfabetização	22,0	24	18,2	2	21,7	26
EP1 (5ª Classe)	41,3	45	27,3	3	40,0	48
EP2 (7ª Classe)	1,8	2	0	0	1,7	2
Total	100,0	109	100,0	11	100,0	120

Olhando para a população total, 20% dos agregados familiares não têm nenhum membro que possua qualquer nível de escolaridade, e apenas 9% têm membros com educação superior à 5ª Classe (EP1). Atingir a 5ª Classe parece ser independente do sexo do chefe do agregado familiar, mas os agregados familiares chefiados por homens parecem situar-se em melhor posição para alcançar níveis educacionais mais elevados (ver Tabela 23). A instrução está também relacionada com a capacidade de comunicar em Português. 54% dos agregados familiares têm membros que falam essa língua, e a maioria destes são homens.

Tabela 23. *Nível mais Alto de Educação nos Agregados Familiares por Sexo do Chefe*

Nível mais alto de educação	Afch		Afcf		Total	
	%	#	%	#	%	#
Nenhum	20,4	22	20,0	2	20,3	24
Alfabetização	18,5	20	10,0	1	17,8	21
5ª Classe (EP1)	51,9	56	60,0	6	52,5	62
7ª Classe (EP2)	7,4	8	10,0	1	7,6	9
Básico/secundário	0,9	1	0	0	0,8	1
Médio	0,9	1	0	0	0,8	1
Total	100,0	108	100,0	10	100,0	118

A nossa impressão é que actualmente os pais vêem poucos incentivos para uma educação que vá além do EP1. Com uma excepção, não há em Nihessiu e Chinga escolas para além da 5ª classe. Enviar as crianças para serem educadas noutros lugares obriga-as a deixar a aldeia onde vivem, e poucos agregados familiares parecem ter possibilidades de o fazer. Enviar as crianças para fora

significa também perder força valiosa de trabalho agrícola. Por outro lado, num ambiente onde a agricultura de subsistência é a principal fonte de rendimento, a educação parece desnecessária e são poucos os que estão expostos às opções que a educação oferece.

O nosso estudo indica que a frequência escolar é elevada entre os rapazes (85%) e as raparigas (84%), mas isto não coincide com os dados das autoridades escolares locais.¹⁸ De acordo com os funcionários da escola em Nihessiue, a não frequência atinge 30 – 40%. Um olhar sobre a frequência escolar em Chinga revela que, embora um número relativamente igual de rapazes e raparigas comecem a frequentar a escola, as raparigas desistem muito mais cedo. Na 1ª Classe, o número total de rapazes era 225 contra 222 raparigas, enquanto os números equivalentes na 5ª Classe eram respectivamente 67 e 27.

A razão mais frequentemente encontrada no nosso estudo para os rapazes que não frequentam a escola assentava na convicção de que com seis anos de idade eram ainda muito jovens. No caso das raparigas, a razão principal apresentada eram as dificuldades financeiras.¹⁹ Isto parece indicar que, quando um agregado familiar tem a possibilidade de escolher entre um rapaz e uma rapariga para frequentar a escola, prefere investir nos rapazes. Nenhum agregado familiar apresentou a gravidez ou o casamento como razões para não frequentar a escola, mas os funcionários das escolas alegam que estes estão entre as principais razões para as raparigas abandonarem os estudos antes dos rapazes.²⁰

As nossas discussões em grupo e entrevistas detalhadas em Chinga e Nihessiue mostram que as pessoas estão conscientes da importância da educação para o bem-estar futuro e a mobilidade social. Ao mesmo tempo, porém, muitas pessoas parecem não acreditar que as *suas* crianças possam atingir um nível educacional suficientemente alto para que tal aconteça. A não frequência é elevada e os mais pobres tendem a retirar as suas crianças da escola quando se tornam necessárias para trabalhar, olhar pelos irmãos ou executar outras tarefas. As pessoas vêem a ligação entre o nível de educação e o nível geral de bem-estar e pobreza, mas sem oportunidades de emprego disponíveis não pensam que os investimentos na educação melhorarão a situação do *seu* agregado familiar.

Constatámos que a saúde tem uma relação mais directa com a produção, rendimento e bem-estar em Nihessiue e Chinga do que parece ser assumido pelo Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a). Na nossa área de estudo as doenças são frequentes: 80% dos agregados familiares tiveram pelo menos um membro que caiu doente nas duas semanas anteriores ao estudo. 25% dos agregados familiares têm pelo menos um membro com uma doença crónica e 55% assistiram à morte de pelo menos uma das suas crianças. Uma alta incidência de mortalidade infantil tem um forte impacto nos agregados familiares, para além da dor de perder uma criança. As crianças constituem uma força de trabalho valiosa; a elevada taxa de mortalidade é uma causa importante da alta taxa de fertilidade; e a média de 6-7 gravidezes tem implicações significativas na produtividade (Mds 2005).

40% dos entrevistados desconhecem a razão da morte da sua criança. As razões mais comuns apresentadas por aqueles que pensam conhecê-las são dor de barriga, tosse ou gripe e malária (ver Tabela 24). As mortes das crianças estão ligadas à fraca qualidade da água, exposição aos

¹⁸ A frequência escolar parece ser um outro tipo de dados com erros frequentes, dado que a maioria dos pais sabe que são supostos mandar os seus filhos para a escola.

¹⁹ As escolas são em princípio gratuitas, excepto em relação ao custo das fardas, papel e lápis, mas na prática os pais referem que têm de fazer pagamentos adicionais.

²⁰ Esta omissão é possível porque as raparigas que casaram deixaram de fazer parte do agregado familiar. Pode acontecer também que as raparigas que ficaram grávidas não sejam mais consideradas como estando em idade escolar.

mosquitos e bactérias e a sistemas imunitários enfraquecidos pela mal-nutrição. Há normalmente alimentação suficiente, mas o regime alimentar é muito limitado, com mandioca e milho complementados por amendoim ou cogumelos. Há muito pouca proteína animal, vegetais ou fruta. De acordo com as enfermeiras locais, muitas pessoas não se apercebem da importância destes alimentos para a sua saúde. Uma razão adicional é o número aparentemente grande de mães muito jovens. As escolas reportam casos de raparigas de apenas 12 anos que ficam grávidas. Algumas destas deixam os seus agregados familiares para viver com o pai da criança e simplesmente não sabem quase nunca como cuidar de bebés.

Tabela 24. Razões Perceptíveis da Mortalidade Infantil por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Causas de mortalidade	Afch		Afcem		Total	
	%	#	%	#	%	#
Malária	15,3	9	14,3	1	15,2	10
Tosse	15,3	9	28,6	2	16,7	11
Dor de barriga	27,1	16	28,6	2	27,3	18
Não sabe	42,3	25	28,8	2	40,8	27
Total	100	59	100	7	100	66

Embora as respostas no nosso estudo mostrem que os agregados familiares vão ao posto de saúde local mais próximo quando algum dos membros está doente, os postos de saúde locais que entrevistámos afirmam que muitos agregados familiares não os visitam e que não têm registado taxas de mortalidade infantil elevadas.²¹ Com apenas dois postos de saúde em Nihessiu e Chinga, a maior parte da população nos dois Postos Administrativos tem de percorrer longas distâncias até às unidades de saúde formais. Com a frequência das doenças e as dificuldades de transporte, muitos vão esperando até ser demasiado tarde. Os Postos de Urgências que foram estabelecidos no Distrito têm um papel potencialmente importante. Os funcionários são pessoas locais com algum tipo de formação (em alguns casos adquirida quando trabalharam em unidades de saúde durante a guerra), mas são ainda poucos e distantes entre si.

Embora o uso dos postos de saúde pareça ter sido mais referido do que a realidade, é igualmente provável que o uso dos médicos tradicionais (curandeiros) tenha sido relatado abaixo da realidade. Apenas 16% afirmam ir primeiro aos curandeiros quando os membros do agregado familiar adoecem. Além da questão da distância e da inacessibilidade das instituições de saúde formais, as pessoas entendem muitas doenças e desgraças como sendo causadas por outros através de feitiçaria e artes mágicas e por isso precisam de alguém que cuide também desse aspecto. Há muitos curandeiros que conhecem os efeitos das plantas e outros remédios e têm um papel psicológico importante, mas as suas actividades têm também implicações negativas através da personificação das acusações de feitiçaria. O ganho potencial de uma estreita cooperação entre as unidades de saúde formais e os líderes tradicionais é bem exemplificado em Chinga: de acordo com a nova enfermeira, o posto de saúde registou apenas 300 pacientes em todo o ano de 2005.²² No princípio de 2006, a enfermeira tomou a iniciativa de organizar reuniões públicas com o régulo e os cabos da

²¹ Este é ainda um outro erro clássico dos estudos. As pessoas estão bem conscientes da “superioridade” da medicina formal e do concomitante “atrazo” da medicina tradicional. Dizem que usam a primeira, quando na verdade confiam e usam a segunda, particularmente no caso de doenças que não têm uma causa óbvia.

²² Como outros mais em Chinga, anteriormente dominada pela Renamo, os serviços de saúde estão politizados. Parte da população aparentemente considerava o posto de saúde como “governo” e como tal “Frelimo” e acreditava que ele estava lá para punir a população.

zona para explicar o papel dos postos de saúde e que estes estavam ali para os ajudar e não para outros fins. Durante os primeiros três meses de 2006, o número de pacientes aumentou para 700.

Em resumo, a educação é entendida pela população em Nihessiue e Chinga como sendo potencialmente importante para aspectos de futuro bem-estar e emprego. Contudo, muitos não vêm a vantagem imediata na difícil situação em que se encontram e mantêm as crianças fora da escola para satisfazerem necessidades mais prementes de trabalho e de cuidar de crianças. Torna-se também muito difícil para muitos ver a utilidade da educação num cenário sem oportunidades de emprego formal. Talvez de um modo mais alargado do que parece estar implicado no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004a), a saúde tem implicações imediatas no bem-estar e na pobreza. A situação da saúde em Nihessiue e Chinga é muito má, com implicações negativas no bem-estar geral e na produção agrícola. A elevada taxa de mortalidade infantil é particularmente nociva. Para além do aumento da rede de saúde, parece vital uma mais estreita cooperação entre as instituições de saúde formais e informais.

4.4 Posição Rural e Espaço Social

A literatura antropológica sobre pobreza assinalou desde há muito a importância do local (ver, por exemplo, Gupta e Ferguson 1997). Factores como acesso a recursos, estruturas económicas locais, presença ou ausência de instituições, conjuntos específicos de normas sociais e dados demográficos específicos têm um grande impacto no resultado e perfil da pobreza num determinado local. Conforme mostrado no Capítulo 3, os dois Postos Administrativos e quatro cabos onde o nosso estudo foi realizado estão localizados em diferentes zonas do Distrito. Com as implicações históricas da guerra e a actual fraca rede de estradas e comunicações, distâncias de relativamente poucos quilómetros são de facto consideráveis (ver Mapa 2).²³ As distâncias não são apenas uma questão de espaço físico: um professor no cabo de Cômua contou-nos como as crianças correm excitadas para a janela cada vez que chega um carro, mas nunca se referem ou discutem os aviões que passam sobre a vila, simplesmente porque não os percebem ou sabem para onde vão.

Comparando a informação recolhida nos quatro diferentes cabos, avaliaremos o significado de diferentes variáveis e o seu impacto na pobreza. O Posto Administrativo de Chinga e os cabos Merica e Chakalua são os mais distantes e isolados do distrito, não apenas por causa das condições da estrada e da distância física até à Vila de Murrupula e à Estrada Nacional, mas também por causa do seu isolamento durante a guerra (ver Capítulo 3). O Posto Administrativo de Nihessiue e os cabos Cômua e Muquela ficam menos distantes da Vila e da Estrada Nacional e foram durante e depois da guerra mais directamente incorporados nas estruturas do governo.²⁴

Nos cabos mais distantes e isolados de Merica e Chakalua, o número de agricultores empenhados em vender os seus produtos agrícolas é mais pequeno (ver Tabela 25). Quanto maior é a distância para os mercados principais, menor é o número de pessoas directamente envolvidas no mercado. Dados do estudo e discussões em grupo indicam que no caso de Chakalua, que é o cabo mais distante, só os agricultores com capacidade de vender quantidades relativamente grandes venderão os seus produtos. Provavelmente, isto é explicado pelo facto de estes agricultores não venderem directamente ao mercado mas sim a compradores grossistas que vêm à sua aldeia comprar os seus produtos.

²³ Isto parece ser também aplicável aos funcionários do governo e aos pesquisadores. Enquanto a população do cabo mais próximo e acessível, Muquela, se queixava de ser constantemente visitada por pessoas de fora do seu distrito, as populações dos outros três cabos referiram-nos que só raramente recebem visitas de funcionários do governo de fora do seu próprio distrito e que nunca tinham sido visitados por pesquisadores.

Tabela 25. Agregados Familiares que Vendem Produtos Agrícolas, por Cabo

Venda de produtos	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	90	27	86,7	26	70	21	66,7	20	78,3	94
Não	10	3	13,3	4	30	9	33,3	10	21,7	26
Total	100	30	100	30	100	30	100	30	100	120

O Cabo Muquela e o Cabo Cômua são os locais onde é maior a propriedade e venda de animais (Tabela 26). Estes cabos estão também mais próximos dos mercados. Foi feita menção a projectos de desenvolvimento, que introduziram a criação de animais no Posto Administrativo de Nihessiu. Isto pode ter contribuído para um aumento da população animal do local e para o desenvolvimento desta actividade geradora de rendimento.

Tabela 26. Agregados Familiares que Possuem Animais, por Cabo

Posse de animais	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	37,9	11	62,1	18	48	12	42,9	9	49,5	50
Não	62,1	15	37,9	11	52	13	57,1	12	50,5	51
Total	100	26	100	29	100	25	100	21	100	101

No Cabo Muquela, que fica próximo de Murrupula, havia menos pessoas com um rendimento de “actividades alternativas” do que nos outros cabos mais distantes (Tabela 27). Isto pode ser explicado pelo facto de o mercado e os serviços em Murrupula estarem demasiado próximos para que este tipo de actividade mereça ser desenvolvido em Muquela, e por uma menor necessidade de tais actividades devido a haver ali mais agricultura comercial.

Tabela 27. Agregados Familiares com Fontes Alternativas de Rendimento, por Cabo

Rendimento alternativo	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	53,3	16	26,7	8	53,3	16	73,3	22	51,7	62
Não	46,7	14	73,3	22	46,7	14	26,7	8	48,3	58
Total	100	30	100	30	100	30	100	30	100	120

A despesa em dinheiro no Cabo Muquela é mais comum do que em outros cabos, com 100% dos entrevistados a terem gasto dinheiro em bens ou serviços nas duas semanas anteriores ao estudo (ver Tabela 28). No transporte, em particular, os outros cabos quase não tinham gastos. As pessoas dos outros cabos apanham um *chapa* de quando em quando por alguma razão específica. Mas o uso de transporte parece ser muito mais comum em Muquela.

²⁴ Cômua está actualmente mais isolada devido à destruição da ponte sobre o Rio Natere, conforme mencionado no Capítulo 3, mas esta está em processo de reparação.

Tabela 28. Despesas em Dinheiro

Despesas em dinheiro	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	86,7	26	89,7	26	75,9	22	66,7	20	79,7	94
Não	13,3	4	10,3	3	24,1	7	33,3	10	20,3	24
Total	100	30	100	30	100	30	100	30	100	120

A despesa em Muquela é mais alta em várias outras categorias: vestuário, medicamentos, alimentação e produtos de limpeza. Isto mostra como Muquela, ficando mais perto de Murrupula, está também mais integrada na vida social e económica fora de Muquela, embora os outros cabos, mais longe ou menos acessíveis, parecem funcionar dum modo mais isolado e mais “uma unidade”.

Quanto mais distantes estão os cabos da capital do distrito, mais elevado é o número de chefes de agregados familiares analfabetos (Tabela 29). Os cabos neste caso são os do Posto Administrativo de Chinga. Não é só a distância que importa, mas também o acesso e isolamento em relação ao Estado. Até mesmo os projectos de desenvolvimento foram iniciados nesta área há apenas poucos anos. As instituições e serviços do Estado são ainda recentes e vistos com desconfiança e o Estado vê a área com a mesma suspeita.

Tabela 29. Nível Educativo dos Chefes de Agregados Familiares, por Cabo

Nível educacional	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Nenhum	16,7	5	23,3	7	50	15	56,7	17	36,7	44
Alfabetização	30	9	26,7	8	16,7	5	13,3	4	21,7	26
5ª Classe (EP1)	46,7	14	50	15	33,3	10	30	9	40	48
7ª Classe (EP2)	6,7	2	0	0	0	0	0	0	1,7	2
Total	100	30	100	30	100	30	100	30	100	120

Nos cabos Cômua e Muquela, cerca de metade dos entrevistados completaram pelo menos a EP1 e nestes cabos a despesa do agregado familiar com a educação foi maior. O único cabo onde os níveis de educação alcançaram a EP2 foi o Cabo Cômua, onde há uma escola EP2. Nas outras áreas estudadas apenas há escolas EP1.

As doenças obedecem a um padrão razoavelmente semelhante em todos os cabos, com excepção do Cabo Muquela que parece ser o lugar com maior incidência (Tabela 30). As taxas de mortalidade eram similares em todos os cabos, excepto no Cabo Merica onde parecem ser mais baixas. O Cabo Muquela é o lugar com a maior mortalidade infantil por agregado familiar.

Tabela 30. Proporção de Agregados Familiares com Membros da Família Doentes, por Cabo

Doença	Cômua		Muquela		Chacalua		Merica		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	73,3	22	100,0	30	76,7	23	70,0	21	80,0	96
Não	26,7	8	0,0	0	23,3	7	30,0	9	20,0	24
Total	100	30	100	30	100	30	100	30	100	120

A situação particular no Cabo Muquela podia ser devida à maior densidade populacional. A pressão da população sobre os serviços de saúde é provavelmente mais alta neste cabo do que em outras áreas. A referida pressão pode também estar a aumentar a poluição da água e a degradação dos solos e recursos. Por outro lado, no caso de uma epidemia os agregados familiares estão mais sujeitos à transmissão de doenças do que em áreas isoladas e menos populosas.

Em Chakalua e Merica só recentemente (desde 2005) começou a funcionar um posto de saúde. Conforme referido acima, a desconfiança relativamente aos serviços de saúde do Estado é alta nestes cabos, com a sua longa história de isolamento das instituições do Estado.

Os resultados acima mostram que se a distância é importante, a história e o relacionamento com as instituições do Estado desempenham também um papel significativo. Muquela, mais próxima de Murrupula e com melhor acesso, parece estar mais integrada e beneficiar de serviços relativamente melhores. Cômua, apesar de mais distante e menos acessível, beneficia da presença de instituições do Estado como a única escola EP2 existente nas áreas estudadas. Merica and Chakalua, muito menos acessíveis e tendo vivido relações historicamente difíceis com o Estado dado o domínio da Renamo, estão também institucionalmente mais isoladas.

4.5 Vulnerabilidade Sócio-Económica

Os dados mostram claramente que são baixos os ganhos provenientes da agricultura, criação animal e actividades alternativas geradoras de receitas, tornando a maioria da população desta área vulnerável à pobreza. Não há também acesso ao emprego formal ou a outras actividades formais geradoras de rendimento. Os agregados familiares chefiados por mulheres, em particular, parecem menos capazes de aceder a receitas em dinheiro.

Os níveis de despesa são igualmente baixos, novamente com os agregados familiares chefiados por mulheres a ter menos capacidade de gastar e menos acesso a bens de valor, como bicicletas, casas com telhados de zinco, etc. Isto pode ser uma consequência directa de uma menor capacidade de acesso a receita em dinheiro.

As conclusões sobre geração de receita e despesa devem ser abordadas sempre com cuidado, dado que os entrevistados se mostram frequentemente relutantes em divulgar o valor real dos seus ganhos. O que de certeza pode ser dito é que esta é uma população altamente dependente da agricultura para a sua subsistência, e a agricultura é também a mais importante actividade geradora de rendimento disponível e dela dependem outras actividades económicas.

Depois de uma análise cruzada dos padrões de geração de rendimento com os diferentes factores de vulnerabilidade assinalados no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e outros estudos relacionados – como a dependência do agregado familiar, níveis de educação e receitas da agricultura – verificámos que estas variáveis desempenham papéis importantes nos geralmente altos níveis de pobreza em Chinga e Nihessiue. Todavia, verificámos também que a saúde é um factor muito importante, que influencia não somente a produtividade e a receita mas também o bem-estar sócio-cultural. Além disso os pequenos agregados familiares, com poucas pessoas disponíveis para cultivar e produzir aquilo que é a principal fonte de receita, parecem estar em particular desvantagem. De acordo com isto, os agregados familiares chefiados por mulheres e as viúvas constituem o grupo mais vulnerável em termos de baixo rendimento e falta de bens.

Com um nível de rendimento e bens normalmente baixo e a vulnerabilidade resultante da dependência de um pequeno número de fontes de subsistência e rendimento, a maioria dos

agregados familiares depende, para as suas estratégias de sobrevivência, das relações sociais que consegue estabelecer com a sua família alargada, o *nihimo*, o Estado, a igreja e as ONGs. Para os agregados familiares em melhor situação, tais relações são vitais para as suas opções de mobilidade social futura. Estas relações sociais de bem-estar e pobreza são o tópico do capítulo final deste relatório.

5. Percepções e Relações Sociais da Pobreza

No capítulo anterior, identificámos as principais determinantes da pobreza, incluindo baixos níveis de rendimento agrícola e educação e uma situação de saúde extremamente deficiente. A grande maioria dos agregados familiares em Chinga e Nehessiue, concluímos nós, é pobre ou necessitada. O objectivo deste capítulo é analisar as percepções da pobreza e bem-estar e as relações sociais da pobreza nas áreas estudadas, a fim de compreender melhor a dinâmica da pobreza e as estratégias de sobrevivência dos pobres. O nosso ponto de partida é que as pessoas agem na base das suas próprias percepções *emic* sobre a sua posição sócio-económica, e que as relações sociais são o centro do tecido social em áreas como Murrupula.

Uma das principais contribuições teóricas para a relação entre estruturas de sistemas sociais, acção individual e relações sociais é dada por Bourdieu (1990; ver também Waquant 1992). Bourdieu defende o ponto de vista de que os sistemas sociais têm um efeito poderoso e mesmo determinante sobre a acção humana e os contornos dos acontecimentos, mas também enfatiza a intervenção humana e as vidas comuns. A abordagem realça as posições económicas e as assimetrias sociais como a dimensão mais relevante da estrutura e da acção. Além disso, em vez de dar prioridade à estrutura *ou* acção, Bourdieu enfatiza a primazia das *relações*. A sociedade não consiste em unidades limitadas de indivíduos ou agregados familiares, afirma ele, mas expressa a soma das ligações e relações em que as pessoas se encontram. Nós sustentaremos que a capacidade dos pobres de sobreviver e melhorar a sua situação depende num grau significativo da sua capacidade de estabelecer e manter relações com instituições sociais de fora.

A pesquisa antropológica sobre a pobreza realça também como a acção humana pode ser vista em termos de mudanças relativamente *ad hoc* e a curto prazo determinadas por problemas imediatos a resolver e lucros a obter, ou em termos de planos de mais longo alcance (Ortner 1984; Bourdieu 1990). Inerente à perspectiva de planificação a longo prazo, exigindo um nível mínimo de recursos económicos, está um sentido de motivação e acção moldado pelas imagens e ideais do que é bom nas pessoas, em relações e condições de vida. A tomada *ad hoc* de decisões a curto prazo é instigada pela pobreza objectiva como uma condição material e estado de espírito, ou *emergências* na terminologia Douglas (1982), compelindo frequentemente os muito pobres a agir de formas que podem ter consequências negativas para as suas opções de mobilidade social. A relevância disto para o nosso estudo é indicada pelo facto de que muito poucos dos agregados familiares que entrevistámos, se relacionarem com a nossa questão sobre qual esperavam que fosse a situação da sua comunidade e deles próprios dentro de cinco anos, respondendo normalmente que apenas vivem “dia-a-dia” ou que isso estava nas mãos de Deus (ver Anexo 2).

A seguir, avaliaremos primeiro as percepções das pessoas sobre a pobreza na sua comunidade e o que caracteriza os agregados familiares e indivíduos mais pobres e os em melhor situação. A análise é baseada nas entrevistas e “classificação de riqueza” dos grupos focais, conforme descrito no Capítulo 1. Significativamente, as definições aplicadas não estão apenas ligadas a recursos materiais de rendimento e bens, mas também às relações sociais das pessoas ou grau de inclusão e isolamento social (ou “capital social”) das pessoas. Prosseguimos com a procura dos tipos de relação social nos quais estão envolvidos os pobres e os em melhor situação, usando diagramas de Venn e estudos de casos como metodologias centrais (ver Capítulo 1). Verificámos que enquanto os agregados familiares em melhor situação estão envolvidos numa ampla gama de relações com a família alargada, instituições tradicionais, Estado e sociedade civil, os mais pobres são caracterizados por uma gama de relações muito mais estreita, focada na sua família imediata. Para os muito pobres e mais necessitados, a incapacidade de retribuição neste tipo de relação recíproca baseada na família tende a marginalizá-los e mesmo a excluí-los dessas redes.

5.1 Percepções de Pobreza e Bem-Estar

Características das comunidades pobres

Referindo-nos à nossa discussão sobre a relação entre *estrutura* e *acção* na parte introdutória deste estudo, as pessoas parecem fazer uma clara distinção entre as razões das fracas condições existentes na comunidade e a pobreza e bem-estar das famílias individuais.²⁵ Embora houvessem variações locais entre os quatro diferentes cabos em estudo e entre homens e mulheres, as pessoas focaram principalmente constrangimentos estruturais externos quando se lhes pediu que identificassem as razões da situação actual da pobreza nas suas comunidades (Tabela 31). Os factores identificados foram:

Tabela 31: *Percepções Emic das Características das Comunidades Pobres*

Condições estruturais	Condições sociais
Falta de emprego	Fraquezas pessoais/ignorância
Falta de hospital/posto de saúde	Fraca cooperação nos agregados familiares
Falta de escolas (níveis mais altos)	Adultério
Falta de estradas/pontes	Abuso de álcool/drogas
Falta de água potável	Ladragem na comunidade
Fraca produção agrícola	Muitas viúvas e órfãos
Lucros baixos na agricultura	Pessoas idosas incapazes de trabalhar
Falta de fábricas/maquinaria	
Falta de lojas e mercados	
Contacto inadequado com o governo	
Contacto inadequado com ONGs	

Nas discussões de grupo focal, as pessoas nos quatro cabos tendiam a enfatizar a exclusão da sua comunidade do que entendiam como importante para o desenvolvimento e o seu próprio bem-estar. As expectativas eram principalmente dirigidas ao Estado relativamente a postos de saúde, escolas, água potável e estradas, mas também em relação a aspectos que o Estado entende serem da responsabilidade do mercado (ver Capítulo 3). O aumento da produção agrícola é visto em grande parte como dependendo do fornecimento pelo governo de material agrícola e métodos melhorados. A questão de melhores preços para os produtos agrícolas é entendida como dependendo da regulação de preços pelo Estado, e a instalação de fábricas (para processamento de produtos locais como algodão, tabaco e castanha de caju) é vista também como dependente da intervenção do Estado. De facto, os empresários e comerciantes sem escrúpulos são apontados como a razão principal do baixo lucro da agricultura e da falta de empreendimentos económicos locais. Um contacto com o Governo e ONGs entendido como inadequado sublinha a importância atribuída à intervenção externa para o melhoramento das condições de vida nas comunidades.

Embora as discussões de grupo em Muchela, Cômua e Chacalua tivessem focado principalmente condições estruturais como explicação das fracas condições nas suas comunidades, a população de Merica (que, conforme observámos, esteve até recentemente praticamente isolada do contacto com o governo) salientou também as condições internas. A discussão centrou-se na importância da “ignorância” entre a população, argumentando que muitas pessoas não entenderam a vantagem de

²⁵ Isto não quer dizer que as pessoas tenham uma clara percepção analítica das diferenças. O nosso trabalho como pesquisadores é apresentar as percepções *emic* da própria população conforme nos foram apresentadas, e analisá-las. A distinção *emic/etic* está no centro de toda a pesquisa social científica (ver Little 1992).

usarem os postos de saúde e as escolas que são acessíveis, em vez de recorrerem aos curandeiros e retirarem as suas crianças da escola para trabalhar ou casar. Realçaram ainda que muitos agregados familiares “não trabalham bem em conjunto”, e que demasiada gente abusa do álcool e comete adultério, criando problemas para a comunidade e para si própria. Foi também referido um ponto importante relacionado com o furto, muito espalhado, em geral explicado como o resultado da pobreza. Finalmente, foi enfatizado o problema da idade e da fadiga. As pessoas levam uma vida dura e quando chegam aos 40 anos ficam sem força para continuar a trabalhar arduamente nos campos. Alguns lamentaram que o problema só pode aumentar dado que muitos jovens deixam a comunidade, enquanto outros argumentaram que este talvez seja o único caminho para melhorar a situação: as pessoas que vão para a cidade de Nampula ou outros lugares onde as condições são melhores podem pelo menos ganhar a vida e talvez ainda apoiar as suas famílias nas suas zonas de origem.

As discussões separadas de grupos focais de mulheres confirmaram amplamente os argumentos gerais dos grupos mistos mais alargados (dominados por homens), mas tenderam a enfatizar os constrangimentos relacionados com a divisão de responsabilidades e trabalho entre homens e mulheres. Algumas disseram abertamente que as mulheres deveriam ter mais direito a exprimir a sua opinião nas suas comunidades (referindo-se ao facto de todos os líderes tradicionais serem homens), enquanto outras salientaram que muitas mulheres são mal tratadas pelos seus maridos desempregados e bêbedos e têm de trabalhar duramente. Outras disseram que as mulheres raramente têm contacto directo com representantes do Estado ou ONGs, já que estes tendem a trabalhar com os líderes comunitários, os quais se relacionam em público principalmente com outros homens. As mulheres, todavia, exprimem a sua opinião no Conselho dos Anciãos e outras instituições baseadas na família.

A discrepância aparente entre a actual percepção de irrelevância do Estado (ver abaixo) e as consideráveis expectativas sobre o que o Estado pode e devia fazer constitui um desafio significativo para o Governo. Conforme vimos, o Governo investe recursos limitados em distritos rurais como Murrupula, e as expectativas da população em pequenos lugares como Nehessiue e Chinga não vão provavelmente ser satisfeitas no futuro previsível. Como concluiremos no capítulo final, isto significa que as intervenções têm de ser cuidadosamente priorizadas e planeadas em cooperação com a população local.

Características dos agregados familiares pobres

Embora haja um consenso geral de que Nehessiue e Chinga são comunidades pobres, as pessoas têm também claras percepções de que uns são mais pobres que outros. A pobreza ao nível dos agregados familiares e indivíduos está principalmente associada com o acesso ao dinheiro e a meios materiais, mas também com o acesso a relações sociais chave. As pessoas associam a diferenciação económica com os recentes desenvolvimentos da privatização e com o que podemos chamar uma “mercadorização” das relações, e defendem que as pessoas eram mais autênticas tanto no tempo dos Portugueses (“quando todos sofremos”, como disse alguém) como nos primeiros tempos do regime da Frelimo (“quando o Partido decidia tudo”, conforme um cabo afirmou). Significativamente, os grupos foram muito mais abertos a discutir a pobreza do que o bem-estar, e os pobres do que os que estão em melhor situação. A diferenciação económica não é apenas associada com as diferenças da organização social do agregado familiar, produção agrícola e rendimento (ver abaixo), mas também com a feitiçaria. As pessoas em melhor situação são geralmente vistas como tendo melhorado a sua condição à custa dos outros, e ao “exporem” o bem-estar as pessoas temem as repercussões.

Nesta conformidade, o nosso convite para que os grupos respondessem à nossa questão “Como pode afirmar se uma família é pobre ou não” foi atendido referindo principalmente as características

da pobreza.²⁶ A mais clara definição de bem-estar veio de um grupo em Chacalua, que sublinhou “*se quiser encontrar os que estão em melhor situação nesta comunidade observe o tipo das casas. As suas casas são construídas com cimento e zinco, e têm muitas árvores no pátio.*” Uma casa feita de cimento com uma cobertura de zinco é considerada importante como sinal de modernidade e desenvolvimento, e representa um investimento considerável.

Conforme se pode ver na tabela abaixo, a percepção das características dos agregados familiares pobres centra-se na falta de dinheiro, alimentos e meios materiais. Adicionalmente, foi realçada a falta de ferramentas agrícolas, bicicletas e gado. As ferramentas são fundamentais para a produção agrícola; uma bicicleta é essencial para o transporte de bens e pessoas; e o gado é primordial como segurança alimentar, poupança e estatuto social. As características definidas foram em grande parte as mesmas nos quatro cabos, tendo sido resumidas em Chacalua, onde o grupo concordou que o que caracteriza uma família pobre é que ela “*não tem meios para resolver os seus problemas*”.

Tabela 32: *Percepções Emic das Características dos Agregados Familiares Pobres*

Características materiais	Características sociais
<p>Não têm comida suficiente Não têm ferramentas agrícolas Não têm dinheiro Não poupam Não têm gado Não têm uma bicicleta</p>	<p>Não têm tio para aconselhar a família Não há crianças Dependem de outros para se alimentarem Não ouvem os conselhos</p>

Os grupos evidenciaram também três condições sociais que caracterizam os agregados familiares pobres. Uma era a falta de um tio para aconselhar a família. Conforme já indicado, o irmão da mãe desempenha um papel fundamental nas sociedades matrilineares, não apenas para aconselhar mas também para ajudar com dinheiro e outros meios materiais em tempos de verdadeira necessidade ou crise, incluindo investimentos a longo prazo, como na educação. A segunda era a ausência de crianças. Não ter crianças era visto como um sinal de pobreza, porque as crianças representam uma fonte importante de trabalho e uma potencial fonte futura de rendimento e bem-estar. Ter crianças era também visto como uma confirmação de virilidade e feminilidade e uma benção por direito próprio. A terceira característica social dos agregados familiares pobres era a dependência de terceiros quanto a alimentação. As discussões à volta desta questão não só realçaram a falta de alimentos *per se*, mas também a vulnerabilidade e humilhação resultantes da dependência de terceiros para o seu próprio bem-estar.

Conforme entendido pela própria população, os pobres são caracterizados principalmente por falta de dinheiro, alimentos e ferramentas para produção agrícola. A ênfase posta no gado mostra que os factores económicos não só têm importância económica, como podem também ter um importante valor sócio-cultural. As principais características sociais dos agregados familiares pobres diferem assim um tanto das identificadas pelos estudos nacionais: o nível de educação não é visto como uma determinante principal da pobreza, já que as pessoas não vêm a educação como significativa em áreas rurais pobres como as que estão a ser estudadas. Por outro lado, o número de crianças, ou o rácio de dependência, não é visto como fundamental: embora haja diversas explicações para a

²⁶ Como sempre que as pessoas vêm de fora para inquirir acerca da pobreza, a população certamente vê também que é do seu interesse enfatizar mais a pobreza do que o bem-estar.

contínua taxa de fertilidade elevada em áreas como a Murrupula rural,²⁷ uma das principais razões é simplesmente porque ter muitas crianças é considerado importante económica e culturalmente.

Categorias de pobres e dos que estão em melhor situação

Depois de discutidas as características das suas comunidades e dos agregados familiares pobres, foi finalmente solicitado aos grupos a identificação de tipologias das unidades familiares pobres e em melhor situação. Encontrámos uma forte congruência entre as quatro comunidades em termos dos conceitos usados e das suas definições. Interessantemente, a maioria das pessoas nos grupos definiram-se a elas próprias como nem pobres nem em melhor situação, embora a grande maioria se “qualificasse” como pobre na base de critérios económicos. Portanto as pessoas têm uma clara percepção dos diferentes níveis de pobreza e bem-estar, mas são relutantes em definir-se a si próprias como “pobres” ou “ricas”, pelo menos não em público. Há cinco categorias principais de agregado familiar pobre:

Ohawa – significa “sofrimento”. Estas são pessoas que são pobres por causa da idade e do infortúnio, e que têm poucas, se algumas, chances de ultrapassar a situação. O grupo é visto como constituído por pessoas de idade, doentes crónicos, viúvas e viúvos, órfãos, famílias com gémeos,²⁸ e pessoas fisicamente diminuídas como cegos, paráliticos ou “pessoas sem dedos” (que não podem trabalhar na machamba nem podem arranjar uma esposa ou um marido). A sua pobreza baseia-se na sua própria incapacidade de trabalhar e isolamento social. Uma das pessoas Ohawa identificadas pela comunidade Mulhaniua foi uma anciã viúva.²⁹

Estudo de Caso 1

Ohawa vive só e o seu irmão, que costumava ajudá-la, faleceu. Ela é a viúva de um rei e quando o seu marido morreu a família dele despojou-a de tudo, provavelmente porque o casal não teve nenhum filho. Ela não tem uma machamba, apenas um pequeno terreno nas traseiras, trabalhado pelo seu sobrinho (filho do seu falecido irmão a quem ela também chama filho). Ela não vende produtos porque a produção é muito pequena. A produção total dura um mês, após o que fica dependente do seu sobrinho. A mulher deste executa as tarefas domésticas. Ohawa apenas cozinha e lava os pratos. Tem mais um sobrinho que vive em Murrupula e que construiu a casa onde ela vive, mas que nunca voltou para visitá-la. Antes do marido morrer ela tinha dinheiro para comprar alimentos e vestuário. Agora não pode comprar nada porque não tem força para trabalhar na machamba. Também está demasiado fraca para se deslocar até ao posto de saúde. Consultou o feiticeiro mas não sentiu melhoras. Os membros do seu *nihimo* costumavam visitá-la quando o seu marido era vivo. Alguns ainda a visitaram depois de ele ter falecido e ajudaram-na com vestuário, alimentos e utensílios agrícolas. Mas também esses morreram e já ninguém a visita.

Ohikalano – quer dizer “não tem meios para viver”. Esta categoria inclui homens e mulheres mais novos que são incapazes de trabalhar ou produzir, não por culpa própria mas devido a qualquer tipo de incidente externo como a perda de bens, fraco retorno pelo seu trabalho ou seca ou cheia

²⁷ Algumas estão associadas a relações de género; outras ao conhecimento limitado e a uma tradição de abstinência e uso de contraceptivos; outras ainda à percepção da necessidade de produzir um grande número de crianças num cenário sócio-cultural onde morrem muitas delas.

²⁸ Como em muitas outras sociedades Africanas, ter gémeos é considerado um infortúnio. As pessoas nas nossas áreas de estudo explicaram isto dizendo que os gémeos sofrem quando chove e que por isso as mulheres não podem trabalhar no campo.

²⁹ Para assegurar o anonimato, substituímos os nomes reais por nomes da classificação da pobreza e colocámos sistematicamente as pessoas num cabo diferente do seu.

afectando a produção agrícola. Também neste caso, a sua pobreza não é tomada como o resultado da sua própria actividade.

Ovelavela – significa “apanhado numa armadilha”. Esta categoria engloba pessoas jovens solteiras (normalmente homens) que não ouvem os conselhos da família; não fazem esforço suficiente para ganhar a vida e não mantiveram ou estabeleceram boas relações com a sua família e outras pessoas da comunidade. A sua pobreza é resultante de uma falta de esforço ou desejo de fazer mais pelas suas vidas.

Estudo de Caso 2

Ovelavela é uma mulher viúva de 42 anos. Nasceu em Ribáue e toda a sua família vive também em Ribáue. Com o casamento mudou-se para Chakalua. Ovelavela vive com três pessoas. Tem sete filhos. Cinco são casados e os outros são jovens. Ovelavela tem uma *ematha* que produz culturas de consumo. A *ematha* de Ovelavela foi-lhe dada pela família do seu marido. Quando o marido de Ovelavela era vivo tinham vacas. Agora já não tem as vacas porque as vendeu todas para ter dinheiro para sustentar os seus filhos. O seu filho mais velho ajuda-a quando precisa de assistência e também toma decisões familiares. Ovelavela é também uma curandeira. Trata de doenças das crianças mas não leva dinheiro nenhum por isso. Quando as pessoas confirmam a cura dão-lhe aquilo que entendem. Durante a conversa com Ovelavela soubemos que o seu filho não está a estudar porque ela não tem dinheiro que lhe permita enviá-lo para o distrito de Mecuburi ou Ribáue para continuar os seus estudos. As escolas em Chakalua são gratuitas da primeira à quinta classe, mas depois desta as crianças têm de ir para os distritos com o nível requerido. Este problema não afecta apenas Ovelavela, como também muitas famílias no cabo. As pessoas não precisam de pagar propinas pelas crianças mas precisam de comprar fardas escolares e alimentação. A escola em Chakalua tem um programa chamado Ajuda Directa à Comunidade. Este programa fornece material escolar às crianças. Como resultado do programa muitos pais estão a enviar os seus filhos para a escola. Por exemplo, a Escola Primária em Chakalua tem um total de 229 estudantes, 114 dos quais são rapazes e 115 raparigas. Isto quer dizer que nesta escola tanto os rapazes como as raparigas têm as mesmas oportunidades para estudar.

Wihacha – significa “prejudicar-se a si próprio”. Refere-se a jovens adultos (principalmente homens) que não seguem os conselhos do seu tio e que são preguiçosos, divorciados por causa da bebida ou adultério, ou são viciados em álcool e droga. A pobreza é vista como sendo auto-infligida, e a desgraça é particularmente forte dada a vergonha que trazem para as suas famílias. O caso de um Wihacha apresentado abaixo provém do cabo Chacalua.

Estudo de Caso 3

Wihacha é um homem jovem, nascido em Chacalua. Tem 25 anos e é solteiro. Toda a sua família nasceu e vivia em Chacalua. Wihacha vivia numa casa longe da comunidade. As pessoas pensam que vivia longe da tomada de decisões e participação da comunidade. Wihacha é visto como um homem preguiçoso porque tem uma pequena *ematha*³⁰. Wihacha tem uma pequena *ematha* porque faz “pwati”, transportando produtos da estação ferroviária para a vila, na localidade de Namiconha em Ribáue. Com esta actividade ele costumava ganhar 500 MT por semana. De acordo com as pessoas que contactámos no cabo, Wihacha gasta na bebida o dinheiro que ganha. Wihacha foi aconselhado por um tio a parar de beber e a levar uma vida decente mas pareceu não ligar ao conselho. A sua atitude de não ouvir o conselho do tio levou as pessoas a pensar que Wihacha não merece

³⁰ *Ematha* em linguagem Emakwa significa um pedaço de terra ou *machamba*.

qualquer ajuda. A comunidade pensa que Wihacha leva a vida que tem porque assim o quer. Embora Wihacha esteja física e socialmente marginalizado pela comunidade, esta tem esperança que ele mude porque ainda é jovem.

Opitanha – é a última categoria da pobreza e significa “tudo o que é mau vem ao mesmo tempo”. Refere-se às pessoas mais velhas, cujas mulheres, maridos ou outros membros da família as deixaram; pessoas que não têm parentes na vila; pessoas que são vítimas de calamidades causadas por outras pessoas ou pela natureza; pessoas que envelheceram sem filhos; e pessoas incapazes de trabalhar as suas terras devido a deficiências físicas. Embora as pessoas nesta categoria sejam dignas de lástima e apoiadas, veremos que a sua real pobreza as inibe de criarem relações mais permanentes com os outros, dado não estarem em posição de retribuírem com o que quer que seja, num contexto empobrecido onde as pessoas simplesmente não se podem permitir ter dívidas pendentes.

Estudo de Caso 4

Opitanha é uma mulher à volta dos 40 anos, que vive em Mulhaniua. Quando a encontramos, estava muito doente e disse-nos que sofria de pneumonia. A sua casa estava num estado lastimável e disse que tinha apenas dois pequenos terrenos à volta da casa. O seu infortúnio começou quando o marido a deixou há cinco anos e foi para Nampula. Já eram pobres nessa altura e, como ela originalmente veio da Zambézia, não tinha ninguém para quem se voltar e não foi capaz de regressar para junto da sua própria família. Com ela vivia uma das suas filhas, que tinha três filhos. A sua neta, que parecia não ter mais de 13 ou 14 anos, estava grávida do seu segundo filho. Todos tinham um ar apático e lamentavam-se de terem apenas os pequenos terrenos dos quais dependiam. Nenhuma delas recebeu ajuda dos pais das suas crianças. A maior parte da entrevista foi feita com o filho de Opitanha, de 15 anos. Disse que tinha andado dois anos na escola, falava Português e parecia muito inteligente. Fez algum dinheiro a trabalhar nas machambas de outras pessoas, que, conforme disse, não tratavam delas convenientemente. Ele simplesmente não via nenhuma saída para os problemas deles. Lamentou-se de não terem família nem amigos, e que até os vizinhos não os ajudavam. “As pessoas não ajudarão ninguém tão pobre como nós” disse, “porque sabem que não vão receber nada de volta” (uma indicação do seu total isolamento social é o facto de ninguém ter aparecido para ouvir durante a nossa visita, o que era muito invulgar).

Em resumo, a concepção de agregados familiares pobres é de três tipos principais. O primeiro (*Ohawa* e *Ohikalano*) é de agregados familiares e indivíduos que são pobres derivado a limitações físicas ou infortúnio. Eles são vistos como merecendo ajuda em tempos de crise, mas tende a faltar o apoio necessário sob a forma de relações sociais mais duradoiras. O segundo tipo (*Wihacha* e *Ovelavela*) abrange os agregados familiares e indivíduos que violaram as normas sócio-culturais através de relações com outras pessoas ou pelo seu próprio comportamento. Não são normalmente vistos como merecendo ajuda, e muitos vivem em isolamento e são acusados de feitiçaria e outras características sócio-culturais negativas. A última categoria (*Opitanha*) é uma combinação das outras duas e consiste em pessoas necessitadas incapazes de melhorar as suas vidas. Outras pessoas na comunidade podem entender e simpatizar com a sua condição, mas tendem a ser excluídas das redes sociais.

A nossa observação é que as discussões sobre as cinco categorias da pobreza centraram-se principalmente no papel dos homens, com excepção das viúvas e divorciadas nas categorias *ohawa* e *opitanha*. Isto reflecte a percepção comum de que os homens são responsáveis pelo bem-estar do seu agregado familiar, e que são os culpados se o agregado familiar sofre. Os agregados familiares

chefiados por mulheres são ainda vistos como “vítimas” do divórcio, viuvez, gravidezes não desejadas ou outros infortúnios. Além disso, as mulheres e as suas crianças têm a opção de procurar ajuda no seu tio pela parte materna, ou de voltar para a sua família, e ter assim uma rede social mais ampla do que a que têm muitos homens. Há também uma tendência para considerar as pessoas pobres e jovens como mais responsáveis pela sua própria pobreza do que as pessoas mais velhas, que são mais facilmente vistas como “vítimas”.

Tendo apresentado as cinco categorias dos agregados familiares mais pobres em Nehessiue e Chinga, apresentaremos agora as três categorias de agregados familiares em melhor situação identificadas pelas comunidades. As pessoas dos grupos concordaram que estes representavam uma pequena minoria de agregados familiares nas suas aldeias, e que nenhum deles era realmente “rico”. Este termo era reservado principalmente para os grandes proprietários de gado e terras que têm machambas nas suas áreas mas vivem noutra sítio (ver Capítulo 3).

Okalano – quer dizer “aqueles que têm”. A categoria inclui homens e mulheres adultos jovens que têm boa produção agrícola, que têm sucesso em tudo o que fazem, que têm dinheiro, que aprendem bem e são capazes de pôr em prática o que aprendem. São pessoas que trabalham arduamente e que merecem o que têm. Na caixa abaixo daremos detalhes sobre um Okalano em Chacalua.

Estudo de Caso 5

Okalano é um homem que nasceu em Chacalua. Tem 40 anos, é casado e tem oito filhos. Quatro destes são casados e os outros são jovens. Vive com cinco pessoas na sua casa. Okalano pensa que as crianças são importantes porque podem ajudar a família nas tarefas domésticas. Dois dos filhos de Okalana estudam na escola primária de Chacalua. Ele pensa que rapazes e raparigas têm as mesmas oportunidades para estudar. Okalano tem duas *ematha* onde produz culturas para consumo e venda. Herdou as *ematha* do seu tio pelo lado materno. Também cria animais. Okalano tem família que vive no cabo, mas também tem família a viver em Nampula que ele visita frequentemente. A família de Okalanos em Nampula ajuda-o com vestuário e ele também ajuda a família com alimentos (mandioca seca e amendoim entre outros). Além das grandes *ematha*, Okalano tem uma rede para pescar no rio no interior do cabo. A pesca é apenas para consumo. Também fabrica e vende *nipa* (bebida alcoólica feita de cana ou de caju). Okalano é *humo* da sua família. Tem uma relação com os líderes comunitários, que o ajudam quando necessário. Os líderes comunitários ajudam-no quando tem um problema, mas quando precisa de dinheiro a sua família sempre o ajuda.

Opwalatha – significa “aqueles que têm muito”. Esta refere-se a jovens homens ou mulheres adultos entre os 20 e os 30 anos, mas que têm “tudo” e estão numa posição que lhes permite dar trabalho a outras pessoas na comunidade. A sua riqueza vem em parte de nascença e da sorte, e em parte como consequência de trabalho duro.

Orela – quer dizer “fertilidade”. A categoria inclui pessoas que produzem bastante e sabem como aproveitar ao máximo a ajuda que obtêm; são pessoas com sorte que recebem ajuda quando a solicitam a pessoas da vila e de fora; e são pessoas que têm dinheiro para investir. São também conhecidas como *folgados*, o que significa “gente sem problemas financeiros”.

As famílias *Opwalatha* e *Orela* são raras em Nehessiue e Chinga. As pessoas argumentam que é difícil tornar-se rico nas suas áreas, mas que há gente que trabalha duramente para se mudar para lugares como a cidade de Nampula e a Província da Zambézia onde são melhores as oportunidades para fazer negócio. As pessoas dos grupos notaram também que muitos jovens se mudam para a Vila de Murrupula ou para Nampula porque não gostam do duro trabalho agrícola, mas que muitos

regressam. Um cabo num dos grupos lamentou o facto de os homens mais novos em particular se queixarem da vida e tradições rurais e abalarem para a cidade para se tornarem ricos, mas regressando sempre à vila quando se metem em sarilhos.

As pessoas em Nehessiue e Chinga têm pois percepções claras do que constitui pobreza na comunidade e nos agregados familiares, e sabem quem pertence às diferentes categorias da pobreza e de melhor situação. A percepção geral é que as suas comunidades são “pobres e tradicionais” e as noções de desenvolvimento estão enquadradas em percepções de modernidade, como resumido em “casa de tijolo com telhado de zinco”. Embora a situação nas comunidades seja largamente vista como resultado de constrangimentos estruturais externos que deveriam ser remediados pelo Estado, as diferenças entre agregados familiares e indivíduos dentro dos constrangimentos estruturais são vistas como sujeitas a poderes mais complicados: os que estão em melhor situação devem-no a uma combinação de trabalho duro e sorte, mas também ao uso de feitiçaria. Entre a maioria pobre, são feitas claras distinções entre as pessoas que são pobres sem culpa própria e as que são pobres por via de falhas pessoais.

5.2 Relações da Pobreza e Bem-Estar

A relação entre *cultura* como percepções, ideias e conhecimento ou “sistemas de significado” tratados na secção acima, e os actos e relações reais que serão tratados abaixo, é uma questão complicada que há séculos tem preocupado os cientistas sociais. As pessoas agem em referência a constrangimentos estruturais e condições materiais de pobreza, mas também na base das suas próprias percepções culturais sobre a sua situação e das suas oportunidades de melhorar as suas vidas.³¹ Na última parte deste capítulo, focaremos as relações sociais que os pobres e os em melhor situação estabelecem como parte das suas estratégias de sobrevivência, que são fundamentais não apenas para sobreviver num contexto de profunda pobreza mas também como opções para a mobilidade social ascendente.

Nenhum agregado familiar em Nehessiue e Chinga pode sobreviver como uma unidade social isolada. Os agregados familiares e indivíduos relacionam-se com outros nas suas vidas diárias por razões políticas, económicas e sócio-culturais, bem como em alturas de especial necessidade. A extensão e natureza destas relações têm um forte impacto no acesso dos agregados familiares aos recursos em forma de dinheiro, apoio material e trabalho – e têm assim implicações na dinâmica da pobreza sob a forma de processos de marginalização e exclusão social, bem como na mobilidade social ascendente.

Para explorar a extensão e natureza das relações sociais da pobreza, fizemos entrevistas aprofundadas e construímos diagramas de Venn (ver Capítulo 1). Os agregados familiares foram identificados pelos grupos que definiam as categorias de riqueza discutidas acima, e foram sistematicamente seleccionados entre as diferentes categorias de pobres e menos pobres. Embora os grupos identificassem facilmente os agregados familiares pobres, tinham relutância em identificar as unidades familiares em melhor situação, dada a noção de ligações entre riqueza, feitiçaria e possíveis sanções sociais. Os agregados familiares em melhor situação foram portanto identificados directamente pelos líderes tradicionais e abordando os agregados que pudemos constatar, pelas casas, terras e posse de animais, estarem entre os em melhor situação nas comunidades.

Aos agregados familiares foi pedido que identificassem quais eram as instituições e indivíduos mais importantes para as suas estratégias de sobrevivência e bem-estar (ver Capítulo 1). A seguir

³¹ Em antropologia, isto resume-se no debate sobre a chamada “cultura da pobreza” instigado pelo antropólogo americano Oscar Lewis (Lewis 1966; ver também Goody e Eames 1996).

perseguiremos estas relações mais sistematicamente, começando por apresentar três estudos de caso alargados, e analisando depois as relações chave da pobreza dentro do e entre os agregados familiares e a família alargada ou *nihimo*, autoridades tradicionais, e o Estado, usando os nossos estudos de caso como pontos de referência. Terminaremos o capítulo olhando mais explicitamente para os processos de marginalização e exclusão.

O **Sr. Francisco João** tinha 38 anos, uma esposa e quatro filhos. Era um dos agricultores mais produtivos e em melhor situação em Nihessiue. Nascido no cabo Cômua, deixou-o para se juntar ao exército da Frelimo no fim dos anos 1980, sendo Ribaue a sua base. Durante a sua estadia ali conheceu a sua mulher, Maria. Quando deixou o exército estabeleceu-se com a sua família “como manda a tradição”, e trabalhou parte do tempo numa propriedade agrícola comercial e o tempo restante nas machambas dos pais da sua mulher. Tinha uma boa vida, e diz que aprendeu bastante com o trabalho na fazenda. Há cinco anos o casal decidiu regressar a Nehessiue: o Francisco perdeu o seu lugar na fazenda; ele e a sua mulher perderam três crianças em poucos anos; e ele queria trabalhar para si próprio e ver o que podia fazer como agricultor. Os pais de Maria apoiaram a mudança, dado que “tinham visto que eu podia cuidar bem da minha mulher”, como disse o Francisco.

Regressando à sua área, o Francisco disse que ela tinha mudado bastante desde que a deixara. A Vila de Murrupula estava maior e tinha mais pessoas do que quando foi embora, mas a aldeia parecia menos populosa (provavelmente, conforme disse, porque muita gente a tinha deixado durante a guerra). Ele podia obter mais coisas no mercado da Vila, mas ficou surpreendido porque muitas pessoas da vila não pareciam estar em melhor situação após vários anos de paz. Instalando-se perto dos seus velhos pais (onde apenas vivia ainda uma irmã divorciada com dois filhos), o casal começou a preparar duas machambas para a cultura de mandioca, milho, amendoim e outras culturas alimentares. Todavia, o Francisco queria também semear culturas de rendimento que lhe pudessem dar alguma receita, e decidiu tentar a sua sorte com o tabaco e a cebola – o primeiro porque pensou que seria bem pago e a segunda porque se dava bem num cenário onde o mercado ficava longe. Para avançar com tudo isto precisava de mais machambas. O Francisco disse que isto foi mais difícil do que esperava porque as pessoas pareciam cépticas acerca dele e das suas novas ideias, mas acabou por lhe ser dada pelo seu tio do lado materno uma porção de terreno. Contactando a administração agrícola em Murrupula, obteve sementes de vegetais e por altura da nossa visita estava a produzir culturas numa área estimada de 12 hectares.

Ao mesmo tempo, o casal tentou estabelecer-se socialmente. O Francisco tomou parte activa nas reuniões da comunidade realizadas pelo régulo e pelo cabo, com este a demonstrar interesse por ele, ao ver que o Francisco trabalhava de forma diferente e com mais empenho do que a maioria das pessoas da sua área. Em conjunto, o casal tornou-se também activo na Igreja Católica. Adicionalmente, o Francisco tentou juntar-se a uma das associações apoiadas por uma ONG, embora com menos sucesso (sendo avisado, conforme disse, que ele não era “suficientemente pobre”). Os seus restantes quatro filhos (um rapaz de 13 anos nascido em Ribaue e três entre os 2 e os 7 anos) entraram todos para a escola. Através dos seus contactos com a Igreja Católica o rapaz mais velho foi admitido na EP2 da Missão Católica fora de Murrupula, e os outros dois filhos (um rapaz e uma rapariga) em idade escolar estudam na escola da vila. Quando entrevistámos o Francisco e a Maria, a sua queixa principal foi que era difícil encontrar amigos na área. Maria tinha saudades de Ribaue, e ia lá frequentemente para visitar a sua família e trazer algumas coisas para vender no mercado, onde os preços eram mais altos.

Mesmo sendo o Francisco um dos mais activos e inovadores agricultores que encontrámos durante o nosso trabalho de campo, ele continuava a trabalhar arduamente para aumentar a sua produção e receita. Apresentou-nos duas queixas principais. Uma era a resistência que ele encontrava por parte

da comunidade. Conhecia pessoas que falavam dele como se usasse feitiçaria e tivesse “pessoas a trabalhar para ele à noite”, conforme disse. Era quase impossível arranjar pessoas que trabalhassem para ele, e ele e a sua família tinham de limpar os campos ajudados apenas por alguns jovens rapazes. E dificilmente alguém comprava os seus produtos. Constatou que muita gente não tinha dinheiro para comprar géneros alimentícios, mas também lamentou que não quisessem comprar os seus vegetais porque eles “só comem mandioca e milho”. A sua segunda queixa era sobre as suas fracas opções de venda e obtenção de lucro. Murrupula e Nampula ficavam muito longe e muita da sua produção estragava-se durante o caminho quando tentava fazê-lo. Além disso, os comerciantes que apareciam na sua área compravam a preços *muito* baixos. O milho era vendido durante a campanha a um preço tão baixo como 4.000 MT o quilo, contra 15.000 MT em outras alturas do ano, e os preços que obtinha para o seu tabaco flutuavam imenso. Mostrou-nos recibos atestando que na campanha de 2003/2004 recebeu 8.305 MT por quilo de tabaco, quando na campanha anterior de 2002/2003 tinha recebido 13.981 MT por quilo. A única altura em que pôde vender com bom lucro foi quando obteve ajuda de um amigo com carro em Murrupula, que transportou o seu produto para Nampula.

Portanto, como um *okalano* o Francisco e a sua família passavam bem, e não apenas devido à sua extensa rede social com a família alargada, o cabo, a igreja e o Estado. Os seus dois principais problemas eram o acesso à força de trabalho, para poder aumentar a sua produção, e os comerciantes que compravam os seus produtos a preços muito baixos sem que tivesse outra opção. Com uma política governamental orientada para estes constrangimentos, o Francisco e a sua família estariam em posição de produzir consideravelmente mais do que produzem.

O Sr. Mário Quinze andava à volta dos 35 anos. Vivia em Chinga com a sua mulher e duas crianças. Uma destas vinha de um casamento anterior e a outra nascera da sua actual esposa com quem havia casado há quatro anos. O Mário nasceu em Chinga e tinha sempre vivido ali, excepto entre 1987 e 1994 quando fugiu da guerra e foi para Nampula. A sua primeira mulher deixou-o há cerca de cinco anos “porque queria regressar à sua casa” e levou com ela três dos seus filhos. Ele ficou com uma filha que sofria de epilepsia.

Quando o Mário estava a crescer o seu pai trabalhava para um português (“um colono chamado Pereira”), e a partir dos meados dos anos 1970 começou a trabalhar para si próprio mas “ia ficando cada vez mais pobre” conforme diz o Mário. Regressando de Nampula ficou chocado com a pobreza na sua vila (“com pessoas vestidas com folhas de árvore”), mas sustentou que as coisas estavam melhores agora. Tinha quatro machambas e cultivava cana de açúcar para além de mandioca e milho. Trabalhava nas machambas com a sua mulher e filhos, que não iam à escola. Na última campanha vendeu um saco de milho por 50.000 MT e com este dinheiro comprou uma capulana para a sua mulher. Ainda que a chuva tenha sido boa este ano, as suas machambas não tinham bom aspecto. Queixava-se dos insectos, e da sua filha que “passava o tempo a cantar na machamba”. Disse também que não estava optimista porque os preços pagos pelos seus produtos tinham vindo a descer e a descer. Perguntado sobre como ganhava dinheiro para sustentar a sua família, disse que era pastor numa das igrejas católicas e obtinha algum dinheiro da congregação. A sua casa e família aparentavam um ar invulgarmente pobre, e revelou que gastava dinheiro na igreja para fazer com que parecesse bonita de forma que “mais pessoas viessem” e enviava também algum dinheiro para os seus filhos a viver com a sua ex-mulher (dado que frequentavam a escola com o apoio do tio deles, tinha esperança que as crianças viessem a estar numa posição de algum dia o ajudar).

Quando teve de enfrentar grandes dificuldades, como em 2004, em que a colheita foi realmente má, o Mário e a sua mulher viraram-se para a sua família pedindo ajuda. Receberam um pouco de comida, mas nunca dinheiro. Falava também ardentemente sobre o seu *nihimo* “milima”, e disse que

queria encontrar alguém do *nihimo* que o pudesse ajudar. “Quando duas pessoas que não se conheciam se encontram, e descobrem que pertencem ao mesmo *nihimo*, tornam-se família e ajudar-se-ão mutuamente”. O Mário ouviu falar de associações e outras formas de melhorar a sua produção, mas queixava-se de não saber como juntar-se a eles. O Mário tinha a quarta classe “do velho sistema”, mas não mandara o seu próprio filho para a escola e ainda não levava o seu filho doente ao hospital “porque não tenho dinheiro para isso”.

O Mário afirmou que provavelmente iria ser sempre pobre. A sua vida seria mais fácil com “uma bicicleta e um rádio”, mas os seus canais de apoio principais fora do seu próprio agregado familiar eram a sua família alargada (que era pobre) e o seu *nihimo* (no qual ainda não tinha identificado realmente alguém que pudesse ajudar). O seu medo, conforme garantiu, era que a sua mulher o deixasse em virtude de ele não conseguir ganhar muito, e que ficasse só com “a igreja e a minha filha doente”.

A Sra. Faustina Malacha rondava os 40 anos. Nasceu em Chinga e vivia agora com a sua mãe, um filho de 11 anos e a filha da sua irmã com 8 anos. A irmã ficou viúva recentemente e não podia cuidar dela. Faustina teve um total de sete filhos, mas seis tinham morrido. Tinha casado com um homem mais velho quando tinha cerca de 15 anos e teve três filhos dele, mas ele deixou-a há muitos anos. Em 2002 a sua mãe veio viver com ela. A mãe e o seu marido tinham ido para a Zambézia no fim da guerra, mas ele morreu e a sua família não quis mais saber dela. Estava quase totalmente cega. A Faustina lamentava não ter outros parentes em Chinga, mas reconhecia no fim da entrevista que viviam parentes na zona mas que ela não tinha quaisquer contactos com eles.

A Faustina tinha duas pequenas machambas, onde cultivava mandioca, milho e algum amendoim. Era ela própria que trabalhava as suas machambas, com a ajuda das crianças e da mãe, que podia ainda executar pequenas tarefas. Nunca teve excedentes das culturas, mas ganhou algum dinheiro a fazer potes de barro (“não faço muitos porque as pessoas aqui não têm dinheiro”). Nos últimos quatro ou cinco anos o agregado familiar recebia um pequeno apoio por parte de um primo (o filho da irmã da sua mãe) que vivia em Nampula, mas que faleceu recentemente e o agregado familiar não sabe verdadeiramente o que fazer. Faustina disse que tinha contactado o régulo e o cabo pedindo ajuda, mas que eles estavam relutantes em vir ter com ela, apenas falavam e nada tinham para oferecer. Ia à igreja, mas como nunca tinha sido capaz de contribuir com alguma coisa pensava que não obteria qualquer ajuda. E embora tivesse ouvido dizer que era possível obter ajuda do Governo, não sabia como e pensava que seria difícil já que não possuía quaisquer “documentos”. Também contactou o pai do seu filho, mas ele recusou-lhe qualquer apoio. A única saída para conseguir ajuda foi pedir dois porcos emprestados a um vizinho com a promessa que poderia ficar com os leitões que nascessem, mas temia acabar por os alimentar sem receber nada em troca.

A Faustina tinha medo do futuro. Este ano a produção parecia prometer, mas normalmente as coisas eram mais difíceis. Não tinha dinheiro para mandar os filhos à escola (dizendo que precisava cerca de 15.000 MT por trimestre para livros, lápis e outros custos). Nenhum homem, como disse, queria ficar com uma mulher “velha e cansada”. Tinha esperança que o seu filho pudesse vir a ajudá-la, mas para já via os potes de barro como a sua melhor opção para obter o dinheiro de que necessitava. Como *ohawa*, Faustina era pobre e socialmente marginalizada. Não tinha nenhuma relação que pudesse usar para sair da sua difícil situação, e para consegui-lo dependia dos seus próprios esforços.

Os três estudos de caso mostram como as posições sócio-económicas das pessoas são influenciadas pelas suas relações sociais. Revelam como o Sr. Francisco, como chefe do agregado familiar em melhor situação, mantinha uma variedade de relações, usando-as para planear e agir com o objectivo de assegurar a sua posição social na comunidade e melhorar a sua produção. O Sr. Mário e a Sra. Faustina, como chefes respectivamente de um agregado familiar pobre e um muito pobre,

tinham uma gama de relações muito mais limitada. Isto não só contribuía para a continuação da sua pobreza, como também os tornava vulneráveis.

Conforme exemplificado no Anexo 3, mostrando a rede social respectivamente de um agregado familiar *opitanha* e um *okalano*, os estudos de caso reflectem diferenças sistemáticas entre os mais pobres e os menos pobres: os primeiros tendem a ter uma rede social muito mais limitada com capacidade material restrita, relacionada principalmente com o agregado familiar próximo e a família alargada. E os menos pobres tendem a ter uma rede mais extensa, com a sua família alargada, na comunidade com as autoridades tradicionais, a igreja, etc., bem como fora da sua comunidade, incluindo relações com o Estado. A relação entre a posição sócio-económica e a extensão e natureza das relações sociais, tais como as encontramos nos nossos estudos de caso, é resumida abaixo.³²

Relações dentro do agregado familiar

A pobreza influencia as relações dentro do agregado familiar. O nível de bem-estar num agregado familiar tem a ver não somente com os recursos que fluem para tais unidades, mas também com a forma como esses recursos são controlados, usados e redistribuídos através de relações sociais. Isto envolve as relações entre homens e mulheres, bem como o estatuto e papel das crianças.

Como parte do papel central dos homens na economia familiar (ver Capítulo 4), a afectação do rendimento parece ser largamente controlada por eles. São eles que decidem quando e o que investir na machamba, e estão em posição de decidir sobre outros tipos de despesa, incluindo consumos não produtivos como álcool e tabaco. Como parte do papel das mulheres nas colheitas e tarefas domésticas, elas controlam a utilização dos produtos alimentares produzidos pelo grupo familiar. Para as despesas maiores e urgentes, como idas aos curandeiros ou aos postos de saúde, as decisões são normalmente tomadas em conjunto. Com o controlo das crianças conferido à família matrilinear, investimentos a mais longo prazo como na educação são normalmente decididos com o envolvimento de um tio pelo lado materno ou de outros membros da família alargada da mulher.

Ter um grande número de crianças é importante, quer para os mais pobres quer para os em melhor situação, já que as crianças podem ajudar tanto em casa como nas machambas da família. As crianças são consideradas adultas quando passaram os ritos de iniciação, e desde aí passam a executar tarefas respectivamente de homem e de mulher. As crianças são também um “fardo” na medida em que consomem, mas as pessoas parecem não o entender dessa maneira. Nos nossos estudos de caso há agregados familiares pobres que incluem crianças pequenas que lhes foram “dadas” por outros parentes para compensar a falta de crianças (*athu ahinyara*). Só mesmo os *muito* pobres parecem compelidos a distribuir as crianças por outros, como quando as jovens raparigas grávidas são enviadas para o pai da criança, se ele aceitar.

Embora os homens que chefiam agregados familiares tenham uma forte influência na afectação dos recursos dentro do agregado familiar, eles estão também em fraca posição se não conseguem assegurar um bem-estar mínimo ao agregado familiar. Deste modo, os nossos estudos de caso mostram que os agregados familiares pobres são mais permeáveis do que os em melhor situação, com as mulheres dos primeiros a deixarem os seus maridos e a levarem os filhos com elas para a sua família de origem. A somar à tensão diária no agregado familiar resultante de ser pobre, a pobreza parece tornar os agregados familiares menos estáveis.

³² Os estudos de caso estão todos escritos por extenso, dando obviamente uma imagem mais variada e complexa do que é possível num breve resumo.

A Família Alargada e o *Nihimo*

Praticamente todos os agregados familiares realçam a importância da família alargada e do *nihimo*. O significado da família alargada é indicado pelo facto de os primos pelo lado materno se considerarem “irmãos”, e os filhos, filhas, sobrinhos e sobrinhas pelo lado materno são todos considerados “crianças”. Dentro do sistema matrilinear, um homem dá preferência a ajudar as suas sobrinhas e sobrinhos em relação aos seus próprios filhos. Por outras palavras, um tio pelo lado da mãe é socialmente mais relevante do que um pai.

O clã ou *nihimo* é uma categoria mais vasta de pessoas que se reconhecem descendentes do mesmo antepassado e que não vivem necessariamente na mesma área. O *nihimo* é definido através da linha uterina, o que significa que todos os homens e mulheres que descendem do mesmo antepassado feminino pertencem ao mesmo *nihimo*. O *nihimo* não está ligado a uma área especial dado que os seus membros se mudaram para diferentes áreas ao longo das gerações. O *nihimo* representa relações potenciais importantes para aqueles que as possam procurar obter.

As famílias alargadas desempenham um papel importante na vida diária, bem como na resolução de problemas em tempos de crise como perda súbita de rendimento, fome e outros infortúnios. Como vimos, a maioria dos agregados familiares jovens instalam-se próximo da família da esposa, e cooperam em tarefas que vão desde a troca de alimentos até olhar pelas crianças. As famílias em melhor situação tendem a envolver-se em relações recíprocas que englobam um leque mais amplo de bens e tipos de apoio. Nas famílias muito pobres, porém, mesmo as relações com a família alargada podem ser cortadas. Os agregados familiares pobres simplesmente não se podem permitir ter favores por pagar, e os agregados familiares cuja família sabe que não serão capazes de dar algo em troca frequentemente não são apoiados.

Os membros da família alargada e do *nihimo* representam também uma rede potencial fora da comunidade mais próxima. Isto dá aos parentes a oportunidade de observarem outras formas de vida e de aprenderem como melhorar as condições de vida das suas próprias famílias. Neste sentido, há uma diferença entre as famílias que têm oportunidade de irem para fora da comunidade e as que nunca ou raramente o fazem. Por exemplo, é mais provável que as pessoas que vão para locais como a Beira e as províncias de Nampula e Zambézia regressem à comunidade com novas ideias e bens materiais como bicicletas, capulanas, refrigerantes e vídeos. As pessoas por nós entrevistadas que tinham aberto pequenos negócios são muitas das vezes homens jovens com experiência ganha fora da vila, que viram oportunidades que outros não vislumbraram.

As relações da família alargada dão também acesso a terra e a trabalho. Tradicionalmente, a terra onde as famílias vivem e produzem pertence ao *muthethe*, que significa o lugar onde um dado *nihimo* sempre viveu e as famílias herdaram a terra onde vivem e trabalham. Espera-se também dos membros da família alargada que dêem a mão em certos períodos da campanha agrícola. Embora o acesso à terra como tal não pareça distinguir os mais pobres dos menos pobres no nosso contexto, as diferenças no acesso ao trabalho fazem essa distinção. Os mais pobres são frequentemente fracos e têm poucas opções para obter ajuda dos parentes para trabalhar a terra, já que eles próprios com pouco podem contribuir.

As relações entre as famílias alargadas e *nihimos* são ampliadas e cimentadas pelo casamento. Os membros do mesmo *nihimo* são aconselhados a não casar entre si, porque são considerados como família. O *nihimo* ajuda os seus membros a integrarem-se na comunidade e encoraja-os a observar as respectivas cerimónias. Embora as “alianças” por casamento sejam importantes para as estratégias de sobrevivência das pessoas, dado que expandem a potencial rede de apoio às pessoas, há indicações nos nossos estudos de caso que os mais pobres coabitam dispensando cada vez mais o casamento tradicional ou religioso, o que limita o papel das famílias alargadas.

Os agregados familiares mais pobres têm conseqüentemente relações mais limitadas com as suas famílias alargadas do que os agregados em melhor situação, com alguns a serem excluídos por não poderem sustentar a relação com algum conteúdo material.

Instituições Tradicionais

A maioria dos agregados familiares considera o régulo e o cabo como instituições a quem podem recorrer para pedir apoio e ajuda. As famílias em melhor situação parecem ter maior facilidade de acesso aos régulos e daí indirectamente ao Governo (ver Capítulo 3), enquanto os cabos estão mais frequentemente envolvidos em assuntos familiares menores, que podem ir desde a escassez aguda de alimentos até funerais. Os cabos têm poucos, quando têm, meios de apoio directo aos agregados familiares, mas podem mobilizar ajuda na aldeia ou no cabo. Os nossos estudos de caso indicam que as autoridades tradicionais trabalham principalmente com os agregados familiares que pensam poder contribuir para o desenvolvimento da comunidade em geral (como os *okalano*), mas podem também apoiar os agregados familiares em situações muito difíceis (como os *ohawa* e *ohikalano*).

As pessoas recorrem também ao conselho de anciãos e ao tribunal comunitário, levando diversos tipos de problemas como adultério, roubo e feitiçaria. Vistos do ponto de vista das comunidades, estas instituições têm a vantagem de poderem aplicar multas como compensação, e os casos que lhes são apresentados envolvem normalmente famílias com meios.³³ O pagamento passa para a responsabilidade da família alargada no caso de o culpado não poder pagar. Um problema só é levado às autoridades oficiais quando o conselho de anciãos e o tribunal comunitário se mostram incapazes de o resolver. Os líderes religiosos locais podem também ajudar a solucionar problemas dos agregados familiares e da comunidade. Mesmo o cabo mais pequeno abrangido pelo nosso estudo tinha mais de 20 igrejas e mesquitas. Os nossos estudos de caso indicam que estas apoiam principalmente os homens e mulheres pobres e mais velhos (*ohawa*) com meios materiais como alimentos e vestuário.

Por último, a importância da feitiçaria nas comunidades é uma indicação do permanente significado da “tradição” entre os processos de mudança e modernidade (ver Capítulo 1). As pessoas acreditam na presença dos seus antepassados nas suas vidas e que as relações são influenciadas por feitiçaria e bruxaria. Os curandeiros estão na comunidade para reparar os danos causados pela feitiçaria, e são frequentemente procurados pelos agregados familiares. A feitiçaria parece funcionar de duas maneiras principais. Primeira, as pessoas têm necessidade de explicar o inexplicável e doloroso. A morte, acidentes e outros incidentes graves são muitas vezes vistos como *causados* por feitiçeiros, que são frequentemente identificados com homens e mulheres idosos e socialmente marginalizados.³⁴ Por outro lado, as acusações de feitiçaria funcionam como um meio de conformidade social. As pessoas em melhor situação ou de outra forma bem sucedidas são com frequência acusadas de usarem feitiçaria e são socialmente sancionadas.

Os líderes tradicionais têm influência sobre questões políticas e sociais, mobilizando a comunidade para assistir a reuniões e resolver conflitos. Estão menos envolvidos no apoio social e económico directo, mas podem mobilizar ajuda em casos especiais. Com excepção das pessoas mais velhas incluídas nas categorias *ohawa* e *optanha*, os mais pobres tendem a ser excluídos das instituições tradicionais ou exulem-se a si próprios, por serem vistos como responsáveis pela sua própria pobreza ou terem pouco para contribuir.

³³ Uma pessoa que comete adultério, por exemplo, pode ter de pagar à pessoa ofendida multas até 350.000 MT.

³⁴ “Aqui, temos o problema de muitas crianças que morrem, porque há pessoas que usam os inocentes para fortalecer os seus poderes de feitiçaria. No ano passado chamámos o Conselho de Anciãos e fizemos os seus membros jurar em frente de toda a comunidade que não praticariam feitiçaria. O problema parece ter parado, mas não foi ainda resolvido”.

O Estado

Foram muito poucos os agregados familiares que identificaram as instituições governamentais como relevantes para as suas estratégias de sobrevivência. Algumas pessoas vêem que o Estado está presente na forma de escolas, unidades sanitárias, estradas, etc. mas para muitos estas instituições não são vistas como podendo resolver os seus problemas imediatos e, conforme vimos, muitos dos mais pobres não utilizam as escolas, unidades sanitárias ou estradas.

Além disso, o Estado não é tomado como dando acesso a meios agrícolas, preços razoáveis para os produtos agrícolas ou alimentos e vestuário, bens que as pessoas entendem ser mais importantes no imediato. Os poucos (normalmente em melhor situação) agregados familiares que indicaram “o governo” como uma instituição a que podiam recorrer em alturas de dificuldade referiram principalmente as instituições do governo em Murrupula ou Nampula, onde tinham recebido ajuda directa.

Parece haver duas questões importantes para compreensão do pouco crédito concedido ao Estado. Uma é que o Estado está estreitamente associado com o partido Frelimo, e mesmo que haja sinais de mudança muitos ainda suspeitam das suas intenções. Nehessiue e, em particular, Chinga são velhas fortalezas da Renamo e só recentemente foram incorporadas nas políticas e intervenções do governo. Um velho homem contou-nos que não queria ter quaisquer relações com o Governo, porque “Eu acabarei na prisão”. Por outro lado, o Estado é normalmente “personalizado”. Os representantes do governo mais visíveis são os Chefes de Posto, que, conforme vimos, desempenham um papel pouco nítido e não têm recursos para intervenção no desenvolvimento.

Entre as intervenções mais concretas do Estado está o estabelecimento de associações, as quais, conforme notámos, constituem uma parte importante da estratégia de desenvolvimento do Governo e envolvem principalmente métodos agrícolas melhorados, e esquemas de poupança e de crédito. Nos nossos estudos de caso foram muito poucos os que indicaram que as associações desempenhavam um papel nas suas estratégias de sobrevivência. Os mais pobres não têm recursos para investir em métodos melhorados ou para tomar parte em esquemas de crédito, e os em melhor situação parecem não fazer parte do grupo alvo. Os restantes agricultores podem ver as vantagens, mas a cooperação que as associações requerem parece ser afectada por uma básica falta de confiança entre as pessoas que não sejam parentes, amigos chegados ou vizinhos.

Consequentemente, o Estado é mais reconhecido por aquilo que não oferece do que por aquilo que traz às comunidades e agregados familiares. Embora isto tenha uma implicação política no contexto actual, os mais pobres também utilizam menos os serviços do governo do que os menos pobres.

5.3 Processos de Marginalização e Exclusão

Neste capítulo, vimos que os processos de marginalização e exclusão têm lugar a diversos níveis. Conforme mostrado na Secção 5.1, as pessoas argumentam que as suas comunidades foram excluídas de algumas intervenções de desenvolvimento que teriam melhorado o bem-estar da comunidade e tendem a culpar o Governo por isso. As pessoas ainda utilizam a expressão “são eles”, usada originalmente durante a guerra, quando se referem às actuais autoridades da Frelimo. Este sentido de exclusão está também relacionado com a distância e isolamento geográfico dos principais centros populacionais, a Vila de Murrupula e Nampula, actualmente exacerbado pelas pontes destruídas nas estradas principais.

Há também a noção, embora menos expressa directamente, que as comunidades são pobres por causa da ignorância e comportamento das pessoas. Fraca cooperação nos agregados familiares, adultério e abuso do álcool e da droga são vistos como “maldades sociais”, mas as pessoas

queixam-se também que a pobreza as torna cansadas e menos capazes de contribuir para a comunidade em geral.

Dentro das comunidades, a marginalização e exclusão sociais estão em parte relacionadas com as percepções das pessoas das razões que motivam a sua pobreza. Agregados familiares onde a pobreza é vista como auto-infligida são grandemente excluídos das redes comunitárias, e em particular os jovens agregados incluídos nesta categoria são vistos como não merecedores de ajuda.

Observámos também como os muito pobres tendem a ser socialmente excluídos, ou excluem-se a si próprios, dado serem socialmente estigmatizados por serem responsáveis pela sua própria pobreza ou por não terem opções de contribuição com trabalho ou meios materiais num contexto de pobreza generalizada. Recém-chegados sem uma base na comunidade nem relações parecem estar numa posição particularmente vulnerável, conforme pudemos ver nos estudos de caso alargados.

Os estudos de caso revelam também como os mais pobres parecem ser apanhados pela armadilha da pobreza. As pessoas são forçadas pela sua extrema pobreza a tomar decisões a curto prazo que põem em perigo as opções a longo prazo para melhorarem as suas vidas: não mandando as crianças à escola, comendo as sementes que deveriam ser usadas para plantar na próxima campanha agrícola, vendendo os seus poucos produtos a comerciantes na comunidade em vez de noutros lugares onde seriam mais bem pagos, e visitando curandeiros (que tendem a estar mais próximo) em vez dos postos de saúde. Vimos também como as condições prejudiciais de falta de educação, gravidez prematura e isolamento social parecem repetir-se entre as gerações, como acontece com o agregado familiar *opitanha* descrito na Secção 5.1. É necessário nesta categoria planear o apoio e as intervenções.

A maioria dos agregados familiares em Nehessue e Chinga é mais pobre do que necessitada, gere as suas vidas diárias ajustando o consumo à sua produção e rendimento e retira o máximo das suas relações sociais. São mais vulneráveis a crises em tempos de perda de membros produtivos da família ou despesas extraordinárias. As pessoas nesta categoria estavam, do nosso ponto de vista, em posição de se relacionarem construtivamente com intervenções de desenvolvimento, numa perspectiva pro-pobre. Finalmente, há exemplos de agregados familiares em melhor situação que trabalham duramente para melhorar as suas condições de vida e a mobilidade social ascendente. Estes agregados enfrentam alguns constrangimentos estruturais relacionados com o Estado e o mercado, mas com políticas de apoio correctas têm o potencial de se tornarem os propulsores da mudança nas suas comunidades.

6. Conclusões e Implicações de Política

Fizemos a introdução deste estudo apresentando dados quantitativos sobre a pobreza em Moçambique e Nampula, sublinhando o facto de que Moçambique e Nampula continuam a ser pobres não obstante os importantes avanços recentes na redução da pobreza com mais gravidade no que respeita a rendimento e consumo, mortalidade infantil, frequência escolar, saúde e outros indicadores de pobreza. Realçamos também três grandes tendências de desenvolvimento que podem ter no futuro implicações significativas em lugares como Murrupula. Uma foi a crescente urbanização: o aumento da migração rural-urbana pode reflectir um êxodo de jovens com educação e possivelmente também uma deslocação dos muito pobres, procurando desesperadamente meios de subsistência alternativos. A segunda foi o crescimento da proporção dos agregados familiares chefiados por mulheres e sinais de uma feminização da pobreza, possivelmente relacionada com uma quebra da organização social tradicional e com a urbanização. A terceira foi a prevalência do HIV/SIDA, sendo as taxas de infecção ainda comparativamente baixas mas apontando para um provável aumento no futuro. Todas estas tendências necessitam de atenção constante por parte do Governo.

Continuámos este estudo enfatizando o papel fundamental do governo local no desenvolvimento e nas intervenções de desenvolvimento. Embora os seus papéis até agora tenham sido grandemente determinados pelo governo central e provincial, a nova Lei dos Órgãos Locais atribui-lhes um papel política e financeiramente mais independente. Argumentámos que as Autoridades Distritais estão bem conscientes destas mudanças, mas sublinhámos também a importância do acompanhamento da política com a transferência de recursos humanos e económicos suficientes. Entretanto, devia continuar a ser encorajada a cooperação entre o Estado e as autoridades tradicionais, particularmente em áreas como Murrupula, que durante muito tempo não teve intervenção do governo e onde as pessoas permanecem cépticas acerca das intenções governamentais.

O nosso estudo das relações rurais da pobreza em Murrupula revelou uma situação de graves constrangimentos estruturais. A produção agrícola padece de tecnologias baseadas na subsistência e de mercados limitados ou exploradores, e o acesso às facilidades educacionais e de saúde é inadequado. As pessoas de um modo geral são pobres, com baixos níveis de rendimento e consumo, agravados além do mais por uma grave situação sanitária. Embora as estruturas de apoio tradicionais nas comunidades estejam ainda intactas e sejam importantes, a pobreza tende todavia a excluir os muito pobres num contexto onde as pessoas dependem de relações recíprocas. Os agregados familiares em melhor situação que experimentaram uma mobilidade social ascendente têm normalmente sido capazes de estabelecer e manter relações com pessoas fora da comunidade mais próxima.

Relativamente à Análise de Forças de Impacto, feita para captar as percepções das próprias pessoas sobre os desafios e possíveis soluções para o problema da pobreza nas suas comunidades (ver Capítulo 1 e Anexo 3), os pontos principais estão expressos nas seguintes citações:

As pessoas em Murrupula (como em qualquer outra parte) tendem a argumentar que as coisas eram melhores antigamente. “Produzíamos muito – Comprávamos coisas por preços baixos – Comíamos bem – Tínhamos animais”; mas também que “As pessoas preguiçosas eram espancadas porque não cumpriam as regras – As lojas e escolas foram destruídas – O Governo tinha atitudes como se fosse tudo deles.”

No que respeita à situação actual, “Estamos felizes porque a guerra acabou e podemos viajar – Temos bicicletas – Há postos de saúde e escolas”, mas também que “Trabalhamos mas não temos o

suficiente para comer, vender e plantar – Há muitas coisas mas não temos dinheiro para as comprar – O comércio expandiu-se mas os comerciantes roubam as pessoas”.

No futuro, as pessoas nos quatro cabos gostariam de ter (resumido de uma longa lista) “Emprego para os jovens – Mais postos de saúde, melhores escolas e estradas – Mais dinheiro e preços reduzidos – Poços – Lojas e pequenas indústrias de processamento dos nossos cereais – Esquemas de micro-crédito – Lugares para guardar os nossos produtos”.

Questionados sobre o que poderia dificultar a realização destes planos, os grupos mencionaram “Falta de vontade política – Dificuldades burocráticas – O Governo não falar com outros países – Falta de organização – Falta de gente honesta e documentos – As pessoas não querem contribuir – As pessoas não se compreendem umas às outras - As pessoas vivem dispersas”.

A maior expectativa para o melhoramento das condições nas comunidades e agregados familiares está claramente virada para o Governo “em colaboração com as ONGs nacionais e internacionais e associações em que confiamos”, como disse alguém. Contudo, as discussões em todos os grupos acabavam enfatizando que havia também coisas que as comunidades locais podiam fazer: “Gostaríamos de trabalhar em conjunto com o Governo e a comunidade. Gostaríamos de ter ajuda em dinheiro e material. A comunidade pode ajudar com trabalho – Para ter mais escolas, postos de saúde, poços, máquinas para moer cereais, pequenas indústrias de bolachas e lojas, o cabo precisa de se organizar (isto é, contribuir com trabalho) e contribuir com dinheiro”.

6.1 Implicações de Política

O objectivo da Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique (PARPA II) é melhorar a situação das pessoas em áreas como Murrupula. As implicações de política saídas do nosso estudo são de dois tipos diferente: um diz respeito às implicações na monitoria e avaliação do processo do PARPA, e o outro tem a ver com possíveis intervenções de desenvolvimento para aliviar a pobreza em áreas como o Distrito de Murrupula.

- Esperamos ter demonstrado a utilidade de combinar abordagens e métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa aplicada sobre a pobreza, e defenderemos a coordenação ou simplificação dos estudos qualitativos para aumentar a sua utilidade e impacto. Deve ser organizado um seminário conjunto entre os fazedores de política e pesquisadores relevantes.
- Certas unidades de análise usadas no Censo e nos estudos IAF deviam ser reavaliadas, ou pelo menos combinadas com questões colocando maior ênfase nas relações sociais de indivíduos e agregados familiares, de modo a reflectirem melhor a realidade dos pobres.
- Para o Estado e as suas intervenções para alívio da pobreza terem impacto, há uma necessidade urgente de fortalecer os recursos humanos e económicos do governo local nos termos da Lei dos Órgãos Locais. A fim de fortalecer a posição e o papel do Estado, o governo local deve ser visto como tendo algo para dar.
- No futuro previsível, o Estado em áreas como Murrupula continuará a depender das autoridades tradicionais para mobilização da comunidade, intervenção no desenvolvimento e cobrança de impostos. O seu papel deve ser formalizado e remunerado como é intenção da Lei dos Órgãos Locais, de forma a assegurar que trabalham com e não contra o Estado.
- As comunidades e agregados familiares estão grandemente presos num síndrome de dependência, depois de anos de colonialismo e guerra, mas também exprimem a vontade de contribuir com o que têm (principalmente trabalho mas também através de taxas e impostos) para melhorar a sua própria situação e a das suas comunidades. Isto seria melhor explorado através de “contratos” mútuos entre o Estado e as comunidades, incluindo, quando relevante, parceria com a sociedade civil e organizações não governamentais.

- Uma maior produção agrícola e melhores retornos dos produtos agrícolas permanecem a principal opção de mobilidade social e bem-estar para a maioria dos mais pobres, e deve ser o foco das políticas do governo. Emprego e rendimento fora da agricultura continuam inacessíveis para muitos dos agregados familiares em áreas rurais como Murrupula, e o rendimento das pessoas envolvidas na economia rural informal (principalmente jovens que ainda não se estabeleceram) continua muito baixo.
- Um melhor acesso aos mercados (através das redes de estradas locais) e melhores posições para negociar com comerciantes externos (através de associações) são a chave para aumentar o rendimento e consumo provenientes da agricultura. Ambos deviam ser depois desenvolvidos, com realce para o envolvimento activo das mulheres. Deve ser introduzida informação sobre os preços do mercado através de um uso activo de rádios e outros meios de comunicação, de modo que os produtores tenham alternativas reais.
- A maioria das pessoas tem consciência da importância potencial da educação no melhoramento das suas vidas, mas nas comunidades que estudámos apenas há acesso à escola até à 5ª Classe (EP 1). As crianças não vão à escola dada a sua pobreza e falta de meios económicos; trabalho e responsabilidade de cuidar dos irmãos; e casamentos/gravidezes prematuras das raparigas, que tendem a desistir primeiro. O acesso a mais educação deve ser melhorado, assim como devem ser encontradas formas de as jovens mães poderem continuar os seus estudos depois da gravidez.
- As altas taxas de doença e mortalidade estão relacionadas com a mal-nutrição. Uma constante preferência pelos médicos tradicionais, um concomitante cepticismo acerca das instituições de saúde do Estado e fracas redes sanitárias, têm implicações consideráveis na produção agrícola e bem-estar geral. O nosso estudo mostra que muito pode ser feito para melhorar o estatuto do sistema de saúde formal e combater a mal-nutrição através de informação orientada. Particular atenção deve ser dada às jovens mães.
- As famílias muito pobres em distritos como Murrupula caracterizam-se pelo seu não envolvimento com o Estado e instituições comunitárias (incluindo as de educação, saúde, igreja e associações) e são marginalizadas ou excluídas das redes familiares tradicionais, dada a sua incapacidade de contribuir num cenário em que as relações têm de ser recíprocas. São necessárias intervenções direccionadas para estas famílias, não apenas na forma de recursos económicos mas também para facilitar as relações sociais.

6.2 Pesquisa Adicional

O estudo actual sobre relações sociais da pobreza no distrito rural interior de Murrupula é o primeiro de uma série de três estudos a realizar para o Departamento para Desenvolvimento Internacional (DfID) em estreita cooperação com o Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD). O segundo estudo será levado a cabo no princípio de 2007 em dois ou três bairros urbanos na cidade de Maputo e abordará questões centrais da pobreza urbana. Os habitantes urbanos perfazem mais de 30% da população de Moçambique e tiveram a mais lenta redução dos níveis de pobreza dos últimos anos, com Maputo a registar um aumento da pobreza e desigualdade. O terceiro estudo acontecerá no princípio de 2008 no distrito de Machanga na província de Sofala, com características representativas da região rural do litoral na zona central do país. Será dada especial atenção às questões relacionadas com a migração e as remessas dos emigrantes.

Em conjunto, os estudos produzirão dados sobre as características fundamentais dos três distritos e das suas autoridades do governo local, as quais têm um papel chave na luta contra a pobreza nos termos da recente Lei dos Órgãos Locais (RdM 2005; MacDonald et al. 2005) e PARPA II (GdM 2005: 2). Os estudos fornecerão também um painel de dados sobre aproximadamente 400 agregados familiares, através de 360 questionários e cerca de 40 entrevistas detalhadas. As três áreas serão

revisitadas três anos depois (isto é, no período 2009/2011) para monitorar as mudanças nas intervenções de política, pobreza e bem-estar.

Termos de Referência

QUALITATIVE STUDY ON POVERTY IN MOZAMBIQUE

Introduction.

Research-based knowledge about poverty is recognised as crucial for Mozambique's poverty-reduction strategies as these are expressed in the Government's Five year Plan (2005-2009); the Poverty Reduction Strategy process (PARPA I and II); the annual Economic and Social Plan (PES) and other policy instruments. Much information already exists, through the 1997 Household Census (to be repeated in 2007), comprehensive national household surveys (IAAF 1996/7 and 2002/3), and other more sector and topic-specific surveys (see World Bank 2005a for more information). It is generally acknowledged that available quantitative data yield valuable information about the determinants, profile and mapping of poverty in the country (DNPO 2004; Isaksen et al. 2005).

At the same time, it is acknowledged that more research is needed to better understand the dynamics of poverty and the coping strategies of the poor (DNPO 2005; see also Isaksen et al. 2005). In line with this, there has been a call for more qualitative analyses, looking at the social organisation at the level of communities and households; at poor people's perception of their own situation and at their strategies to cope with their poverty and improve their lives (World Bank 2005c; see also G20 2004).

The realisation of the importance of combining quantitative and qualitative analysis is an important point of departure. Quantitative studies are often insufficient to answer questions of dynamics and processes of poverty (Kanbur 2001; see also Jerve et al. 2003). Qualitative studies on their part often fail to have an impact because they do not sufficiently relate to ongoing policy initiatives, and pay insufficient attention to sampling issues making it difficult to generalize conclusions (Carrier and Miller 1999; see also Uphoff 2001). To have value for policy-making, monitoring and evaluation of poverty, such studies must *inform* the quantitative data and thereby add to their utility for policy-makers.

Outline of the project. The following is a preliminary outline of a proposed study on qualitative aspect of poverty in Mozambique. It will use existing quantitative data as point of departure, and focus on qualitative issues of social relations and cultural perceptions in a geographically confined area through anthropological "thick description" (a term originally coined by the American anthropologist Clifford Geertz). As such, it will function as a pilot-study for the utility of focussed qualitative analyses for poverty assessment and monitoring in the country.

It is suggested that this project should have a particular focus on the poorest sections of the population. In Mozambique, 54 percent of the population have been defined as poor (INE 2003, see also DNPO 2004). Development policy and aid have, we will argue, been hampered by a limited emphasis on distinguishing between different levels and types of poverty below set poverty levels – effectively defining the majority of people in many countries as target groups while bypassing the most deprived sections of poor populations. "The poorest" will be defined both in term of income and consumption, and the perceptions in the communities about who the poorest are (see "Methodology"). This will make it possible to make a first initial assessment of the important issues of "chronic" versus "transitory" poverty (CPRC 2004, see also DNPO 2004).

The quantitative studies mentioned above have yielded important information about characteristics of poverty in Mozambique, including differences in levels of income; employment; household composition; access to basic social services; and regional disparities (INE 2003; DNPO 2004). On the basis of these data, key determinants of poverty have been identified (Chiconela 2004; Maximiano et al. 2005). These, as well as other more localised studies to be identified, will form the point of departure for this study (see "Methodology").

Poverty will be broadly understood as lack of freedom to meet the daily needs of individuals and their dependants, and poverty reduction entails expanding those freedoms (Jerve et al. 2003). As such, poverty involves lack of income and assets to attain basic necessities (alleviated through a combination of increased *opportunities* and increased *capacity* to capitalize upon available opportunities); sense of voicelessness and powerlessness in relation to the institutions of society and the state (alleviated through increased *empowerment*); and vulnerability to adverse shocks, linked with the ability to cope with them through social relationships and legal institutions (alleviated through increased *security*).

With reference to existing data to be identified in the initial phase of the project, the study will initially seek to give a "thick description" of the communities under study. It will focus on the household as a decision-making unit, and a limited number of issues identified as important determinants of poverty in Mozambique (selection to be further discussed):

- *Intra-household relationships*: In order to understand how households actually respond to their own poverty and interventions to alleviate it, it is important to understand how decisions are made. The point of departure is that poverty not only has to do with the material resources flowing into these units, but also with the way in which such resources are controlled, used and allocated. A particular focus will be on differences between male-headed and female-headed households.
- *Extra-household relationships*. Most of the poorest households are not viable as social and economic units. The extended family has traditionally been an important buffer or safety net in times of severe hardships. We know that such relations easily come under stress with increased poverty and insecurity. A particular focus will be on the relative importance of extended family relationships compared to community institutions (traditional and civil) as well as public institutions of the State for peoples' coping strategies.
- *Relations of employment and income*. Poor rural households in Mozambique are traditionally heavily dependent on agriculture. The study will assess changes in division of labour and agricultural relationships with a particular focus on gender, as well as changes in the relative importance of agriculture and other sources of income such as formal employment; non-agricultural self-employment; and remittances.
- *The poor and education*. The quantitative studies on poverty in Mozambique find strong correlation between poverty and education. The study will seek to assess the perceptions of education among the poorest; and the main factors inhibiting people from sending their children to school. Particular focus will be given to gender differences and the status and role of children without education in the community.
- *Other*. Options will be kept open for including additional key determinants of poverty defined by the population under study itself.

Methodology. Due to time- and financial constraints, the pilot study will be confined to a limited geographical area. Attempts will be made to identify a District being as representative as possible in terms of basic demographic and socio-economic characteristics. Alternatively, a particularly poor District (e.g. in Inhambane) could be selected. Within the District identified, 1-3 communities ("localidades") will be selected for closer study. The team will partly work together, and partly split in two groups to cover a larger area.

The study will be initiated by discussions with DNEAP/MPD to secure its relevance; acquisition of relevant quantitative data from INE; and identification of more localised socio-economic baseline-studies in Ministries, academic institutions and in the donor-community. This will be followed by readings and preparations in Norway with both consultants present (2 weeks).

The fieldwork period will be four (4) weeks. Central qualitative methods will be participant observation; focus-group interviews; extended case-studies; and various participatory research methods. The team will also carry out a questionnaire survey, focussing on the main issues identified for study.

Output:

1. A report, including i) an introductory discussion of the role of qualitative poverty research in Mozambique; ii) an outline of demographic and socio-economic characteristics of poverty in the study area; iii) an analysis of social relations of poverty; iv) an analysis of the poor and employment, income and education; and v) conclusions and possible follow-up .

2. A seminar at the Ministry of Planning and Development in Maputo, involving Government, donors as well as members of the research community.

Personnel

1. Inge Tvedten (IT). Social Anthropologist. Chr, Michelsen Institute, Bergen, Norway.
2. Carmeliza Rosário (CR). Social Anthropologist. Austral Consultoria e Projectos. Maputo, Mozambique.
3. Margarida Paulo (MP). Social Anthropologist. Department of Anthropology, Eduardo Mondlane University.
4. Enumerators

Timing

1 March 2006 - 31 May 2006 (3 months). Fieldwork will take place 4 weeks from approx. 1 March - 1 April 2006.

Possible follow-up.

This is a limited pilot-study. If deemed useful by policy-makers and donors, the utility of qualitative studies of this type will increase with 2-3 similar comparative studies defined on the basis of geographical location or in terms of areas with different levels of poverty. Such studies could also be used for the monitoring the Government's poverty alleviation policies by being repeated e.g. every 2-3 years.

Questionário do Estudo

Nr. Questionário	_ _ _	Códigos
Entrevistador	_ _	
Nr. da entrevista	_ _	
Localidade	_____	
Cabo	_____	
Povoado	_____	
Distância da Sede		
Distrito	_ _ km	
Data	_ _ / _ _ / _ _	
Hora de Início	_ _ : _ _	

Bom dia (boa tarde), o meu nome é _____ e sou entrevistador para a Austral Consultoria e Projectos, Lda. Neste momento estamos a conduzir um estudo sobre a pobreza em Moçambique. Passaremos algum tempo na sua comunidade a conversar com várias pessoas. O Sr.(a) foi escolhido(a), entre outros(as) da comunidade para falar um pouco sobre o seu agregado familiar e a sua condição de vida. Todas informações aqui recolhidas são privadas e confidenciais e serão usados apenas para efeitos deste estudo, sem qualquer referência ao seu nome ou a qualquer outro membro da sua família.

1. Qual a relação do entrevistado com o agregado? _ _ <i>Se 01 passe para questão 4.</i>	01 Chefe do agregado 02 Esposa(o) 03 Outro adulto do agregado
2. Sexo do entrevistado _ _	01 Homem 02 Mulher
3. Qual a idade do entrevistado _ _	99 Não sabe
CARACTERIZAÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO	
4. Nome do chefe do agregado familiar _____	
5. Qual o nome pelo qual o chefe do agregado é mais conhecido? _____	

6. Sexo do chefe do agregado _ _	01 Homem 02 Mulher
7. Qual é a idade do chefe do agregado? _ _	99 Não sabe
8. Qual é o estado civil do chefe do agregado? _ _	01 Solteiro 02 Casado igreja 03 Casado civil 04 Casado de facto 05 Separado 06 Viúvo
9. Qual é a principal ocupação do chefe do agregado? _____	
10. Qual é o nível de escolaridade do chefe do agregado? _ _	01 Nenhum 02 Alfabetizado 03 EP1 04 EP2/Elementar 05 Secund./Básico 06 Médio 07 Superior
DEFINIÇÃO DO AGREGADO	
11. Quantos membros tem o agregado familiar? (pessoas que comem da ou contribuem para a mesma panela, mesmo que não vivam na casa. Não esquecer de incluir as crianças e a pessoa entrevistada) _ _	
12. Qual a relação de parentesco que tem cada membro do agregado com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias) _ _ Chefe _ _ Esposa(o) _ _ Filhos _ _ Pais _ _ Irmãos _ _ Sobrinhos _ _ Netos _ _ Outros parentes _ _ Sem parentesco	
13. Destes membros do agregado quantos <u>não</u> vivem na casa? _ _ <i>Se 00 passe para questão 15.</i>	

<p>14. Qual a relação de parentesco que cada membro do agregado ausente tem o com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</p> <p> __ __ Chefe __ __ Filhos __ __ Irmãos</p> <p> __ __ Esposa(o) __ __ Pais __ __ Outros parentes</p>	
<p>15. Quantos dos membros do agregado são membros deste agregado por morte dos responsáveis pelo seu sustento?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 17.</i></p>	
<p>16. Qual a relação de parentesco que estes membros têm com o chefe de família? (quantos membros existem nas seguintes categorias)</p> <p> __ __ Filhos da irmã __ __ Filhos do irmão</p> <p> __ __ Netos __ __ Irmãos</p> <p> __ __ Outros parentes __ __ Sem parentesco</p>	
<p>17. Quantas pessoas que <u>não</u> pertencem a este agregado são dependentes do apoio monetário ou em géneros deste agregado?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 19.</i></p>	
<p>18. Qual a relação de parentesco que estas pessoas que não pertencem ao agregado têm com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</p> <p> __ __ Outras esposas __ __ Pais</p> <p> __ __ Filhos de outras esposas __ __ Sogros</p> <p> __ __ Outros parentes da(o) esposa(o) __ __ Outros parentes chefe</p>	
<p>19. Quantas pessoas vivem no mesmo quintal que o agregado, mas <u>não</u> fazem parte deste agregado familiar?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 21.</i></p>	
<p>20. Qual a relação de parentesco que estas pessoas que não fazem parte do agregado têm com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</p> <p> __ __ Filhas __ __ Outros parentes</p> <p> __ __ Filhos __ __ Sem parentesco</p>	

<p>21. Qual a religião mais praticada pela família?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Católica</p> <p>02 Islâmica</p> <p>03 Outra cristã (especifique)</p> <p>04 Nenhuma</p> <p>98 Outra (especifique)</p>
<p>22. Faz Epepa ou Mukutho?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>23. Alguém do agregado fala português?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 25.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>24. Quem do agregado sabe falar? (responda por categoria)</p> <p> _ _ Os homens _ _ Os jovens _ _ As crianças (12-18 anos) (6-12 anos)</p> <p> _ _ As mulheres _ _ As jovens (12-18 anos)</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p> <p>99 Não existe a categoria0</p>
<p>EDUCAÇÃO</p>	
<p>25. Qual o nível de escolaridade mais elevado atingido no agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Nenhum</p> <p>02 Alfabetizado</p> <p>03 EP1</p> <p>04 EP2/Elementar</p> <p>05 Secund./Básico</p> <p>06 Médio</p> <p>07 Superior</p>
<p>26. Quantas crianças em idade escolar existem no agregado familiar? (dos 6 aos 15 anos)</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão 29.</i></p>	
<p>27. Destas, quantas <u>não</u> estão a estudar?</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão 29.</i></p>	

<p>28. Indique a razão principal por desistente (não necessita repetir se a razão for a mesma entre diferentes desistentes do mesmo género)</p> <p> _____ Rapazes</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Raparigas</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	
SAÚDE	
<p>29. Quantas pessoas do agregado ficaram doentes nas duas últimas semanas?</p> <p> _ _ </p>	
<p>30. Há algum membro do agregado que sofra de doença crónica ou prolongada?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 32.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>31. Quantas pessoas sofrem de alguma doença crónica ou prolongada no agregado? (responda por categoria)</p> <p> _ _ Crianças _ _ Jovens _ _ Adultos</p> <p style="text-align: center;">(0-12 anos) (12-18 anos)</p>	
<p>32. Onde costumam ir normalmente para serem tratados os membros do agregado em caso de doença?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Unidade sanitária local</p> <p>02 Unidade sanitária Nampula</p> <p>03 Enfermeiro</p> <p>04 Curandeiro</p> <p>05 Em casa</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>33. Algum membro do agregado <u>necessitou alguma vez de ser transferido</u> para uma unidade sanitária de nível mais alto e <u>não o pôde</u> fazer?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 35.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>34. Qual foi a principal razão para não ter conseguido ser transferido?</p> <p> _____ </p>	

<p>35. Quando um membro do agregado é internado, quem é que acompanha o doente? (leva comida e/ou fica a dormir com ele(a) na unidade sanitária)</p> <p>Se for criança (rapaz) __ __ _____ </p> <p>Se for criança (rapariga) __ __ _____ </p> <p>Se for adulto (homem) __ __ _____ </p> <p>Se for adulto (mulher) __ __ _____ </p>	<p>01 Chefe do agregado</p> <p>02 Esposa do chefe</p> <p>03 Um jovem</p> <p>04 Uma jovem</p> <p>05 Um adulto</p> <p>06 Uma adulta</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Não existe a categoria</p>
<p>36. Quantas crianças faleceram neste agregado antes de completar 5 anos?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 38.</i></p>	
<p>37. Quais as razões principais para essa(s) morte(s)?</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	
MOBILIDADE	
<p>38. Quantos membros do agregado sempre viveram neste local?</p> <p> __ __ </p>	<p>98 Todos</p>
<p>39. Algum membro do agregado esteve deslocado deste local durante a guerra?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 42.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>40. Em que ano se deslocou o primeiro membro do agregado?</p> <p> __ __ __ __ </p>	
<p>41. Em que ano regressou o último membro do agregado deslocado?</p> <p> __ __ __ __ </p>	
<p>42. O chefe do agregado sempre viveu neste local?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 45.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>43. Onde vivia o chefe do agregado antes de se mudar para este local?</p> <p> _____ </p>	

<p>44. Para que lugares fora da localidade/cabo costumam ir com mais frequência os membros do agregado? (mencione até 3)</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se nenhum membro do agregado costuma viajar)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 47.</i></p> <p>1. _____ </p> <p>2. _____ </p> <p>3. _____ </p>	<p>99 Nenhum</p>
<p>45. Quantas vezes costumam os membros do agregado viajar para fora da localidade/cabo?</p> <p>1. _ _ _ </p> <p>2. _ _ _ </p> <p>3. _ _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p>
<p>46. Qual costumam ser as razões principais das viagens?</p> <p>1. _ _ _ _____ </p> <p>2. _ _ _ _____ </p> <p>3. _ _ _ _____ </p>	<p>01 Visitas familiares</p> <p>02 Negócios</p> <p>03 Compras</p> <p>04 Saúde</p> <p>05 Educação</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
BENS E PADRÕES DE CONSUMO	
<p>47. Que bens possui a família?</p> <p>Rádio _____ </p> <p>Aparelhagem/Rádio reproduztor _____ </p> <p>TV _____ </p> <p>Vídeo reproduztor _____ </p> <p>Bicicleta _____ </p> <p>Motorizada _____ </p> <p>Enxada _____ </p> <p>Catana _____ </p> <p>Machado _____ </p> <p>Outro _____ _____ </p> <p>Outro _____ _____ </p>	<p>01 Possui</p> <p>02 Não possui</p>

Outro _____ __ __													
<p>48. Quanto gastou na <u>semana passada</u> nos seguintes artigos:</p> <p>Produtos alimentares __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Produtos de limpeza __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Roupa/vestuário __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Produtos escolares __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Medicamentos/consultas __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Transporte __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p>													
<p>49. Quanto pagou o agregado de impostos, no <u>último ano</u>, nas seguintes categorias:</p> <p> __ __ (preencher apenas se não pagou impostos)</p> <p><i>Se 98 ou 99 passe para questão 50.</i></p> <p>Pessoal (para a totalidade do agregado) __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Bicicletas __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Comercial __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Agrícola __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Outro _____ __ __ __ . __ __ __ </p>	<p>98 Não sabe</p> <p>99 Nenhum</p>												
<p>50. Que produtos trocou nas últimas duas semanas passada por outros?</p> <p> __ __ (preencher apenas se não trocou produtos)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 52.</i></p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>Produto entregue</th> <th>Produto recebido em troca</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> </tbody> </table>	Produto entregue	Produto recebido em troca	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	<p>99 Nenhum</p>
Produto entregue	Produto recebido em troca												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
<p>51. Qual é o local que mais usa para fazer a troca de produtos?</p> <p> _____ </p>													
ACTIVIDADES DE RENDIMENTO NÃO AGRÍCOLAS													
<p>52. Quantos membros do agregado têm emprego com salário regular ou beneficiam de reforma?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 54.</i></p>													

<p>53. Qual a soma do rendimento dos <u>salários</u> e <u>reformas</u> de todas pessoas que possuem emprego com salário regular?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 < 250.000MT</p> <p>02 251.000MT a 500.000MT</p> <p>03 501.000MT a 750.000MT</p> <p>04 751.000MT a 1.000.000MT</p> <p>05 1.000.001MT a 1.500.000MT</p> <p>06 > 1.500.000MT</p>
<p>54. Que outras actividades de rendimento são levadas a cabo no agregado, e quanto rendeu no mês passado?</p> <p> _ _ (preencher apenas se não leva a cabo nenhuma outra actividade)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 55.</i></p> <p>Artesanato _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Medicina tradicional _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Produção de carvão/lenha _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Fabrico/venda de bebidas _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Comércio formal _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Comércio informal _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Pesca _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Construção _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Pwati _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Ganho ganho _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ · _ _ _ · _ _ _ </p>	<p>99 Nenhuma</p>
<p>55. Para além das actividades de rendimento, algum membro do agregado recebe assistência ou apoio monetário de alguém de fora do agregado?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 57.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>

<p>56. De que pessoas/entidades recebe, e quanto recebe?</p> <p>ONGs __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>INSS __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Acção Social __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Familiares de fora do agregado __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Vizinhos/amigos __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Outro _____ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Outro _____ __ . __ __ __ . __ __ __ </p> <p>Outro _____ __ . __ __ __ . __ __ __ </p>	
<p>57. Algum membro do agregado participa de algum grupo de poupança/stique/ikirimo?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 62.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>58. Quanto gasta, em média, na poupança/stique/ikirimo?</p> <p> __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p>	
<p>59. De quanto em quanto tempo contribui para a poupança/stique/ikirimo?</p> <p> __ __ </p>	<p>01 Todos dias</p> <p>02 1 vez por semana</p> <p>03 De quinze em quinze dias</p> <p>04 1 vez por meses</p> <p>05 Irregularmente</p>
<p>60. Quanto ganhou da última vez com a poupança/stique/ikirimo?</p> <p> __ __ __ . __ __ __ . __ __ __ </p>	
<p>61. De quanto em quanto tempo pode receber o valor a que tem direito?</p> <p> _____ </p>	
ACTIVIDADE AGRÍCOLA	
<p>62. A família possui machamba?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 67.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>

<p>63. Que método de fertilização usa normalmente na(s) sua(s) machambas?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Rotação/pousio</p> <p>02 Adubos naturais</p> <p>03 Fertilizantes</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>64. Que mão de obra usa normalmente para cultivar os produtos na(s) sua(s) machamba(s)</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Membros do agregado</p> <p>02 Assalariados permanentes</p> <p>03 Contratados eventuais</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>65. Vendeu algum produto da última campanha? (soma do arrecadado pela totalidade dos produtos vendidos)</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 67.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>66. Quanto arrecadou na última campanha?</p> <p> _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p>	
<p>67. A família cria animais?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 71.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>68. Quais os animais que o agregado cria?</p> <p>Galinhas _ _ _ </p> <p>Patos _ _ _ </p> <p>Cabritos _ _ _ </p> <p>Porcos _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p>	<p>01 Cria</p> <p>02 Não cria</p>
<p>69. Costuma vender animais?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 71.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>70. Quanto rendeu a última venda?</p> <p> _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p>	

PROPRIEDADE E RELACÕES INTRA-FAMILIARES

<p>71. Como foi adquirida a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p> <p><i>Se 01, 03 ou 06 passe para questão 74.</i></p>	<p>01 Não tem machamba</p> <p>02 Comprada</p> <p>03 Alugada</p> <p>04 herdada</p> <p>05 Doadada</p> <p>06 Cedida</p> <p>07 Abriu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>72. A quem pertence a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>73. Em caso de morte do proprietário quem herda a machamba?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>74. Como foi adquirida a casa onde o agregado vive?</p> <p> _ _ _____ </p> <p><i>Se 02 ou 05 passe para questão 77.</i></p>	<p>01 Comprada</p> <p>02 Alugada</p> <p>03 herdada</p> <p>04 Doadada</p> <p>05 Cedida</p> <p>06 Construiu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>75. A quem pertence a casa onde vive o agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>76. Em caso de morte do proprietário quem herda a casa?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>77. Quem é responsável, no agregado por:</p> <p>Cultivar a machamba _ _ </p> <p>Construir a casa _ _ </p> <p>Cozinhar _ _ </p> <p>Apanhar lenha _ _ </p> <p>Carretar água _ _ </p> <p>Tomar conta da casa _ _ </p> <p>Tomar conta das crianças _ _ </p> <p>Fazer compras _ _ </p> <p>Cuidar dos doentes _ _ </p> <p>Educar as crianças _ _ </p> <p>Participar das reuniões comunitárias _ _ </p>	<p>01 As mulheres</p> <p>02 Os homens</p> <p>03 Os jovens</p> <p>04 As jovens</p> <p>05 Todos</p> <p>06 Ninguém</p>
<p>78. Quem decide como é gasto o dinheiro que a família rende de todas as actividades remuneradas e apoios externos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Chefe de família</p> <p>02 Homem</p> <p>03 Mulher</p> <p>04 Ambos</p> <p>05 Todo agregado</p>

RELACÕES EXTRA-FAMILIARES	
<p>79. Qual foi o último problema/preocupação que o agregado teve que resolver e que teve que recorrer à intervenção de pessoas de fora do agregado para o resolver?</p> <p> _ _ (preencher apenas se não teve nenhum problema)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 81.</i></p> <p> _____ </p>	<p>99 Nenhum</p>
<p>80. A quem recorreram para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Polícia</p> <p>02 Representantes do Nihimo</p> <p>03 Familiares e amigos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>81. Qual é a fonte de conflito mais comum na comunidade e que necessita de intervenção das autoridades para resolver?</p> <p> _ _ (preencher apenas se não existe nenhuma fonte de conflito)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 83.</i></p> <p> _____ </p>	<p>01 Bebedeiras</p> <p>02 Adulterio</p> <p>03 Furtos</p> <p>04 Conflitos de terras</p> <p>05 Conflitos de água</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>82. A quem recorrem, normalmente, os membros da comunidade para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Chefe da aldeia/povoado</p> <p>02 Régulo</p> <p>03 Autoridade religiosa</p> <p>04 Polícia</p> <p>05 Tribunal comunitário</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

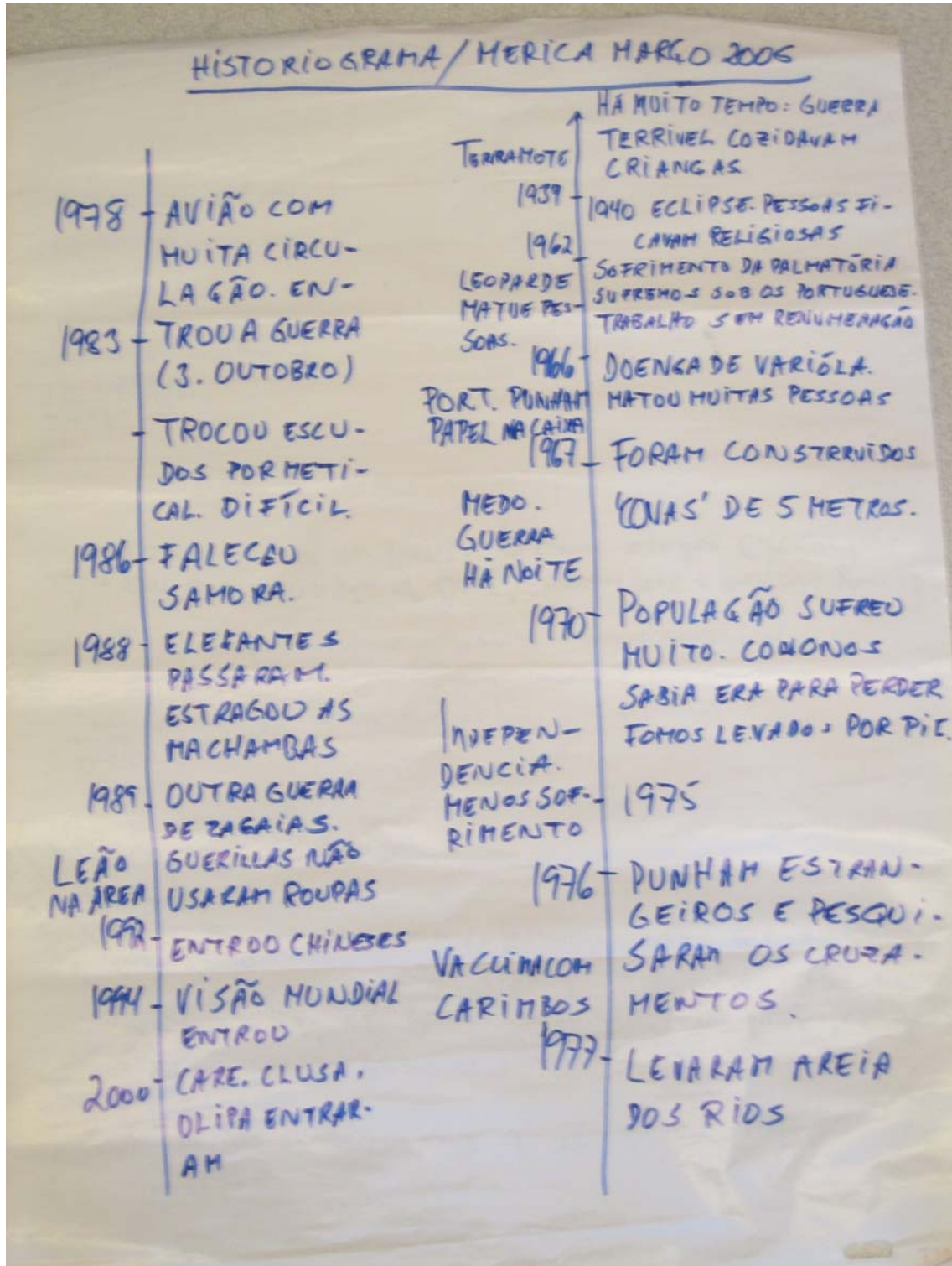
<p>83. Quais são os serviços públicos que os membros do agregado usam?</p> <p>Escola <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Unidade sanitária <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Administração/Posto administrativo <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Agricultura <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Acção social <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Registos e Notariado <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>DIC <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Polícia <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Tribunal <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Outro _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>	<p>01 Usa</p> <p>02 Não usa</p> <p>03 Não existe na zona</p>
<p>84. Com que frequência usam esses serviços?</p> <p>Escola <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Unidade sanitária <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Administração/Posto administrativo <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Agricultura (extensionistas) <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Acção social <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Registos e Notariado <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>DIC <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Polícia <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Tribunal <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p> <p>Outro _____ <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p> <p>05 Nunca</p>
<p>85. Algum membro do agregado faz parte de alguma associação?</p> <p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Homens <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Mulheres</p> <p><i>Se ambos 02 passe para questão 87.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>86. A que tipo de associação pertencem?</p> <p> _____ Homens</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Mulheres</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	

<p>87. Comparando com a situação da família há 5 anos atrás, como avalia a situação da família hoje?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorou 02 Manteve-se 03 Piorou</p>
<p>88. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>89. Comparando com a situação da comunidade há 5 anos atrás, como avalia a situação da comunidade hoje?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 04 passe para questão 91.</i></p>	<p>01 Melhorou 02 Manteve-se 03 Piorou 04 Não vivia na comunidade</p>
<p>90. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>91. Como espera que a situação da família esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará 02 Manter-se-á 03 Piorará</p>
<p>92. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>93. Como espera que a situação da comunidade esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará 02 Manter-se-á 03 Piorará</p>
<p>94. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	

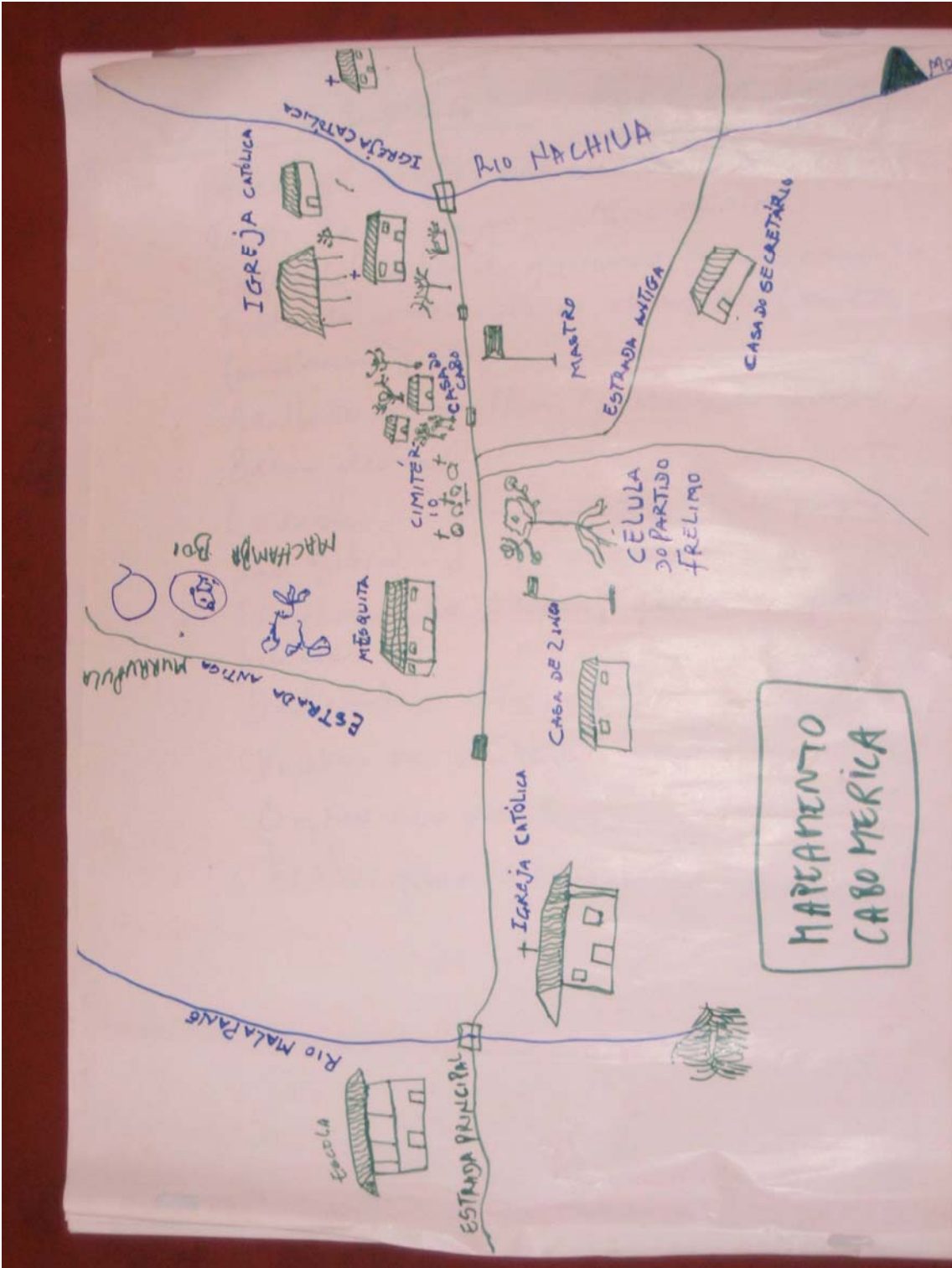
<p>Hora de Término _ _ : _ _ </p>	
---------------------------------------	--

Ilustrações de Metodologias Qualitativas

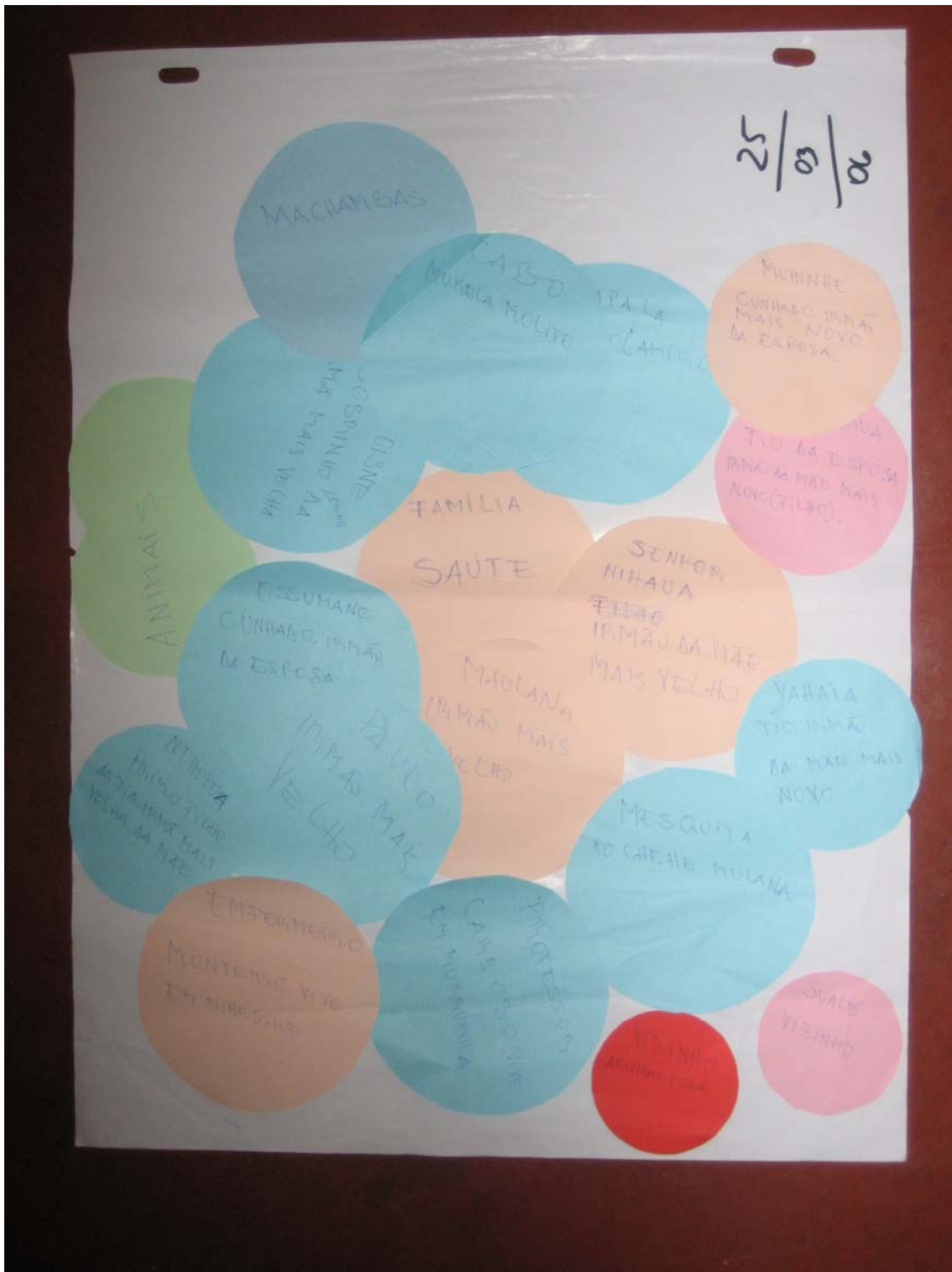
Histogramme



Community mapping (I)

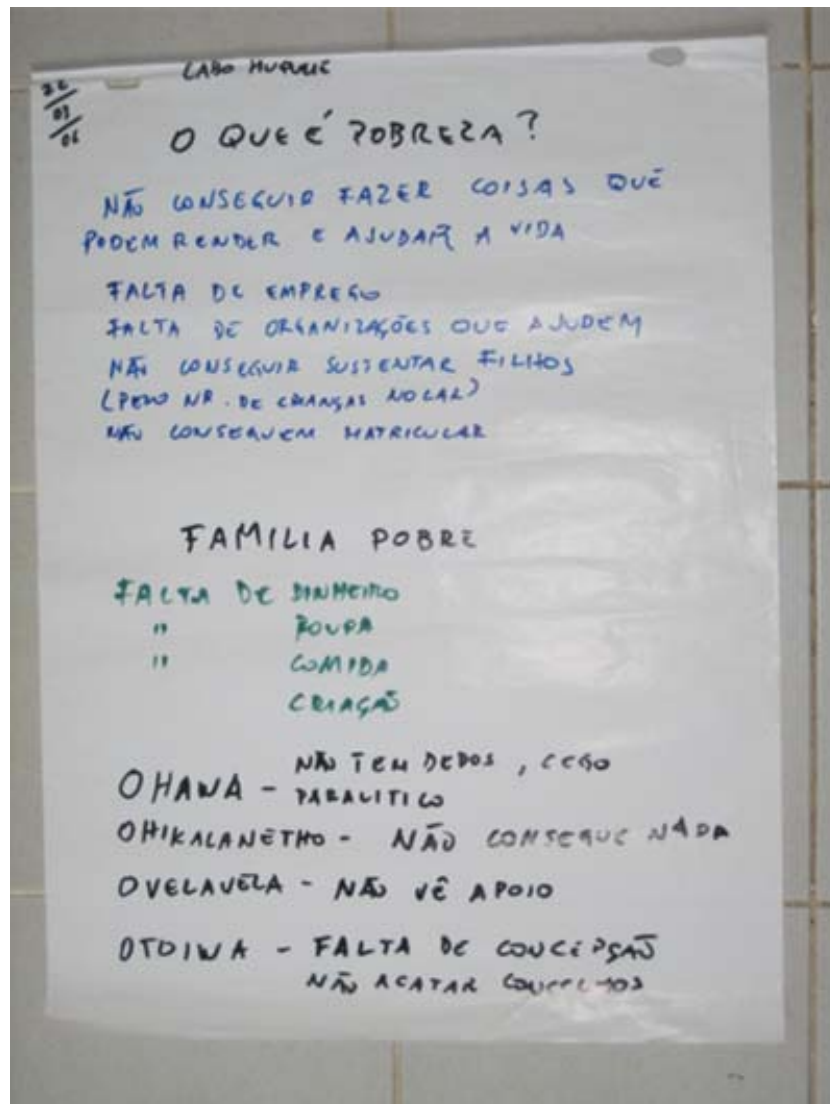


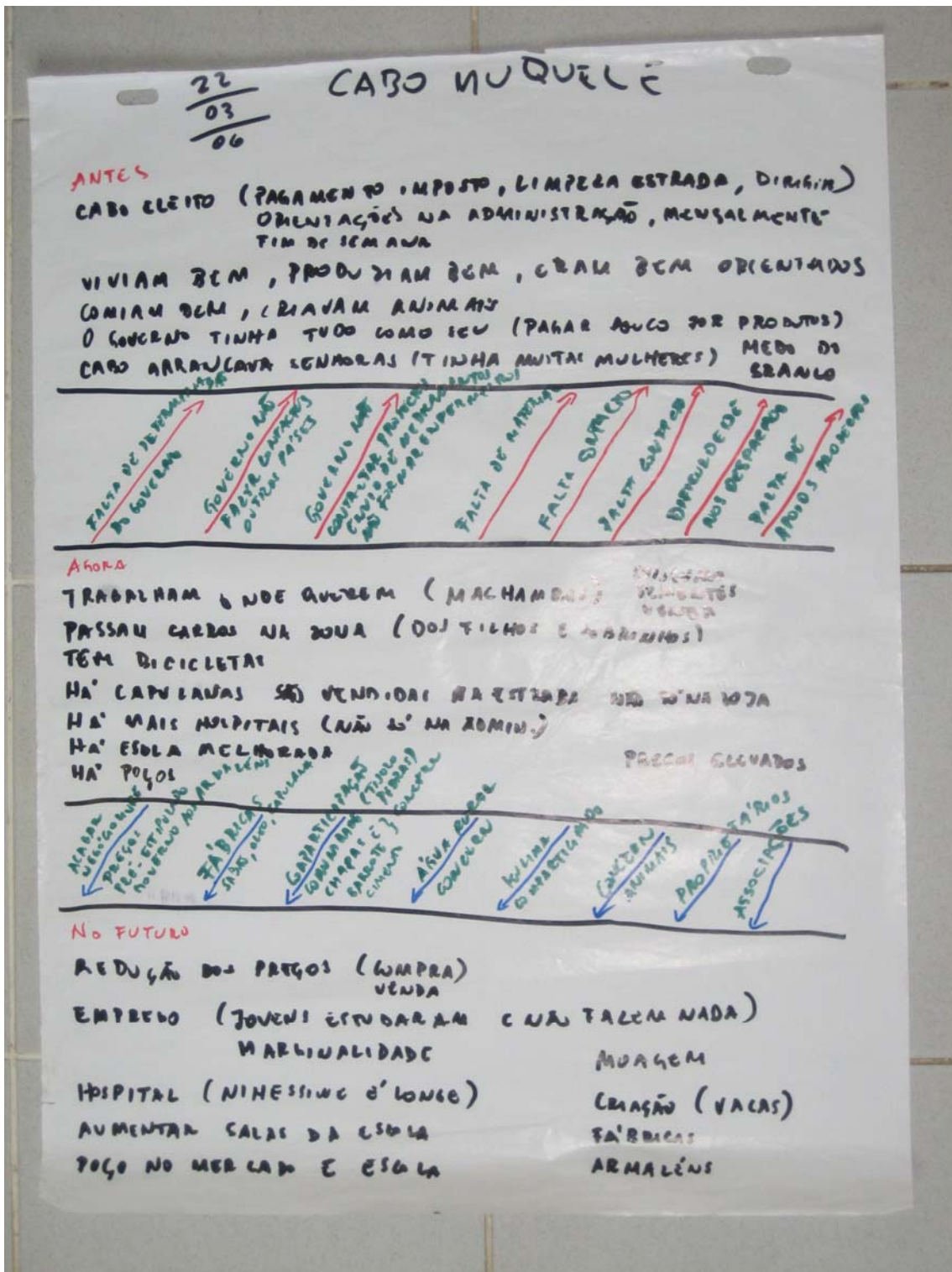
Venn diagramme (I)



Venn diagramme (II)







Lista de Referências

- Adam, Yussuf e Humberto Coimbra (1996). *A Pobreza em Moçambique. Um estudo Participativo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos da População.
- ADB (2004). *Mozambique: Multi-Sector Country Gender Profile*. Tunisia: African Development Bank.
- ADF (2005). *Republic of Mozambique. Women's Entrepreneurship and Skills Development for Food Security*. Tunisia: African Development Fund.
- Alderman, H. (2001). *The Implications of Private Safety Nets for Public Policy. Case Studies of Mozambique and Zimbabwe*. Washington D.C.: The World Bank.
- Arndt, Channing (2002). *HIV/AIDS, Human Capital and Economic Prospects for Mozambique*. TMD Discussion Paper No. 88. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Arndt, Channing, M. Barslund and J. Sulemane (2004). *Seasonality in Calorie Consumption: Evidence from Mozambique*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- Austral (2005). *National Survey on Governance and Corruption*. Maputo: Austral Consultoria e Projectos Lda.
- Bergh-Collier, Edda van den (2003). *Gender Profile in Mozambique: Analysis and Action Plan for the New Strategy Period 2004-2010*. Maputo: USAID.
- Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (ed.) (2003). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique (Vol I&II)*. Maputo: Edições Afrontamento.
- Bourdieu, Pierre (1990). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- BRIDGE (2001). *Briefing paper on the "Feminisation of Poverty"*. Brighton, UK: Institute of Development Studies.
- Broeck, Katleen van den (2005). *"Poverty Analysis in Mozambique: An Overview". Background Paper for the Country Poverty, Social and Gender Assessment*. Maputo: World Bank.
- Brück, T. (2003). *"Coping Strategies in Post-War Rural Mozambique"*. Berlin: DIW.
- Brück, Tilman (2001). *Coping with Peace: Post-War Household Strategies in Northern Mozambique*. Doctor of Philosophy in Economics. Oxford: St. Cross College, University of Oxford.
- Carrier, James D. and D. Miller (1999). "From Private Virtue to Public Vice". In: H. Moore (ed.) *Anthropological Theory of Today*. Cambridge: Polity Press.
- Chant, Sylvia (2003). *Female Household Headship and the Feminisation of Poverty: Facts, Fictions and Forward Strategies*. London: London School of Economics, Gender Institute.
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- Christie, Frances and Joseph Hanlon (2001). *Mozambique and the Great Flood 2000*. Oxford: James Curry Publishers.
- Couto, Mia (2005). "Os Sete Sapatos Sujos". In: *Vertical*(781, 782, 783).
- Cramer, Christopher and Nicola Pontara (1998). "Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing in the Debate?" In: *The Journal of Modern African Studies* Vol. 36(1) pp.101-138.
- Cruzeiro (2000). *Levantamento Sócio-Económico, Província de Nampula 2000*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- Cruzeiro (2003). *Levantamento Sócio-Económico MAMM 2003*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- Cruzeiro (2006). *Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique (Draft)*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- DNPO (2000). *Perfil Provincial de Pobreza e Desenvolvimento Humano. Nampula*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- DNPO (2001). *Avaliação Participativa da Pobreza. Relatório de Síntese*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- DNPO (2002). *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.

- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministry of Planning and Finance, National Directorate of Planning and Budget.
- DNPO (2005). *Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II. Questões de Conteúdo. Documento para Debate (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- DNPO (2005). *Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II. Questões do Processo, (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- DNPO (2005). *Preparação da Metodologia do PARPA II. Papel e Funções do PARPA no Sistema de Planeamento. Documento para Debate (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- Elbers, Chris et al. (2004). *On the Unequal Inequality of Poor Communities*. Washington D.C.: World Bank.
- Englund, Harri (2002). *From War to Peace in the Mozambican-Malawi Borderland*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Espling, Margareta (1999). *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Gothenburg, Sweden: University of Göteborg, Dept. of Geography.
- Ferguson, James (1999). *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkely: University of California Press.
- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). "Poverty in Mozambique. Unraveling Changes and Determinants". *Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005*. Washington, D.C.: World Bank.
- Francisco, António A. da Silva and Margarida Paulo (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- G20 (2004). *RAP. Annual Poverty Report 2004. Fighting the Causes of Poverty*. Maputo: Colégio Pelo 20.
- G20 (2005). *RAP. Relatório Anual da Pobreza 2005 (Versão Preliminar)*. Maputo: Colégio Pelo 20.
- GdM (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA I)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Plano e Cooperação.
- GdM (2003). *Agenda 2025. Visão e Estratégias da Nação (Versão para debate público)*. Maputo: Governo de Moçambique, Comité de Conselheiros.
- GdM (2005a). *Government's Five-year Programme for the Period 2005-2009*. Maputo: Government of Mozambique.
- GdM (2005b). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II) (Versão Preliminar)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Plano e Cooperação.
- GdM (2005c). *Plano Económico e Social para 2006*. Maputo: Governo de Moçambique.
- Geffray, Christian (2000). *Nem pai, nem mãe: Crítica do parentesco no caso Macua*. Lisboa: Ndjira.
- Gupta, Akhil and James Ferguson (1997). "Beyond 'Culture': Space, Identity and the Politics of Difference". In: A. Gupta and J. Ferguson (eds.) *Culture, Power, Place. Explorations in Critical Anthropology*. Durham and London: Duke University Press.
- Handa, S., K.R. Simler and S. Harrower (2004). *Human Capital, Household Welfare and Children's Schooling in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Hanlon, Joseph (1991). *Mozambique. Who Calls the Shots?* Indiana and London: Indiana University Press and James Curry.
- INE (1998). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida 1996/97. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1999). *The Population and Housing Census 1996/97*. Maputo: National Institute of Statistics.
- INE (2000). *Situação Linguística de Moçambique. Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2003). *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004a). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004b). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Quadros Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

- Isaksen, Jan, A. Staal and B. Weimer (2005). *Poverty in Mozambique. Discourse, Analysis and Monitoring. Suggestions for National Stakeholders and the Donor Community*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Isaacman, Allen and Jean Hay (1997). *Cotton is the Mother of Poverty. Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth, NH: Heinemann.
- Isaacman, Allen and Barbara Isaacman (1983). *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Ivala, Z. (1998). *As Mulheres na Autoridade Tradicional Makhuwa. Documento preparado para o perfil de género da província de Nampula*. Nampula: Embaixada do Reino dos Países Baixos.
- James, Robert C., A. Channing and K. Simler (2005). *Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor?* Maputo: Ministry of Planning and Finance.
- Jerve, Alf Morten, Arild Angelsen, Dan Banik, et al. (2003). *Breaking the Circle: Which Ways Out of Poverty*. Oslo: Research Council of Norway.
- Kanbur, Ravi (2001). "Q-Squared? A Commentary on Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal". Paper delivered at the workshop Qual-Quant. Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal: complementarities, tensions and the way forward, Cornell University 15-16 March 2001.
- Killick, Tony, C. N. Castel-Branco, R. Gerster (2005). *Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique, 2004*. Maputo: Seco and DfID.
- Knauder, Stefanie (2000). *Globalization, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages: Evidence from Mozambique*. Aldershot: Ashgate.
- Knauff, Bruce (ed.) (2002). *Critically Modern: Alternatives, Alterities, Anthropologies*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press
- Lindelov, M. (2002). *Health Care Decisions as a Family Matter. Intra-Household Education Externalities and the Utilization of Health Services*. Oxford: Oxford University: Centre for Studies of African Economies.
- Little, Daniel (1991). *Varieties of Social Explanation. An Introduction to the Philosophy of Social Science*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- MacDonald, Mike, Fidelix Kulipossa, Teodoro Waty, et al. (2005). *Reestruturação dos Governos Provinciais e Distritais. Relatório de Consultoria Independente Apresentando para República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal*. Maputo: (Consultores independentes).
- Mate, Alexandre et al. (2005). *Estudo Qualitativo sobre a Pobreza. Inhambane e Sofala. Relatório Final*: Universidade Eduardo Mondlane: Departamento de Arqueologia e Antropologia.
- Maximiano, N., C. Arndt and K.R. Simler (2005). *Qual foi a dinâmica das determinantes da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério do Planificação e Desenvolvimento.
- MdS (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério da Saúde.
- Medeiros (1984). *A Representação da Mulher nas Estruturas do Poder Tradicional: O Exemplo das Sociedades do Norte de Moçambique*. Maputo: Memo.
- Mikkelsen, Britha (2005). *Methods for Development Work and Research. A New Guide for Practitioners*. London: Sage Publications.
- Moser, Caroline (2006 forthcoming). "Assets, Livelihoods and Social Policy". In: C. Moser (ed.) *Assets, Livelihoods and Social Policy*. Washington: World Bank and Palgrave.
- Muchave, Paulo (2003). *Estudo Sócio-Económico de Base na Zona Costeira das Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala*. Maputo: Ministério das Pescas, IDPPE.
- Murrupula, Governo do Distrito de (2005). *Experiências do Governo do Distrito de Murrupula na Implementação de Programas e Projectos de Desenvolvimento Económico e de Combate à Pobreza Absoluta*. Murrupula, Nampula: Governo do Distrito de Murrupula.
- Negrão, José (2002). "Para Que o PARPA Resulte! Reflexão epistemológica sobre um processo candente". Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Nhate, Virgulino (2005). *Orphans in Mozambique: Vulnerability, Trends, Determinants and Programme Responses*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- Nordstrom, Carolyn (1997). *A Different Kind of War Story*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Norton, Roger (2004). *Visão e Estratégias de Desenvolvimento a Longo Prazo e Suas Implicações no Alívio à Pobreza: O Caso de Moçambique*. Atlanta, Georgia: The Carter Centre.

- Oppenheimer, Jochen and Isabel Raposo (2002). *A Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidaridade, Departamento de Cooperação.
- Orlowski, D (2001). *Pobreza em Inhambane. Factores, Distribuição e Estratégias*. Hamburg: GFA Management.
- Orlowski, D. (2001). *Pobreza em Sofala. Dimensão Territorial e Factores Qualitativos*. Hamburg: GFA Management.
- Petty, Celia, K. Selvester, J. Seaman and J. Acidri (2004). *Mozambique Assessment. The Impact of HIV-AIDS on Household Economy*. UK Save the Children Fund.
- Pitcher, Anne M. (1998). "Disruption Without Transformation: Agrarian Relations and Livelihoods in Nampula Province, Mozambique 1975-1995." In: *Journal of Southern African Studies* Vol. 24(1) pp.115-140.
- PNUD (1997). *Perfil de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Murrupula*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Rakodi, Carole (1999). "A Capital Asset Framework for Analysing Household Livelihood Strategies: Implications for Policy." In: *Development Policy Review* Vol. 17 pp.215-342.
- RdM (2005). *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei No. 8/2003 e Decreto No. 11/2005)*. Maputo: República de Moçambique.
- San, Martin (2001). *"Fine Tuning Poverty Targeting Using a Poverty Map. The Case of Mozambique"*. Helsinki, Finland: WIDER.
- Sheldon, Kathleen E. (2002). *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth, N.H.: Heinemann.
- Simler, K.R., and V. Nhate (2005). *Poverty, Inequality and Geographic Targeting. Evidence from Small-Area Estimates in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Simler, K.R., S. Hower and C. Masingarela (2004). *Estimating Poverty Indices from Simple Indicator Surveys*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Simler, Kenneth (2004). *Rebuilding after War. Micro-level Determinants of Poverty-Reduction in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Tarp, Finn, K. Simler et al. (2002). *The Robustness of Poverty Profiles Reconsidered. FCND Discussion Paper No. 124*. Washington: International Food Policy Research Institute.
- UN (2004). *World Urbanisation Prospects. The 2003 Revision*. New York: United Nations.
- PNUD (2005). *Human Development Report 2005. International Cooperation at a Crossroads: Aid, Trade and Security in an Unequal World*. New York: United Nations Development Programme.
- Uphoff, Normann (2001). *Bridging Quantitative and Qualitative Differences in Poverty Appraisal: Self-Critical Thoughts on Qualitative Approaches. Paper delivered at the workshop Qual-Quant. Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal: complementarities, tensions and the way forward*, Cornell University, 15-16 March 2001.
- WB (2005). *African Development Indicators*. Washington D.C.: The World Bank.
- WB (2005). *Mozambique Country Economic Memorandum. Sustaining Growth and Reducing Poverty*. Washington, D.C.: World Bank.
- WB (2006). *Mozambique Data Profile*. Web Page: <http://Devdata.Worldbank.Org/WBwebsite/External/Countries/Africaext/Mozambique>.

RESUMO

A informação baseada em pesquisa é reconhecida como crucial no esforço de Moçambique para reduzir a sua pobreza. Este primeiro relatório de uma série de três estudos qualitativos sobre a pobreza em Moçambique foca o distrito de Murrupula na província de Nampula. No Capítulo 1 defendemos que os estudos qualitativos são importantes para a monitoria e avaliação das políticas de redução da pobreza, dado que fornecem dados quantitativos e correlações através de testes das hipóteses causais efectuadas no terreno; descobrem processos interdependências relacionados com dimensões intangíveis da pobreza, como vulnerabilidade e impotência; testam e reavaliam conceitos fundamentais e unidades de análise de pobreza; finalmente, envolvem os pobres na análise da sua própria situação, por formas que se tornam difíceis através de estudos formais usando questionários.

No Capítulo 2 apresentamos expressões quantitativas fundamentais como pontos de referência da pobreza em Moçambique. Começamos por delinear algumas das tendências de desenvolvimento mais gerais, incluindo urbanização, feminização da pobreza e HIV/SIDA, e depois apresentamos dados sobre Moçambique e Nampula para realçar semelhanças e diferenças. O Capítulo 3 fornece informação de base sobre a área em estudo, na assunção de que o contexto político, económico e sócio-cultural é importante para a compreensão das relações sociais da pobreza. Uma breve história enfatizando como Murrupula foi constrangida no seu desenvolvimento durante a era colonial, a experiência socialista da Frelimo e a guerra, é seguida de uma descrição geral das responsabilidades da Administração Distrital, do papel das autoridades tradicionais e da situação geral social e económica no distrito.

O Capítulo 4 é construído à volta da pesquisa levada a cabo para este estudo e traça as condições sócio-económicas e as determinantes da pobreza realçando o emprego e rendimento, educação e saúde. Aborda também as implicações do espaço geográfico ou distância até aos centros económicos e populacionais principais para a pobreza e alívio desta. O Capítulo 5 centra-se na questão das relações sociais da pobreza e processos de empobrecimento, marginalização e exclusão social. O seu ponto de partida são as percepções de pobreza *emic* das próprias pessoas, procurando as relações das diferentes categorias dos pobres dentro do agregado familiar com a família alargada, instituições tradicionais e o Estado. O Capítulo 6 conclui, desenha algumas implicações de política preliminares e delinea o prosseguimento do estudo actual respectivamente no Maputo urbano e no litoral de Sofala.